

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2025

Ao abrigo do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lamego e na sequência da suspensão da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2025, realizou-se uma sessão da Assembleia Municipal, no dia 5 de maio de 2025, no Salão Nobre do Município de Lamego, cumprindo a Ordem de Trabalhos constante na convocatória enviada no dia 22 de abril de 2025, através do ofício n.º 4.

ABERTURA -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro, como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, **Presidente da Assembleia**, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, em substituição de Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins, em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho; e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães- Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande- Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, União de Freguesias de Cepões – António Manuel dos Santos Rodrigues, Meijinhos e Melções, União da Freguesia de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Freguesia de Várzea de Abrunhais - Maria Otília Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS-----

O **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro de Carvalho, Alita Maria de Jesus

Carvalho, Milene Daniela da Fonseca Geada, Alexandre Costa e Sousa e Sousa Hoffmann de Castela, e dos Presidentes de Figueira – Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, de Lazarim - Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, havendo uma inscrição do senhor professor José Manuel Pinto de Albuquerque Pessoa -----

2. ASSUNTO:PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

“Vamos iniciar a nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal e vamos iniciar então, com o período antes da ordem do dia. No período antes da ordem do dia, há um pedido de intervenção, vamos fazer aqui uma antecipação, porque a senhora Presidente da CPCJ, Hermínia Loureiro que está connosco, não poderá acompanhar os nossos trabalhos, portanto não pode ficar aqui dependente do decurso destes trabalhos, para poder apresentar o Relatório da CPCJ, por questões profissionais, nessa medida aquilo que eu iria sugerir, a que a senhora Presidente da CPCJ possa, agora, durante cinco minutos, uma breve apresentação do Relatório, uma pequena intervenção, que depois possa sustentar a análise do Relatório que temos que fazer, no período da ordem do dia. Portanto aproveitando o facto de a senhora professora estar connosco, poder estar agora durante estes minutos, pedia a senhora professora Hermínia, por favor, se faria uma intervenção, cinco minutos sobre o tema do Relatório da CPCJ, que depois, servira de apoio para a nossa tomada de conhecimento desse Relatório no período da ordem do dia.”-----

Interveio a senhora Professora **Hermínia Loureiro** para fazer uma pequena apresentação do Relatório da CPCJ:-----

“O meu nome é Hermínia Loureiro, sou Presidente da CPCJ, fui eleita no dia 25 de setembro do ano de 2024.”-----

Em relação à CPCJ tivemos ali um período que não tivemos serviços administrativos, mas presentemente está tudo resolvido, e está tudo a decorrer dentro da normalidade. Deparamos-mos com alguns problemas de recursos humanos que impendem a comissão restrita, mas para já estamos a dar conta do recado. Isto é só um breve resumo, porque eu não posso dizer muito mais. Houve cinquenta e nove processos transitados do ano de 2023, novos, já reabrimos noventa e um processos, é atualmente, temos em curso cento e trinta e seis processos. A problemática mais acentuada é a violência doméstica, temos também recebido bastantes casos de violência nas redes sociais, que depois, também descamba para violência entre famílias e por aí fora. Temos casos a nível de Portugal, Paquistão, Afeganistão, Brasil, França, Suíça, uma miscelânea de casos que estão cada vez mais complicados, as problemáticas vão sendo cada vez mais diferenciadas. -----

É só o que eu tenho a dizer, não tenho muito mais a dizer. Se houver dúvidas depois a análise do Relatório, eu estou disponível e na CPCJ também há um elemento a tempo inteiro que é o Professor João Mendonça, que está disponível para esclarecer qualquer dúvida, muito obrigado, bom dia e continuação de bom trabalho.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer a seguinte nota:-----

“Muito obrigada senhora Presidente da CPCJ, pela sua intervenção, pela sua presença, se houver alguma dúvida, podemos fazer chegar à CPCJ, sem prejuízo de uma oportunidade futura termos uma apresentação mais detalhada, se assim o entenderem.-----

Fica então esta nota que acompanhará o ponto do Relatório da CPCJ da ordem do dia, retomamos agora a ordem natural da nossa convocatória, com o período de intervenção do público, dou a palavra ao Professor José Manuel Pinto de Albuquerque Pessoa”.-----

Interveio o Professor **José Manuel Pinto de Albuquerque Pessoa** para fazer a seguinte Intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala. Tendo discutido esta minha intervenção com o senhor Presidente da Câmara e com o senhor Presidente da Assembleia, os dois consideraram que era positivo que o fizesse. -----

E é por isso que tenho muito gosto em estar aqui hoje.-----

Quero desde já dizer-vos que estou aqui em Lamego, desde há dezasseis anos, tenho muito orgulho em ser lamecense. Não nasci aqui, mas muito mais do que nascer aqui, escolhi passar aqui o ultimo terço da minha vida. -----

E junto com aquilo que eu decidi passar aqui, também comigo vieram os desposos da minha vida ao longo de toda uma vida profissional.-----

Com 17 anos eu tinha decidido, gosto muito de música, mas não era o meu campo de trabalho, que a fotografia, era sem dúvida, mas tinha que descobrir uma forma de juntar a fotografia e a história, graças a um livro chamado “Deus, Túmulos e Sábios” a História foi para mim um elemento fundamental na vida. -----

Sem esse livro era pouco provável que eu estivesse aqui hoje, e recomendo-o vivamente que o leiam e o dêem aos vossos filhos, porque eles marcam um processo de identidade de cada um.-----

Na verdade ao longo da minha vida, e dos longos percursos passados por 14 países, e por outros sítios, cumpro à sete anos, cinquenta anos de serviço público como funcionário dos museus. Toda a minha vida foi dedicada ao trabalho dos museus, através da minha entrada no Instituto José de Figueiredo, em 1971.-----

Proibiram-me de continuar aos setenta anos, coisa que eu acho ridícula, acho que as pessoas deviam-se reformar quando estivessem em condições para isso, eu estava perfeitamente de continuar, e tenho continuado como voluntário no Museu do Douro, onde com o beneplácito, um acordo de protocolo existente entre mim e os hospitais da zona de Trás-os-Montes e Alto Douro, tenho acesso e posso fazer radiografia de

espécies, continuo a fazer radiografias de quadros, quer para particulares, quer para os museus.-----

Ainda recentemente já radiografei todo o tipo de coisas. Recentemente, apesar disso, radiografei uma coisa que nunca tinha radiografado, uma coruja, até publiquei um texto intitulado “Voa Coruja Voa”. Temos muito a aprender com isto tudo. -----

As únicas coisas que eu arresei atrás de mim toda a minha vida foram os meus livros, os meus cães e obras de arte. Comecei a comprar obras de arte quando entrei para o instituto José de Figueiredo, e com o dinheiro que tinha comecei por comprar pratos ratinhos, que era uma cerâmica popular portuguesa muito importante.-----

O ultimo prato ratinho que comprei custou-me oitenta mil escudos, naquela altura escudos, depois daí deixaram de estar ao meu alcance.-----

Tenho adquirido livros, muitos livros, de onde juntei um espólio bastante notável de livros, a minha biblioteca deve constar nesta à volta de vinte sete mil livros, dos quais uma percentagem grande, uma percentagem forte que eu chamo reservados, porque são livros do século XVI, XVII e XVIII, alguns deles únicos. -----

Pensava eu que tinha só dois livros que a Biblioteca Nacional não tem, mas afinal tenho nove livros que a Biblioteca Nacional não tem nesta primeira fase do inventário. Alguns deles são fundamentais para a história de Lamego. E não, de todo referidos em qualquer livro, sobre história de Lamego até hoje. Nem vêm referidos factos primordiais, na investigação disto, de Lamego e da história de Lamego e da junção de várias famílias de Lamego, por exemplo a Cruz de Malta, durante quarenta anos. Portanto há montes de informação que contendo e que nunca foi sequer citada. -----

Esta biblioteca tem montes de geografia, de arqueologia, sobre fotografias e ciências, sobre engenharia e sobre história de engenharia, sobre história de Lamego, sobre história da literatura de Lamego, sobre o cancioneiro de Lamego, que é um livro que eu comprei na rua e que é o mais que tenho. Tenho depois do século XVII e XVIII, que tem oitocentos e tal páginas manuscritas, com tudo o que é grande poemas e grandes poetas dessa altura era completamente desconhecida. Trouxe aqui a uma sessão a maior literatura portuguesa, a Universidade de Letras de Lisboa, considerou que era com certeza, o maior repositório de memória da literatura portuguesa que existia e desde logo a intitulou como Cancioneiro de Lamego. Tenho também o Tratado de Cavalaria, é o único tratado de Cavalaria que existe no século XVII. Temos história da Arqueologia Portuguesa, inventário de Mosaicos de Conimbriga, Gravuras do Tejo, História de Portugal de Matoso, com o qual trabalhei durante anos, e durante esses anos, até quando ele veio de Timor, onde passou durante anos a fazer o levantamento das peças de trabalho a resistência timorense contra os japoneses na II Guerra Mundial, ofereceu-me depois essa história de Portugal, na qual tantas fotografias minhas foram publicadas. Também fui editor da história de Arte de Portugal de Idalina Rodrigues, fui editora de fotografia dessas obras.-----

Mas ainda tenho um forte grande de fotografia sobre o exame de obras, sobre o que é a engenharia própria quando se concebem imagens, para ver o que já não lá está ou para o que já não se vê. Por isso mesmo continuo a fazer radiografias para os museus, através do museu do Douro, onde sou voluntário, como já disse antes. Esse espólio consta, não só, vinte e seis mil e quinhentos livros, a que agora, o meu acompanhante o senhor Embaixador, que veio comigo, é um amigo e um homem de grande diálogo, de grande cultura e de grande experiência diplomática, ele disse que ia juntar alguns livros da sua biblioteca à minha, digamos que se conseguia ultrapassar os trinta mil livros. É uma biblioteca única no norte do Douro e se calhar a norte do Tejo ou do Algarve. Tem uma tal especialização que vai permitir a tudo o que sejam alunos, neste momento já tem, não tendo sido aberto ao público e não tendo disto, tem sido e já é regularmente visitada por alunos mestrados e doutoramento, que vêm aqui fazer o seu levantamento documental. Tudo isto aliado a uma grande colecção ao serviço do acordo que existe entre a Fundação Mário Soares e o Instituto Português dos Museus sobre o tema a Guiné, durante um certo tempo, a Cabo Verde e Moçambique, onde fiz o levantamento completo da obra do Pintor Malangatana, são extraordinariamente importantes.-----

Dessas viagens ficaram-me o gosto e a importância muito grande da escultura africana, que é verdadeiramente extraordinária e cuja influência sobre a arte europeia a partir do século XIX foi muito grande.-----

Desse espólio que nunca, que nunca vendi nenhuma peça, nem uma única peça, por mais dificuldades que alguma vez tenha tido na vida, nunca já mais vendi nenhuma peça, procurei quando vim para aqui ou trazê-la, porque de a trazer para cá, não podia deixar sozinho em Lisboa esse espólio tão grande, mas procurei pensar aonde iria legar este conjunto de objectos. Ao fim ao cabo, de pois de várias ideias, concentrei-me na minha nova sede. A minha sede é Lamego e Lamego era o sítio onde pretendo legar tudo, tenho a testamento feito, as minhas filhas legaram, desistiram, preteriram os seus direitos de herança, e esse documento foi entregue à Câmara, assinado pelas minhas filhas, de acordo com o protocolo eu preciso de ajuda para fazer o inventário.

É imprescindível neste momento, só para fazer o inventário das peças africanas, a minha colecção foi considerada a terceira mais importante colecção de arte africana pela Benjamim, que era o maior especialista de museologia, é uma colecção muito importante, não de armas, mas de artes, é de peças de diversas obras de arte. Portanto essa colecção é considerada a terceira por Benjamim, a terceira mais importante do país. O trabalho que está ser feito em colaboração com a Câmara, convidar-vos para no dia 23 de maio, da parte da manhã, pois estarei em casa à vossa disposição, convido-os a todos a irem a minha casa e ver o que ali está que vai ser legado à Câmara, onde já decorrem os trabalhos de inventariação, no sentido de ser feito, sobre a ajuda que a Câmara dá, é para pagar as despesas de inventário e de sobrevivência do espaço onde isso está, eu não consigo aguentar isso sozinho, duas

casas conjuntas, e portanto, é simplesmente, é um serviço, que nesta altura já presta bastantes consultas e já fornece bastante trabalho de inventário.-----

Quero agradecer à Presidência da Câmara e ao senhor Presidente da Câmara, que com concordaram com esta intervenção.-----

A Câmara tem, honestamente, dentro das suas posses colaborado bastante com esta herança, é a altura de realizar, porque ela é mais importante do que parece. A mim e às pessoas aqui de Lamego, bem como ao senhor Embaixador tem vindo a juntar a nós o seu espólio.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

Fica aqui o nosso agradecimento em primeiro lugar, o senhor José Pessoa quis vir aqui à Assembleia Municipal, com esta dupla mensagem, em primeiro lugar com o seu compromisso pessoal de legar, juntamente com o senhor Embaixador Montenegro um espólio com um valor, que ainda não conseguimos aferir na sua globalidade, mas tem de facto, um valor histórico extraordinário e o senhor Professor José Pessoa quer deixar esse legado e quis vir aqui manifestar esse seu compromisso, deixar esse legado ao Município de Lamego. Estamos a falar de um património, que só em livros são cerca de vinte e seis mil livros, numero, absolutamente extraordinário. Por isso, nós enquanto lamecenses, enquanto Município temos que lhe agradecer esse legado e o cuidado que teve que vir aqui manifestar esse compromisso perante a Assembleia Municipal.-----

Ficam todos convidados para no dia 23 de maio, da parte da manhã, eu irei visitar o espólio do senhor Professor José Pessoa, que quiser vir também poderá vir, o senhor Presidente da Câmara creio que já conhece, mas também está convidado a ir connosco.-----

E fica aqui também uma segunda palavra ao Município e à Câmara pelo apoio que tem dado pela maneira de conservação, no inventário deste espólio, um valor muito significativo para o Município. É importante termos um Município que, porque não basta que as pessoas queiram dar, é preciso haver quem queira receber, receba com dignidade e com a dignidade daquilo que, efetivamente está em causa. É isso que tem acontecido, fica aqui também o nosso reconhecimento ao senhor José Pessoa, ao senhor Embaixador Montenegro e também ao executivo que também tem acompanhado esta manifestação de vontade. Muito obrigado.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra para dar a seguinte informação:

“Deram entrada na mesa cinco moções: quatro do membro independente Viriato Pina Lemos e uma do grupo municipal do partido Socialista.-----

“Senhor membro Viriato Pina de Lemos, acho que para gestão aqui do tempo, dou-lhe um minuto para apresentar cada uma delas, elas também são curtinhas, ou então posso lê-las, sendo que as suas próprias palavras ficam melhor em si do que em mim, mas também as posso ler”.-----

Portanto a primeira, elas foram distribuídas pelos grupos municipais, assim eu vou ler e vamos votar, para não gastarmos aqui muito tempo, a menos que haja discussão, naturalmente. -----

Primeira Moção de REPÚDIO ÀS TENTATIVAS DE FUGA À JUSTIÇA DO ENG.º JOSÉ SÓCRATES -----

“Dez anos após a detenção, José Sócrates continua a travar a justiça com recursos, no âmbito da “operação Marquês”. Mais um puxão de orelhas dos juizes da Relação e o julgamento inicia-se a 3 de julho.-----

Quem não deve não teme e um político com dignidade não deve usar subterfúgios para não ir a julgamento. Tantos recursos impedem a celeridade e descredibiliza a justiça. São os portugueses quem sofrem, porque pagam os adiamentos que o político provoca.-----

Solicito um voto de repúdio ao comportamento e à linguagem do Eng.º. José Sócrates.

*Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer o seguinte comentário sobre esta moção:*

“ Começo por cumprimentar todos os presentes neste Salão, e também aqueles que nos estão a acompanhar lá em casa.-----

Eu relativamente a primeira moção, provavelmente não farei muito mais intervenções.

Gostaria apenas de dizer o seguinte: Nós logicamente na política, nós devemos e felizmente o 25 de Abril, que ainda há bem pouco tempo comemoramos o 51.º aniversário, permite-nos, exatamente, discutir tudo e mais umas coisas, mas acho que há princípios básicos que convém a gente ter em atenção. Eu próprio já o referi aqui, até em situações que dizem respeito ao Município de Lamego.-----

Separar aquilo que é o sistema judicial do sistema político, é extremamente importante, fomenta a nossa própria dignidade. E portanto a presunção de inocência é algo que deve assistir a todas e a todos, sem exceção, independentemente de se chamaram António, Manuel ou José. -----

Mas há aqui uma coisa que é basilar, se nós queremos, de facto, conquistar aquilo que é o respeito pelo próximo, devemos salvaguardas esses mesmos princípios. Nós podemos discutir em qualquer forma, se o sistema judicial está bem ou está mal ou se está ferido. Podemos discuti-lo e de forma aberta, agora utilizar este tipo de moção para que nos levem à aprovar algo que diz apenas respeito a chincalhar, a chicana política, sinceramente não acho que seja digna de nenhum de nós” -----

*Interveio o membro **Samuel Martins** para fazer a seguinte intervenção:*-----

“ Cumprimento todos os presentes neste Salão. Sobre esta moção e as mais três que o senhor Viriato Pina de Lemos apresenta a CDU considera que estas moções não se enquadram em nenhuma figura regimental. Elas não têm condições para ser votadas, mas sobretudo, para serem aceites pela mesa. A CDU sugere que se retirem estas quatro moções da votação e discussão”.-----

*Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para responder ao membro Samuel Martins:*-----

“Nos termos do regimento, nomeadamente no seu artigo 32-A, é entendimento do mesa, por muito que possamos discordar materialmente do conteúdo destas moções, destes votos ou destas propostas, de facto, o regimento é suficientemente claro, que cabe a possibilidade a votos de pesar, louvor, saudações, propostas ou moções, visem tomar posição qualquer ou entidades públicas, sobre assuntos do interesse do Município, e pronunciar-se sobre a prossecução de todas as suas atribuições.-----

Nós temos tido o entendimento, também até por moções já apresentadas aqui pela própria CDU, tem extravasado um bocadinho que é só interesse do Município, a tomar posições sobre a guerra da Ucrânia, já houve aqui moções que foram discutidas sobre comemorações de dias, que são dias internacionais, que não dizem especificamente e unicamente respeito ao Município, e portanto tem sido com essa latitude que se tem aceitado este tipo de iniciativas, sem prejuízo depois, na votação, ter a aprovação ou rejeição de cada um dos membros municipais. -----

Por isso, independentemente do seu conteúdo, não a vamos retirar, vamos mantê-la, vamos discuti-la e vamos votá-la”.-----

Interveio o membro **Viriato Pina de Lemos** para fazer uma intervenção sobre esta moção em discussão:-----

“Só queria dizer uma coisa muito rápida ao membro Pedro Torres, a semântica do seu discurso que veio aqui fazer, não passa de uma retórica. O membro Pedro Torres sabe quem foi José Sócrates, saber perfeitamente, é do seu partido”. -----

O Presidente informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.-----

Deliberação: A moção foi rejeitada, por maioria, com trinta e dois votos contra dos membros dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos Marta Luisa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Uma abstenção do membro Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro; -----

Um voto a favor do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro e Maria Otília da Silva Teixeira;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Segunda Moção: A ÉTICA DO BLOCO DE ESQUERDA DE VIRIATO LEMOS-----

Se a arrogância intelectual pagasse imposto, Portugal pagaria a sua dívida externa.

O Bloco de Esquerda reivindica para si o monopólio da ética republicana, defensora dos direitos das mulheres. Exigir é fácil, cumprir as leis que aprovam é questionável. Se os outros não cumprem, rasgam as vestes, gritam, criticam e falam em nome do povo. Se é o Bloco de Esquerda a não cumprir, ignoram a situação e recorrem às insinuações:-----

Quando há telhados de vidro, exige-se ponderação e o despedimento de duas mães lactentes, em 2022, mostra a falta de ética do Bloco de esquerda. Bem prega frei Tomás, “faz o que digo e não o que faço. O Bloco de Esquerda é discípulo obediente daquele aforismo popular.-----

O Bloco de Esquerda merece um voto de repúdio.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para falar sobre esta moção:-----

“Vou aproveitar até por uma questão de economia de tempo, pois aquilo que vou dizer, aplica-se, exatamente àquilo que vem a seguir:-----

Nós estamos e vivemos num país pluralista e logicamente fazer votos de repúdio àquilo que é a participação de partidos políticos, parece-me, no mínimo, ir contra aquilo que são as regras básicas da democracia. No entanto, em relação àquilo que é a discussão do seu tema e da sua ênfase e naquilo que as nossas discordâncias, permitam-me apenas deixar aqui, um reparo, provavelmente foi um lapso, porque daquilo que são as críticas que podem ser feitas, e dentro daquilo que “Prega São Tomaz”, tenho muito pena, que não tenham vindo, já que eram eu vi cinco moções e apresentava-se uma dentro do mesmo pressuposto do Partido Chega, se aplicavam muito bem nesta situação.-----

O Presidente informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.-----

Deliberação: A moção foi rejeitada, por maioria, com trinta e dois votos contra dos membros dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes

Carneiro, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Uma abstenção do membro Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro; -----

Um voto a favor do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro e Maria Otília da Silva Teixeira;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Terceira **Moção: LUÍS VAZ DE CAMÕES E O 5º CENTENÁRIO**-----

“Camões, um dos expoentes da literatura portuguesa, merece a nossa gratidão e a sua obra engrandece-nos. Ninguém analisou a alma portuguesa como Luís de Camões. Nunca denegriu Portugal e soube, como ninguém, valorizar os feitos portugueses. Quer a sua obra épica, quer a sua lírica devem recuperar a sua relevância na formação da nossa juventude.-----

Se Portugal não realçar a vida e obra de Luís de Camões não merece que a comunidade internacional o trate como igual.-----

A homenagem a Luís de Camões, apesar de tardia, enche-nos de orgulho.-----

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: A moção foi rejeitada, por maioria, com vinte e sete votos contra dos membros dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Morais Carneiro, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge Sousa Lamelas e Maria Otília da Silva Teixeira;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Ricardo Luís de Albergaria Samara

Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

Do grupo municipal da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Duas abstenções dos membros da coligação “Somos Lamego”: Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro;-----

Cinco abstenções dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

Um voto a favor do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro.-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Quarta **Moção: O INCUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRABALHO**-----

“O PCP sofre de distúrbio de personalidade. Identifica-se com as reivindicações do seu proletariado e comporta-se como capitalista sem moral. Quando se zangam as comadres, sabem-se as verdades. São defensores do vínculo laboral dos trabalhadores que trabalham para os capitalistas burgueses e o PCP tem trabalhadores sem vínculo laboral e não passam recibo. -----

Afinal, no pior pano cai a nódoa e não há detergente que as retire. Se é reprovável aquele comportamento no burguês capitalista, no partido da classe operária é inqualificável.-----

Presume-se que o PCP é fiel seguidor de frei Tomás, “Faz o que digo, não olhes para o que faço. -----

O PCP merece um voto de repúdio”.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins** para tecer alguns comentários a esta moção:-----

*“Senhor membro **Viriato Lemos** só queria agradecer a consideração do PCP, enquanto o partido da classe operária, agradece-lho o elogio e o reconhecimento e dizer-lhe que é um ataque sem fundamento, puramente anticomunista e desafio-lhe a dizer quem foram esses trabalhadores sem vínculo laboral ao PCP”.-----*

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para responder ao membro Samuel Martins:-----

“Eu não venho aqui com retórica que vocês têm, vocês têm duas faces da moeda: capitalismo e proletariado e acabou, isto veio nos órgãos da comunicação social, ou não sabe ler? -----

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: A moção foi rejeitada, por maioria, com trinta e dois votos contra dos membros dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, e Arcílio Jorge Sousa Lamelas e Maria Otília da Silva Teixeira -----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Duas abstenções do membro da coligação “Somos Lamego” Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro e do membro do grupo municipal do partido Socialista Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

Um voto a favor do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Moção EM DEFESA DOS VITICULTORES E PELA SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO:-----

Interveio o membro do grupo municipal do Partido Socialista **Pedro Torres** para apresentar e ler a moção em epígrafe:-----

“Considerando que: -----

- Em 2024, a crise no setor vitivinícola não só persistiu como atingiu proporções alarmantes. A desvalorização progressiva de um dos nossos produtos de excelência – a uva – agravou-se até ao ponto em que muitos viticultores, famílias inteiras que dedicaram gerações ao cultivo da vinha, foram obrigadas a deixar as suas uvas penduradas nas videiras. Esta é uma realidade dramática e inaceitável.

- Este colapso não surgiu por acaso, nem é fruto de causas imprevistas. Há muito que os viticultores têm vindo a alertar os sucessivos governos e instituições do setor para os sinais evidentes de deterioração. A queda abrupta dos preços pagos aos

produtores, a ausência de medidas estruturais e o abandono progressivo da Região por parte das entidades centrais são apenas algumas das faces desta crise. -----

- Lamentavelmente, todos os apelos e gritos de socorro foram em vão. Assistimos ao longo dos anos a uma inércia institucional que, se não for cúmplice, é no mínimo negligente. Falta coragem política, visão estratégica e vontade de intervir. A Região tem sido sistematicamente esquecida, enquanto os interesses de outras zonas, nomeadamente da capital, recebem atenção e apoio prioritário. -----*
- A Região Demarcada do Douro enfrenta, atualmente, uma crise profunda, resultante da significativa redução da atribuição de benefício, prevendo-se uma descida para as 70.000 pipas este ano. -----*
- Nos últimos três anos, a situação tem-se agravado de forma contínua, marcada por sucessivas reduções na atribuição de benefício, pela diminuição do quantitativo de produção por hectare, pela entrada de vinho importado no circuito comercial, pela deficiente fiscalização por parte do IVDP e, ainda, pela ineficácia das medidas adotadas, nomeadamente a chamada “destilação de crise” levada a cabo nos últimos cinco anos, que em nada contribuíram para resolver o problema. Os únicos verdadeiros prejudicados têm sido, sistematicamente, os viticultores. -----*
- Tendo disso consciência, o próprio Ministro da Agricultura informou, em agosto de 2024, ter encomendado ao presidente do IVDP um estudo da legalidade e viabilidade económica do uso exclusivo de aguardente regional na produção do Vinho do Porto, estudo este que ainda não viu a luz do dia. -----*
- Toda a conjuntura económica mundial, agravada pela decisão da aplicação das tarifas pelos EUA, teve como consequência imediata a retracção das casas exportadoras, que já começaram a comunicar aos viticultores que não irão adquirir uvas na próxima vindima, rompendo uma relação económica e social histórica que sustentou o equilíbrio da fileira duriense; -----*
- Os viticultores já iniciaram o granjeio, com elevados encargos em mão-de-obra, materiais produtos fitossanitários e manutenção, sem qualquer garantia de escoamento da produção, colocando em causa o rendimento de centenas de famílias, a continuidade da atividade vitícola e a sua própria sobrevivência económica;*
- A esmagadora maioria dos produtores da região são pequenos e médios viticultores, cuja sobrevivência depende exclusivamente da venda de uvas, sendo esta situação insustentável e de alto risco para a coesão social, a economia local e a preservação da paisagem classificada como Património Mundial; -----*
- A ausência de uma estratégia de valorização da produção primária, aliada à desresponsabilização dos agentes comerciais, põe em risco o futuro da viticultura duriense e exige uma resposta política, técnica e social imediata; -----*
- Para agravar ainda mais o cenário, assiste-se a uma especulação económica irresponsável de agentes movidos pela ganância. Estes introduzem vinhos e mostos a preços ainda mais baixos no mercado, distorcendo as regras de concorrência e*

minando a sustentabilidade da produção local. Tudo isto com a conviência, direta ou indireta, de entidades que deveriam zelar pelo equilíbrio e justiça no setor. -----

- É urgente uma resposta concreta, firme e imediata. A nossa Região, os nossos produtores e o nosso património vitivinícola não podem continuar a ser sacrificados por indiferença ou interesses alheios. -----

Pelo que se propõe a esta Assembleia Municipal que aprove a seguinte Moção, pedindo ao Governo que se debruce sobre os problemas da Região, pois esta é, de facto, uma bandeira de Portugal reconhecida mundialmente pela qualidade dos seus vinhos, especialmente o Vinho do Porto, e desempenha um papel significativo na economia da região e do país.-----

O problema que se vive atualmente com aquilo que é a produção vitivinícola e principalmente aquilo que são os produtores do Douro, não é algo de novo, é algo que tem vindo a acontecer ao longo dos anos, mas que efetivamente, este ano se está agonizar em demasia. Que fique claro que isto não tem nada a ver com questões político partidárias, tem a ver com uma questão estrutural que tem vindo acontecer no Douro ao longo dos anos. -----

O grande problema e depois passando a seguir à moção, o grande problema prende-se, que este ano, em concreto, que será para a próxima vindima, a quantidade de pequenos agricultores ficaram fora da capacidade de poder escoar o seu produto agonizou-se. Verdade seja dita, o Estado Português ao longo dos diversos anos não tem tratado muito bem aquilo que é a situação dos vitivinicultores do Douro ao longo dos diferentes anos, há muitos anos a esta parte.-----

E aquilo que tem vindo a acontecer e que irá acontecer, certamente, é que cada um destes pequenos agricultores que necessitam, logicamente, dessa mesma capacidade de escoar o produto, vai ver a sua vida de forma a andar para trás, devido ao facto de agonizar-se cada vez mais. É um facto, que nós temos atualmente excedente de produção.-----

As situações relacionadas com a incapacidade que nós temos de colocar o produto no mercado, e poder-se-á dizer que a situação atual, por exemplo nos Estados Unidos, é o quarto maior importador, poderá, logicamente, complicar, mas nós temos aqui um problema estrutural que é preciso olhar de frente. -----

Esta moção não muito diferente de outras que já foram apresentadas noutras Assembleias Municipais, e que visa somente, isso mesmo, deixar aquilo que é a nossa mensagem de proteção aos vitivinicultores e portanto esperamos logicamente que possa ser subscrita por outros.-----

Neste sentido, apresento a seguinte moção:-----

MOÇÃO -----

“1.Expressar solidariedade e apoio incondicional aos viticultores do Douro, reconhecendo o seu papel insubstituível na preservação da economia rural, do património natural e da identidade regional. -----

2.Recomendar ao Governo que proceda à alteração legislativa necessária para que todos os vinhos com Denominação de Origem Porto e Douro sejam exclusivamente produzidos com uvas da Região Demarcada do Douro. -----

3.Recomendar ao Governo e ao IVDP a implementação imediata de um plano de emergência para o setor, que inclua: -----

- Apoios financeiros diretos aos viticultores que se vejam impedidos de vender as suas uvas; - Medidas de compensação por perdas de rendimento; - Incentivos à diversificação de destino da produção de uva; - Facilidade de acesso ao crédito agrícola e renegociação de dívidas. -----

- Reforçar e credibilizar um plano eficaz de fiscalização cadastral e da circulação de produtos vínicos na, e para, a Região Demarcada do Douro. -----

4.A implementação da taxa turística de sustentabilidade do Douro para ser usada na promoção da região e dos seus produtos. -----

5.A implementação de medidas regionais e nacionais por forma a controlar a importação de mostos e vinhos do estrangeiro. -----

6.Reforçar fortemente a fiscalização na atividade vínica e cadastral no Douro. -----

7.Inclusão no Observatório de Preços Agro-alimentar a Uva na RDD, por forma a apurar preço justo e digno para as uvas garantindo a sustentabilidade económica da viticultura e consequentemente a sustentabilidade social e ambiental da Região do Douro. -----

8.Existência de uma taxa de lucro fixa após a venda direta do produtor, a ser distribuída entre o distribuidor e a garrafeira/restaurante, por forma a incentivar o consumo e a impedir a regra de aplicar ao vinho margens de lucro de 200%. -----

9.Apelar às casas exportadoras para que assumam a sua responsabilidade social e económica, garantindo contratos de compra justos, continuidade nas relações comerciais e compromisso com a sustentabilidade da cadeia de valor do vinho do Porto e Douro. -----

A presente moção será enviada: -----

Ao Governo da República; -----

Ao Ministério da Agricultura; -----

Ao Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP); -----

À Casa do Douro;-----

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); -----

À Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro); -----

Aos grupos parlamentares da Assembleia da República; -----

E aos órgãos de comunicação social regional e nacional. -----

Lamego, 5 de maio de 2025”-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para comentar a moção apresentada pelo membro Pedro Torres:-----

“ Cumprimento todos os membros presentes nesta sala, bem como a todas as pessoas que nos acompanham através das redes sociais.-----

Sim, este é um assunto importante e é um assunto estruturante da nossa sociedade lamecense, porque somos durienses, na nossa alma e no nosso ser. Esta moção do partido Socialista presente e que partilhou ontem à noite, deu tempo para ler e de uma forma geral apresenta bons e relevantes argumentos, aponta soluções que nos parecem poder vir a ser eficazes. E naturalmente é preciso vontade política, mas também união e solidariedade de todos os durienses onde nos encontramos, porque este é o nosso Douro.-----

Como diz o membro Pedro Torres esta é uma crise antiga, naturalmente há aqui responsabilidades também políticas, nomeadamente do partido Socialista que esteve oito anos na governação, como é evidente.-----

O timing é este como poderia ter sido outro, é sempre um timing um bocadinho instado para fazer estas moções, mas percebemos a pertinência da moção e isso é que é importante e a pertinência estamos todos do lado dos pequenos e médios produtores.

O membro Pedro Torres dizia que há excedentes, mas só há excedentes porque, como ele referiu também, há algumas entidades, algumas nossas que importam e vender uva e vinho que não é nosso e depois produzem os excedentes. -----

De qualquer das formas é verdade que se verificou uma redução muito significativa no preço das uvas, é verdade que os agricultores se queixam, já no ano passado acontecia isso, e há dois anos, eventualmente, é uma questão antiga. A redução do benefício também me parece que é uma questão significativa. Agora temos aí as tarifas para a ajudar à conversa, espero que seja um processo instável e transitório.---

Mas como é evidente, esta questão da responsabilidade é nossa, nossa lamecenses e nossa duriense, esta questão das nossas cooperativas e os nossos intermediários andarem comprar uva e vinho fora da região e depois vendê-la aqui, esta é a nossa responsabilidade. Mas podíamos acrescentar até um outro aspeto, como referia o membro Pedro Torres, depois ajudam a criar um quadro de instabilidade de extrema dificuldade. Estou a lembrar a questão da mão-de-obra e a questão dos imigrantes, que temos que acolher e instalar, com qualidade e às vezes isso nem sempre acontece. Estou-me aqui a lembrar das alterações climáticas e da necessidade de pensarmos em sistemas de regra sustentáveis, este é um problema que se vai colocar a curto prazo. -----

E até o próprio problema de desenvolvimento da Região, que está fortemente espartilhado, está estrangido, está apertado, tem dificuldade em expandir-se, porque questões de regulação externa. Estou-me a lembrar deste conceito “Douro Património Mundial” e da CCDRN, que às vezes não nos deixa e cria dificuldade aos pequenos e médios agricultores. -----

Há pessoas no dia a dia que precisam de compor as suas casas, precisam de compor os seus caminhos, precisam de compor os seus muros e têm um conjunto de

constrangimentos, que provavelmente não faria sentido e podia ter uma leitura mais equilibrada.-----

Quanto às propostas, as mesmas de uma forma geral parecem adequadas, de qualquer das formas, esta questão da taxa turística, admito que não possa ser uma questão consensual, pode resultar, pode não resultar, em fim, faz parte das propostas, aceitamo-la, mas de alguma forma podemos considerar aqui alguma dificuldade em alguns setores que não concordam muito com taxas turísticas. -----

Por isso, de uma forma geral, independentemente destas questões políticas, a pertinência que não é a melhor, havia de ter sido noutra altura, porque este problema já é antigo, mas é o que é, independentemente disso, penso que estamos todos do lado dos durienses, do lado dos viticultores, dos lado dos lamecenses, e naturalmente subscreveremos esta moção apresentada pelo partido Socialista.-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:-----

“ Foi o partido Socialista que deixou chegar a Casa do Douro ao caos quando estiveram no Governo. Vem agora com este comunicado para enganar os viticultores em época de eleições. É preciso ter lata do partido Socialista”-----

Usou da palavra o membro **Samuel Martins** para dizer o seguinte:-----

“A CDU acompanha, claramente, com preocupação com os viticultores do Douro, não entende a ausência desta versão do papel da Casa do Douro e que esta foi recuperada, não vem nenhuma referencia ao pape da Casa do Douro, serve esta intervenção como declaração de voto”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões**, para proferir o seguinte:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e todos os lamecenses que nos seguem através das redes sociais.-----

Eu tinha que vir fazer esta intervenção, porque sou de uma família que viveu durante muitos anos da viticultura. E eu penso que, ao longo desses anos a viticultura tem-se vindo a degradar cada vez mais. Não há uma correspondência por parte do poder central às ambições dos viticultores, isso é um problema antiquíssimo, o membro Pedro Torres também o referiu aqui.-----

Eu este ano fiquei um bocadinho dramatizado, porque visitei muitas quintas, devido à minha vida profissional, fiquei chocado com a quantidade de uvas que ficaram nas videiras, uma coisa abismal. -----

Eu acho que esse era o momento certo para se vir aqui e apresentar a moção que se apresentou, há momentos, há timings para tudo. E os viticultores vão estar sempre, sempre, do lado deles, e agora virem apresentar, agora neste timing, em que nos sabemos que estamos em campanha eleitoral. Eu sei que o membro Pedro Torres veio dizer que não há aqui nenhuma componente política por de trás, eu quero acreditar nisso, nos próximos tempos, no futuro, nas próximas horas eu vou acreditar nisso. Acho que não é o timing para isso mesmo. Mas quero transmitir claramente aos

viticultores que eu estarei sempre, sempre do lado deles. E, principalmente este ano fui também um bocadinho com eles”.-----

Retomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer o seguinte:-----

“Dizer apenas o seguinte, porque foram várias as pessoas que referiram a questão do timing, mas permitam-me dizer uma coisa, quando nós estamos numa altura em que temos praticamente eleições todos os anos, se não nunca iríamos ter timing, para discutir o que quer que seja.-----

E permitam-me também dizer outra, isto aplica-se a todos sem exceção, vamos ser honestos, deixemo-nos de preocupar muito com aquilo que a representatividade partidária, porque ou muito me engano, absolutamente ninguém de Lamego irá ocupar algum lugar na próxima Assembleia da República. E portanto, se estivermos à espera que alguém de Lamego vá ocupar esse lugar na Assembleia da República para nos estar a representar, pois pelo menos durante um ano vamos ter que ficar quietinhos no lugar.-----

E porque este timing agora, vou explicar, podia ter sido há dois anos atrás, podia ter sido há um ano atrás, mas foi agora, e todos sabem que a bem pouco tempo, foram vários vitivinicultores, estão aqui vários Presidentes de Junta, que muitos dos seus fregueses, começaram a receber cartas a dizer que este ano já não tinham onde entregar as uvas. E portanto, o timing é este. É discutir que ficaram dezenas, se não mesmo centenas de pequenos produtores sem possibilidade de escoar o seu produto. Portanto, esqueçam, se pensam que eu venho para aqui preocupado com as eleições legislativas, estão muito enganados. É para lado que eu vou dormir melhor todos os dias.-----

E também, muito sinceramente acho que qualquer um de vocês devia fazer o mesmo, porque a nossa representatividade é aquilo que todos nós sabemos.-----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para se referir a esta moção:-----

“Quero cumprimentar todos os presentes nesta sala e todos que nos escutam nas redes sociais.-----

Falar nas negociatas no vinho do Douro, sempre é histórico, e particularmente nestes últimos anos. As negociatas dos intermediários, as negociatas das próprias adegas, comprarem vinho a preços baixíssimos em Espanha, e depois irem queimá-los e receberem subsídios. Aliás o ministro atual da agricultura chamou à atenção, quando aqui estive no Douro esse facto, que não compreendia isto. E isto tem dezenas de anos, não é de agora, dezenas de anos. E andou tudo isto escondido, defenderem vários interesses. -----

Quando se diz aqui o timing, eu acho que há um timing político, não tenho dúvidas nenhunas, porque senão o partido Socialista já o teria apresentado na altura da vindima. Que já se sabia que as uvas que ficavam na vinha. -----

Por outro lado, também queria chamar a atenção a fiscalização, o Instituto não fez quase nada, nada. E que é que fizeram os governos do partido Socialista nestes anos todos, “zero”. Portanto, isto é consequência de políticas erráticas sobre o Douro.-----

Os interesses dos pequenos produtores e médios foram sempre subjugados, particularmente, aos intermediários.-----

Depois temos outro problema, o Douro não tem vinho em excesso, o vinho que produz tem escoamento, se não fosse a tal importação. -----

Por outro lado, também há aqui factores que têm pesado no consumo do vinho, os hábitos das populações. Hoje não se consome no Douro um décimo, se calhar 50% daquilo que se consumia há anos.-----

Também da parte das instituições, associações de agricultores, tudo isso, a falta de marketing, que têm feito ao longo destes anos. Porque me custa muito mesmo, entrarmos num café e ouvir “quer o Martini”, porque não se pede um vinho do Porto? Porque? Criar hábitos às populações, não só da Região do Douro, como do resto do país.-----

Também por outro lado, eu costumo dizer muitas vezes isto, isto é verdade, na cidade da Régua, pergunto muitas vezes, então vocês não poem o vinho do Porto. Vejo muitos cafés que, dificilmente, têm uma garrafa de vinho, mas não propõem. Portanto era preciso dinamizar, criar, publicitar um marketing forte, para que se criasse hábitos do consumo de vinho e, particularmente do vinho do Porto, aquilo que nós chamamos o vinho fino ou vinho generoso.-----

Portanto seria essa uma das formas de o consumo aumentar, mas não fazem esse marketing.-----

Por fim, queria apenas dizer que o partido Socialista nesta moção, e nos considerandos, onde fala da implementação de medidas regionais e nacionais, por forma a controlar a importação de vinhos estrangeiros.-----

Eu penso que em termos legislativos isto não será possível, o mercado está aberto, isto é fazer pressão e o próprio Douro em si e as Associações criarem essa dificuldade, não vejo que qualquer governo criar legislação a impedir a negociação da importação de vinhos. Portanto, isto é um problema que o próprio Douro tem que resolver e resolvê-lo de uma forma de pressão sobre esse, digamos assim, eu não digo traficantes, mas esses importadores, que se aproveitam de uma Lei, que o aproveitamento dessa Lei de queimar os vinhos.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para referir o seguinte ao membro Pedro Torres:-----

“ Não sei se era para mim o recado que veio cá dar, mas eu quero deixar bem claro que o conteúdo que apresentou, eu disse que concordava com eles, estava em dúvida aquilo que eu tenho, a partir do momento que chegou aqui e disse que não era para tirar proveito político, para mim estamos todos de acordo. Se não houver aproveitamento político para mim estamos todos de acordo. Estamos todos ao lado

dos nossos viticultores. Teremos que lutar pelos interesses deles, só isso que quero esclarecer.-----

Agora, o membro Constantino Vaz falou aqui uma coisa que é verdade e que eles todos se queixam, andamos a comprar vinho a vinte e a trinta cêntimos para depois não salvaguardar os nossos produtores que produzem cá. O mal está aí, esta luta tem que ser de todos. Só espero a que não haja aproveitamento político”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para pedir ao membro Pedro Torres um pedido de esclarecimento:-----

“O meu pedido de esclarecimento prende-se única e exclusivamente com os pontos 4 e 8, porque na verdade fala-se aqui na criação de duas taxas e queria perceber como é que isto se vai operacionalizar. Ou seja, o que é que em primeiro lugar quando se refere a taxa turística de sustentabilidade do Douro, em que consiste? É paga por quem, qual é a contraprestação que está aqui associada, qual é remoção do obstáculo? Ou a utilização do bem público? Ou a prestação administrativa que é, efetivamente, prestada, que gere esta taxa. Isto aqui é uma questão, digamos, mais académica. Sabem qual a minha posição sobre as taxas turísticas?-----

E a segunda questão prende-se com a limitação dos lucros da venda, eu a última vez que ouvi falar na limitação de lucros de venda, creio que até foi uma proposta que o partido Chega apresentou para limitar os lucros na venda dos bens do cabaz essencial 15% e que foi rejeitada pela Assembleia da República, gostaria de perceber em que consiste, porque na prática é uma limitação de preços que está aqui a ser sugerida no ponto 8 da proposta, pedia assim os esclarecimentos se fosse possível.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para responder as questões formuladas:

“ Bom, independentemente de nós estarmos no mercado aberto, principalmente aquele que está integrado na União Europeia, não se contempla só pela nossa região, região demarcada, e com denominação de origem. Isto é algo que existe em variadíssimos produtos alimentares que não são ligados ao vinho, não só por esse país fora, mas por essa Europa fora.-----

E em relação a isso as coisas são muito claras e inequívocas. Se o produto não tem a origem daquela Região que é Demarcada, e neste caso falamos da Região Demarcada de vinhos mais antigos do mundo, pura e simplesmente não pode ter a denominação, podem-lhe chamar o vinho do António, do Manuel ou do Joaquim, não pode ter a denominação de origem, que está salvaguardada. E se nós queremos aprender um pouco com isso, e daquilo que é a salvaguarda do próprio produto, olhemos por exemplo em França, quer seja na Região Demarcada de Bordéus, quer seja na Região de Champanhe. Quer por exemplo os próprios italianos, nas suas diversas regiões, em que pura e simplesmente não abdicam desse princípio, e cuja a salvaguarda dos agricultores é bem mais distinta. Comparando, por exemplo, aquilo que se paga a um produtor aquilo que é os valores, por exemplo sobre o espumante, e vamos comparar aquilo que se paga a um produtor sobre o espumante, neste caso

da Região de Champanhe. E vamos ver, logicamente, quer o produto sai a um preço completamente diferente, mas aquilo que o produtor também ganha, é, logicamente, muito distinto daquilo que é a nossa realidade.-----

E, portanto, isto é uma questão de valorização daquilo que é produzido aqui, aí sim, concordo que, efetivamente tem que haver ferramentas de fiscalização para evitar aquilo que se pode chamar de uma verdadeira pouca vergonha, que é a transferência de mosto e de vinho de outras regiões, que se tenta passar pela Região do Douro e que pura e simplesmente serve para vilipendiar os nossos vitivinicultores. Penso ter sido claro em relação a isso.-----

Em relação às dúvidas do senhor Presidente da Assembleia, nós temos que logicamente criar aqui ferramentas de valorização do produto, podemos sempre discuti-las, mas a nossa proposta é clara. No ponto quatro tem a ver com a aplicação de uma taxa de turismo para aqueles que, logicamente nos visita, e portanto isso será suportado diretamente por quem visita a nossa região. Se visita a nossa região, logicamente que terá que pagar uma pequena taxa que, no seu conjunto, deverá ser canalizada para aquilo que é não só a promoção do vinho da nossa região, mas acima de tudo criar ferramentas de apoio aos viticultores.-----

E garanto-vos uma coisa, se nós não adoptar-mos alguma medida, pois dificilmente conseguimos salvaguardar. Isto não é nada de novo, é algo que já se aplica noutras regiões por essa Europa fora. Nós não vimos descobrir aqui a pólvora, nem estamos aqui e agora hostilizar o turismo, Aliás, provavelmente vamos aplicar taxas bem mais reduzidas do que aquelas que se aplicam noutras regiões, onde muitas das vezes os valores, por exemplo, associados que é o alojamento, chegam a atingir valores de 5%, diretamente para o apoio a este tipo de produtos e a este tipo de produção. Portanto, nem sequer estamos a falar desse tipo de valores, estamos a falar, logicamente, de valores que, no seu conjunto deixam de ser simbólicos, porque poderão angariar aqui alguns milhões de euros.-----

Em relação ao ponto oito, trata-se apenas de estabelecer uma taxa fixa sobre aquilo que é a valorização do produto. Permitam-me dar aqui exemplos que vocês conhecem bem. Nós temos alguns produtores cujo preço que estão a pagar aos vitivinicultores são apenas alguns centimos, por cada litro, e isto já foi aqui referido, e depois vemos, a mesma garrafa de vinho que nas prateleiras dos supermercados ou de mercearia, junto da nossa zona, que custa cinco euros, muitas das vezes essas garrafas chegam alguns pontos da restauração e todos vocês sabem isso, a preços de trinta e quarenta euros. Ora esse tipo de valorização do produto, no nosso ponto de vista deve ter uma taxa fixa, não é uma taxa variável, que é para tentar depois vilipendiar também aquilo que são os lucros das pessoas. É ter uma taxa fixa que, logicamente vá salvaguardar aquilo que são os interesses de quem realmente produziu as uvas. Isto, logicamente é uma discussão, vocês podem dizer que agora o distribuidor é leva com a moca dos preços, salvo seja, não. O que acontece aqui, é de facto, o mesmo produto, por parte

do distribuidor, é vendido, às vezes bem inferior que nós encontramos, daquilo que são as garrafeiras. -----

Existe, claramente um aproveitamento e uma especulação do produto, que não traz a transferência direta da oportunidade para quem produz a uva e é apenas isso.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

“Agradeço os esclarecimentos que prestou, mas as minhas duas questões permanecem, e sublinho-as muito rapidamente. Em primeiro lugar quanto `questão da taxa turística, qual é a minha objecção quanto à criação de uma taxa turística, ainda por cima uma taxa turística regional, seria esta a ideia. Em primeiro lugar, a que verdadeiramente, as taxas turísticas são falsas taxas turísticas, são impostos, e sendo impostos não podem ser criados sob a figura de uma taxa devem ser criadas sobre a figura de um imposto.. Sobre isto também já muita gente escreveu e, verdadeiramente, são impostos porque? Porque seja uma taxa de chegada por via, neste caso, fluvial, seja uma taxa de dormida, são as duas únicas hipóteses de taxa turística para aqui para a nossa região, quer uma quer outra fazem que qualquer pessoa, independentemente da finalidade que visita a nossa região, seja para trabalhar, seja para visitar a família, seja para fazer turismo paga e é presumivelmente considerado um turista. Que é o que acontece a cada um de nós, quando vai, por exemplo a Lisboa e vai em trabalho e paga uma taxa turística, mas de turismo foi zero, foi trabalhar ou foi fazer um tratamento de saúde, uma consulta ou seja o que for. Não é, é uma questão de conceito, e os conceitos são importantes, porque se nós estamos a propor a criação de uma taxa quando não temos legitimidade para a criar, porque sendo um imposto tem que ir ao Parlamento, eu creio que a redação do texto podia ser diferente e os conceitos, pelo menos são importantes.-----

Depois a questão de limitação do lucro, eu percebo a ideia aquilo que defende e aquilo que aqui foi apresentado, mas isso parte de um pressuposto que nós não controlamos, é o pressuposto que a procura só se vai manter estável com a limitação do preço. A procura por parte do distribuidor, por partes dos restaurantes e por parte de quem compra para revender, isso pode não acontecer. Num mercado altamente concorrencial, a partir do momento que um produto começa a ter uma limitação de preço, pode haver e a natural que o mercado assim reaja à procura de mercados alternativos. Portanto, esta ideia de que nós vamos ter exatamente a mesma procura, mas vamos limitar os preços e isso até irá fazer com que o consumo dispare ou pode funcionar ao contrário.-----

De facto o distribuidor ou restaurante, ao ter uma limitação de preço vai ter uma tentação, vai ter uma vantagem económica, do que a procurar outros mercados. Parece-me que é lógico e por isso senhor membro da Assembleia eu acompanho em larga medida o que está aqui escrito, naturalmente, percebo a referência do PCP, que se calhar deveria incluir uma referência também à importância da Casa do Douro neste setor, mas no ponto quatro e no ponto oito, por estas duas razões não consigo

acompanhar nestes dois pontos específicos. Tudo o resto estou de acordo com a moção.-----

O Presidente da Assembleia informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.-----

Deliberação: A moção foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Constantino José da Costa Vaz, Maria Liliana dos santos Monteiro Ribeiro, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Três abstenções dos membros Samuel José Moreira Martins da CDU;

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, membros da coligação “Somos Lamego

Um voto contra do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”: Paulo Henriques Almeida Loureiro e Germano Correia Ribeiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer uma intervenção:-----

“ Eu gostaria de começar esta minha intervenção antes da ordem do dia, por um tema que eu já trouxe, numa outra sessão da Assembleia Municipal, e como agora nós terminamos dentro do período escolar aquilo que são as férias da Páscoa e já com o 3.º período, este ano será relativamente curto, e portanto, não tarda muito e entraremos em férias escolares a partir já de junho deste mesmo ano, a pouco mais de um mês. Gostaria de trazer aqui outra vez um tema que nos tem preocupado, já foi alvo da nossa manifestação de preocupação, que tem a ver com os valores que são praticados nos ATL’S durante o período de férias escolares. -----

E já aqui tinha dito, que os valores que são praticados parecem-nos a nós extremamente abusivos, o valor de dez euros. Isto tem tudo a ver com uma coisa muito simples,. Tem tudo a ver com as prioridades políticas e daquilo que é a nossa priorização em relação áquilo que são as nossas opções.-----

E, claramente, as questões relacionadas com o apoio às famílias e aos alunos, não nos parece que esteja a ser uma prioridade, por parte deste Executivo.-----

E passo a explicar porque, o valor que já foi praticado agora na Páscoa, pelos vistos irá ser praticado nos mesmos moldes, a partir das férias escolares.-----

Façamos as contas de uma forma muito simples, uma família que tenha dois menores e que tenham que frequentar os ATL'S durante o período de férias, dentro de uma instituição pública pagarão qualquer coisa, grosso modo, por mês, pagarão qualquer coisa como quatrocentos euros por mês para terem os seus jovens a frequentar essas mesmas atividades. Isto é mesmo uma opção, nós podemos, logicamente, fazer um conjunto de opções políticas e sem fazer derrapagens orçamentais, cortar-se numas coisas e valoriza-se outras.-----

Assim e em relação a isso, aquilo que me apraz dizer, é que neste momento, o ATL de Lamego é apenas para quem tem dinheiro, é apenas para quem pode, é apenas para uma franja da população. E aquilo que deveria acontecer, no nosso ponto de vista, era em primeiro lugar a redução do valor a praticar por dia, em segundo lugar reforçar aquilo que são aos meios e apoio e aumentar a capacidade de numero de alunos para frequentar o ATL. Se essa opção não é feita, diz muito daquilo que é a preocupação do atual Executivo, daquilo que é as famílias e os seus respetivos menores que frequentam o ATL.-----

Eu não quero queimar alguns dos pontos que aqui estão, mas há aqui outras duas situações, que eu gostaria de trazer, porque está, praticamente, a fazer quatro anos de mandato desta maioria, e portanto desta coligação, e logicamente, ao fim de quase estes quatro anos, já quase em jeito de balanço, existe aqui algumas particularidades, que de facto, não poderia deixar de referir. -----

Em primeiro lugar eu queria falar sobre o Multiusos e sobre o estado em que o Multiusos se encontra atualmente. Eu lembro-me bem daquilo que foi dito à quatro anos atrás, até sob a forma de vídeo, com toda a popa, com tudo o populismo que é característico, aqui d'el Rei o Multiusos estava deplorável, tinha sido abandonado. Bom, ao longo destes últimos quatro anos, de facto aquilo que foi acontecendo foi um abandono total. Neste momento grande parte do edifício parece que está instalado em cenário de guerra, tal é a forma como está abandonado, vilipendiado e portanto diz muito daquilo que foi em tempos da jóia da coroa e agora é nada mais que um exposto de guerra. E, portanto permitam-me apenas dizer que, independentemente do arrependimento, que até já foi referido nestas mesmas sessões da Assembleia, aquilo que foi o gastar de milhões de euros para a construção daquele edifício, peço um bocadinho também de calma, não vale a pena deixar aquilo, completamente ao

abandono. Façam aquilo que já deviam ter feito, desde a primeira hora, que era ter um edifício, devidamente, pronto, devidamente equipado e devidamente operacional, coisa que nunca ficou, nunca esteve e já estou a ver que dificilmente alguma vez vai estar, mas acima de tudo, leve uma lavagem de roupa e aquele estado deplorável em que se encontra completamente ao abandono, cheio de problemas, que de facto, possa ser resolvido de uma vez por todas. -----

Nós já conseguimos ver aquilo que são os trabalhos de movimentação de terras do futuro Centro de Saúde de Lamego, o Futuro Parque de Saúde. E volto outra vez àquilo que foram os vídeos de à quatro anos atrás, da forma que todos nós sabemos, que se utiliza durante os processos eleitorais, o que é que foi dito sobre a construção de muros que iriam ser feitos no primeiro terreno que estaria indicado para a construção daquele mesmo equipamento. O que foi dito, os muros altos.-----

Bom, eu tenho tido o cuidado de ver o desenrolar da obra de diversos ângulos, das duas uma, ou se vai recorrer a um qualquer milagre de construção, que sinceramente não estou a ver qual, ou a construção dos muros que estarão afetos aquilo que vai ser a obra do Centro de Saúde, vão ser bem maiores do que aqueles que estavam inicialmente projectados. E portanto não deixa de ser curioso, no mínimo, chegados ao fim deste tempo, também de se ter quatro anos, não deixa de ser curioso, de facto, verificar aquilo que se disse na altura, agora passa-se uma esponja por completo e vamos fazer de conta que nada foi dito na altura, nada foi afirmado na altura e que aquilo que nós estamos a fazer hoje em dia, é gastar mais uns milhões valentes àquilo que o erário público e concretamente àquilo que é aos impostos dos lamecenses, e o resultado final, pelo menos da questão estética, dos muros que tanto preocupava o senhor Presidente da Câmara, provavelmente não será muito diferente daquilo que poderia estar inicialmente previsto.-----

Para terminar, porque hoje temos uma sugestão em relação àquilo que é a aprovação de um empréstimo para a parte rodovia e parte das estradas. De facto quer deixar uma nota muito rápida.-----

Tem sido propagandeado uma grande reestruturação e uma grande intervenção na rodovia no Concelho de Lamego, eu tenho tido algumas dificuldades em encontrar essa mesma reestruturação e essa mesma melhoria, para ser muito sincero. Porque aquilo que é a esmagadora da maioria das nossas vias estão num estado, perfeitamente deplorável, e são várias. Se calhar aqui, poderá haver uma ou outra freguesia que até terá beneficiado para algum setor muito específico. Mas se calhar os centros onde existem maior concentração de pessoas, são exatamente aqueles que mantêm as vias num estado perfeitamente lastimável. Portanto, esperamos que, de facto, que esta verba que aí vem, possa ser feita um qualquer milagre de multiplicação dos pães, e que as vias venham a ser reabilitadas e recuperadas rapidamente. Porque aquilo que as pessoas, nós nesta altura podemos falar não só de uma questão de percepção, como uma questão de visualização.-----

Agora fala-se muito da questão da percepção, mas é percepção, de facto, é que não se vê nenhuma melhoria das vias. Aquilo que se vê no dia a dia , é que elas, de facto, não estão devidamente reabilitadas. Não se esqueçam, é que agora não passaram sete meses, já passaram quatro anos.-----

Usou da palavra o **Presidente da União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e as pessoas que nos seguem lá em casa através das redes sociais.-----

Achei pertinente fazer esta intervenção mais no sentido de ter aqui alguns esclarecimentos, tanto para mim, mas essencialmente para a população de Parada do Bispo e de Valdigem. -----

Gostava de perceber e daí digo desde já que fico contente e parabeno por estar em andamento o projeto para o Centro Cívico em Valdigem, na famosa obra do “esqueleto”, mas gostaria de perceber o seguinte: Algumas pessoas têm-me questionado em Valdigem, porque, efetivamente é que sou o Presidente da Junta, com todo o respeito que tenho pelo senhor Presidente da Câmara, perguntam-me o que é que vai ser feito aqui neste edifício em Valdigem e respondo que é o Centro Cívico, e qual é a intenção? O que é que vamos ocupar aqui nestas infraestruturas? Bom e eu até disfarço um bocadinho e digo que estamos a trabalhar em conjunto, coisa e tal. Assim gostaria de perceber as intenções do senhor Presidente da Câmara ou então eu entendi isto mal. -----

Se pensa, acho que faz todo o sentido, eu enquanto Presidente da Junta e em articulação com o senhor Presidente da Câmara tenhamos um envolvimento mais próximo nesta matéria, parece-me que faz todo o sentido eu enquanto Presidente de Junta saber e acompanharmos as ditas obras que hão-de vir e aquilo que é necessário para nós e para os valdigenses.-----

Qual a gestão que estaria a pensar ou estará a pensar efetuar naquele espaço, de formas e de que moldes.-----

Em segundo lugar e em relação às escolas de Valdigem, o processo jurídico está encerrado, felizmente para todos e era uma questão que eu queria aqui trazer, até para as pessoas que nos vêem lá em casa, também ouvirem de uma vez por todas e estarem tranquilos. Para quando o senhor Presidente da Câmara pensa devolver as escolas novas para Valdigem através do seu executivo, e também fazer aquilo que já tinha dito ao senhor Presidente da Câmara que era ver se conseguiam nessa altura, também fazer obras no polidesportivo, que com as obras dos acessos para as escolas velhas, se podemos dizer assim, deteriorou-se de tal maneira o referido espaço tirando qualquer tipo de possibilidade de as pessoas fazer o uso para o qual se destina.-----

Em terceiro, fico contente pela questão da pavimentação, aqui que foi aprovado na Assembleia Municipal de fevereiro, que deu conta, de finalmente chegar o alcatrão a Valdigem, vale mais tarde do que nunca. E portanto, através da pavimentação da

Estrada do Cruzeiro, que é bem necessitada e bem-vinda, dai o meu muito obrigado por ter sido aprovada essa obra. Mas também tenho aqui algumas dúvidas qual é o critério para que depois sejam tomadas algumas decisões. -----

Eu tinha sublinhado e fico contente que também seja feita a obra da estrada da Courela, Padre João Ferreira e Rua do Couraceiro, mas a estrada que mais nos preocupa e que eu tinha feito referência a isso mesmo, é a estrada de Santo António que está uma vergonha.-----

E eu também queria que me explicassem, se nós, enquanto Presidentes de Junta, de certo com os meus colegas aconteceu a mesma coisa, penso que somos nós que devemos sugerir qual é as dificuldades e quais são as prioridades.-----

Portanto, eu estou cansado, também é esse o meu papel ,o senhor Vereador está-se a rir e pode-se rir, porque está bem visto, acho que se pode rir. E portanto o que acontece? A questão da estrada da Rua de Santo António está, efetivamente, uma vergonha, e nós gostávamos nestes casos e nesta matéria, sermos mais ouvidos para determinarmos prioridades. E qual é a ideia nesse caso. -----

Em relação à questão dos fornecimentos de paralelos, nós já sabemos através ali do senhor Vereador, porque isto não dá para rir, são coisas muito sérias e não nos podemos rir, estamos ao serviço do povo e essas coisas todas, e há coisas que não nos podemos rir, pelo menos aqui numa casa da democracia, que é uma casa séria, penso eu. E, portanto a questão dos paralelos é uma questão que nós já sabemos mais ou menos o que aconteceu. O facto é que estamos em maio, nós temos obras que estão a ser feitas, feitas com muito sacrifício, com a boa vontade de alguns empreiteiros para podermos ir pagando, e portanto, não nos podemos dar ao luxo de ter obras paradas. Já pagamos duas cargas de paralelos a fornecedores do bolso próprio, que nos faz uma imensa falta e nós gostávamos de perceber quais são as alternativas para que possamos levar a cabo o termo de algumas obras que temos. Porque nos, pelo menos, em Parada do Bispo e Valdigem temos pouquinho dinheiro, pelo contrário, até temos compromissos que temos que assumir com vários empreiteiros com a sua boa vontade, que nos foram, passe a expressão, fiando algum tipo de trabalho, porque senão nada é feito.-----

Eu quero continuamente vir aqui, agradecer como os meus colegas fazem, nomeadamente o PSD ao Executivo as obras que são feitas. Portanto, somos todos do mesmo Concelho, o Presidente da Câmara tem feito um trabalho interessante nesse sentido também, de proximidade, e é isso que queria. Não entenda isto como uma crítica, é uma questão de que nós sabermos com o que podemos contar, qual é a sua atitude em relação a isso, para que eu possa, finalmente explicar aos valdigenses e de Parada do Bispo o ponto da situação”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer a seguinte intervenção:-----

“ O senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, não tem andado pelo Concelho, de certeza absoluta, para vir falar em pavimentações. Vou deixar aqui uma recomendação aos colegas que já tiveram pavimentações e não foram, de certeza, só os colegas do PSD, também do PS, que já as tiveram. Que publicassem nas suas redes sociais, concretamente, nas suas freguesias, para que todos os membros da Assembleia ficassem elucidados das estradas que foram repavimentadas, que já foram muitas: Lalim, Ferreirim, Lamego, (Souto Covo, Alvelos), tantas estradas que por aí andam, estão todas requalificadas, todas e vai haver muitas mais.-----

Também deixava aqui um recado ao senhor Presidente da Câmara, porque tem as redes sociais do Município, o Município pode, perfeitamente aproveitar a página e publicitar também todas as páginas das redes viárias que estão a ser requalificadas, para assim elucidar o senhor Presidente da Junta. -----

Falando do espaço Multiusos está totalmente ao abandono? Eu vejo sempre lá atividade. Por fora pode estar um bocadinho feio, mas também a minha casa precisava de ser pintada por fora, acredito que se calhar o Multiusos também precisa de levar uma lavadela nas paredes por fora. Mas perder atividade interna nunca perdeu. Vejo lá sempre atividade. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder às perguntas formuladas anteriormente:-----

“Cumprimentos todos os presentes nesta sala, lamecenses que nos acompanham através das redes sociais do Município. Quero também cumprimentar a todos e saudar este reencontro, depois de não ter podido ter estado presente na sessão solene do 25 de Abril, por me encontrar no estrangeiro de que falarei a seguir.-----

Respondendo as questões que aqui foram suscitadas, mas por parecer de grande importância a moção relativa a proteção e defesa dos pequenos viticultores do Douro, deixar aqui também uma referência neste aspecto que me parece muito pertinente. É um tema que a todos nos preocupa, o Douro tem, efetivamente, e o nosso Concelho de Lamego também um tecido social muito baseado na viticultura, pequena e média viticultura, algumas propriedades de maior dimensão, já com uma diversificação de atividade turística que lhes dá outra sustentabilidade. Mas, efetivamente o que nos preocupa é um conjunto de viticultores que realizam na mais antiga Região Demarcada e regulamentada do Mundo, uma viticultura de montanha, uma viticultura pobre, uma viticultura com custos elevados, com produção, por hectare reduzida, o que se chama a viticultura heróica. E mesmo assim apesar de produzirmos pouco por hectare, não conseguimos vender os nossos vinhos, num país que é deficitário em termos vitivinícolas. Ou seja a diferença entre o que consumimos e o que exportamos é superior ao vinho que produzimos. E portanto, nós temos que importar vinho. O que acontece a que nos temos um sistema institucional na região do Douro e eu aqui tenho uma posição ligeiramente diferente da generalidade das instituições do território,

temos um modelo institucional onde há uma grave falha de mercado, que é provocada por um excesso de Estado. Nós temos o Governo na gestão do modelo institucional do território e não devíamos, devia ser a produção e o comércio a entenderem-se sobre aquilo que é o futuro e as regras de atuação do setor vitivinícola e não o Estado. O que acontece com o Estado? O Estado tem regras excessivas, tem burocracia a mais, e depois tem, efetivamente um deficit na promoção dos nossos vinhos e na fiscalização das atividades. O que é que resulta? Resulta que, efetivamente, nós temos situações múltiplas de importação de vinhos do Douro, por operadores que não o devia fazer, nomeadamente as adegas cooperativas. Não é aceitável que uma adega não cumpre, não aceite, não receba as uvas dos seus associados, e o vá comprar vinho importado a preços baixos, só para maximizar o seu rendimento. E que outros operadores económicos intermédios de produção de comércio também o faça. Pior ainda que alguns desses operadores que enchem os seus armazéns de vinho importado, depois não tenham capacidade para receber o vinho da nossa própria produção, e ainda, sejam apoiados com apoio de fundos comunitários ao armazenamento, apoios de fundos comunitários à destilação, à queima desses vinhos, ao mesmo tempo que estão a sujeitar o mercado de vinho a uma pressão excessiva pouco concorrencial, porque nós não temos relativamente custos de produção que nos permitam concorrer com outras regiões ou com vinhos importados do novo mundo.-----

Deixam-me fazer aqui uma referência, o atual Ministro da Agricultura foi a primeira pessoa que disse quem importa vinho não pode vir queixar-se que tem os armazéns cheios e que não o consegue vender. E portanto, não pode beneficiar de apoios nem ao armazenamento nem à importação. Faz todo o sentido, é quase uma medida de “lá palice”, mas que foi aplicada agora pela primeira vez. E portanto, este caminho teremos que o fazer em conjunto, sem questões políticas, porque este tema é transversal a toda a região e a todos os concelhos, independentemente da cor política que estiver no Governo ou nas autarquias locais e devemos ser muito racionais e muito determinados nas medidas que propomos e ajudamos a implementar em defesa dos nossos viticultores. E desse tecido económico e social tão importante, moldou a nossa paisagem classificado como Património Mundial e alimenta uma grande parte do nosso tecido económico laboral e da riqueza que se produz anualmente na nossa região. -----

Por isso a minha solidariedade e o meu apoio incontestado a todos os viticultores e a todas as medidas que sejam propostas nesta Assembleia para a sua defesa.-----

Posta esta questão, queria responder às questões que aqui foram trazidas pelo membro Pedro Torres e dizer que, em relação ao ATL, nós reunimos agora no período da Páscoa com um grupo de pais que, de facto, vieram reclamar do que entendem ser o custo excessivo do ATL. O partido Socialista não pode reclamar, não o pode

fazer, porque aprovou o valor proposto pela Câmara Municipal e o valor em abstracto, é um valor que não é elevado para o serviço que é prestado.-----

Uma coisa diferente, é assegurar que uma família, por exemplo, um casal com dois salários mínimos se consegue pagar estes valores num mês completo de ATL. E essa, efetivamente, foi uma situação que nós não consideramos e por um motivo muito simples, o ATL está restrito aos pais que estão a trabalhar e que não têm condições para deixar os filhos, por exemplo, com outro familiar. Os pais que estão de férias ou que estão noutras situações, têm e devem ficar com os seus filhos, porque os filhos já passaram um ano lectivo na escola, devem passar as férias em família.-----

E por isso, não havendo aqui pessoas que estivessem em situação de carência económica, nós pensamos que toda a gente poderia pagar o ATL. E contas feitas é, efetivamente, verdade e pudemos constatar-lo na reunião que tivemos com diversos pais. E há muitas situações, por exemplo famílias monoparentais ou mesmo de famílias em que há dois vencimentos, mas também duas ou três crianças em que se torna difícil suportar este custo. Por isso foi definido e que em principio irá vigorar já para o próximo ATL de Verão, rever o custo das atividades, não o custo global, mas o custo das atividades, reduzir algumas atividades que têm encargos elevados, retirar, por exemplo, o lanche, foi uma proposta dos próprios pais, e que cada família possa fazer a sua criança acompanhar-se do lanche que vai ter nesse dia, pôr os transportes pagos só para as crianças que os utilizarem e não os incluir no custo, e finalmente indexar o custo do ATL ao rendimento per capita da família. -----

É um trabalho administrativo pesado que nós não queríamos fazer, mas que faz todo o sentido, ou seja, aplicar de alguma forma a pessoas que trabalham e que não deviam ter carências económicas, o mesmo critério que se aplica para os escalões A e B dos apoios sociais escolares, e portanto, no limite, poder haver situações de pessoas que só vão pagar 50% ou 25% do valor que está definido. Esta é, efetivamente, uma consequência da degradação salarial que se tem verificado em Portugal, em que tem havido um encurtamento da distancia entre o que é o rendimento mínimo e o rendimento médio, e que pessoas que trabalham oito horas por dia, cinco dias por semana, continuam a não ter capacidade financeira, infeliz e lamentavelmente para cumprir com todos os seus compromissos e ter uma vida desafogada, o que não seria expectável.-----

E eu, assumo, efetivamente que cometemos esse erro de pensar que todas as famílias que trabalham não têm carências económicas e isso não é verdade. São os problemas da renda de casa, são os problemas da saúde, são os transportes, são todas as despesas, que são de facto excessivas para o nível baixo de rendimentos que infelizmente, ainda se auferem em Portugal.-----

Portanto, esse assunto será definido logo, logo que esteja definido será respondido ao conjunto de pais que nos vieram trazer um abaixo-assinado e com os quais reunimos e definimos algumas destas medidas e depois será levado à reunião da Câmara

Municipal, onde todo o Executivo se poderá pronunciar-se sobre isso, mas é um assunto que consideramos necessário rever e que vamos rever. -----

Em relação ao Multiusos, quero, de facto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões disse-o aqui, o Multiusos tem boas condições de funcionamento, tem atividade quotidiana, com diversas atividades do Município, com treinos dos nossos clubes desportivos, com sessões, nomeadamente conferências e outras no auditório, vai ter alguns eventos de grande dimensão: o chefe de cozinha do ano, o torneio de futsal da Associação de Viseu, uma Feira de Atividades específica e que vai ocupar todo o Multiusos, um encontro nacional de Minis de Andebol etc. Ou seja tem atividade diária, ´utilizado pelo Município e pelas instituições, terá inventos dando cumprimento àquilo para que foi pensado.-----

Efetivamente o aspeto exterior é lamentável, todos reconhecemos isso, basta ter olhos e ver e nós já podíamos ter dado seguimento a um processo de requalificação exterior do Multiusos, eliminando aqueles danos que foram infligidos, normalmente por vandalismo, também por alguns problemas de obra. Essa intervenção está prevista no quadro plurianual de investimentos da Cim Douro, financiado pelo Portugal 2030 e, precisamente por estar mapeado, esse dinheiro estar assegurado, não lhe demos prioridade. -----

Demos prioridade ao Pavilhão Álvaro Magalhães, a uma candidatura em overbooking ou seja uma candidatura que vai concorrer com outras candidaturas de outros municípios para equipamentos desportivos e similares, para um orçamento de cerca de duzentos mil euros, para requalificar o pavilhão Álvaro Magalhães, que tem exatamente os mesmos problemas do Multiusos. Tem mau aspecto, tem infiltrações graves, tem vários danos interiores que decorrem do uso e muitas vezes do mau uso.

Portanto, as duas obras a que adicionamos ainda uma intervenção no Estádio dos Remédios e uma outra no Complexo Desportivo de Lamego irão ser candidatas muito brevemente, a única candidatura que entrou a 30 de abril foi a Álvaro Magalhães, mas as outras também irão ser colocadas. Estas candidaturas têm um inconveniente grave, estão limitadas a trezentos mil euros, e portanto, para equipamentos de grande dimensão como é o Multiusos ou como é o Complexo Desportivo de Lamego, não dá, se não para um tratamento superficial e a eliminação de algumas patologias, não dá para uma grande reabilitação.-----

Assim como para o Estádio dos Remédios, não dá por exemplo para um piso sintético, mas dá para resolver muitos problemas que têm sido levantados, especialmente pelos Cracks Clube de Lamego, porque lidam com uma população mais jovem e que precisam de mais alguns cuidados, nomeadamente a cobertura das bancadas e a resolução de alguns problemas de acesso e mobilidade dentro do próprio estádio.-----

Portanto é uma situação que está a ser resolvida.-----

Em relação ao Parque de Saúde de Lamego, eu sugeria ao membro Pedro Torres que aguardasse pela evolução do projeto. E aguardando a evolução do projeto irá

perceber que o projeto resolve a situação dos muros de sustentação de uma forma muito diferente daquilo que está previsto no projeto inicial, de uma forma muito mais satisfatória do ponto de vista do enquadramento do edifício e da sua exposição solar e do aproveitamento do espaço remanescente que ficará. Ou seja, basicamente, o próprio edifício irá auto-sustentar o terrapleno onde vai ser construído o estacionamento, coisa que não existia no projeto inicial. -----

Eu penso que, no fim do dia estaremos todos de acordo que este projeto do novo Centro de Saúde, era um projeto muito necessário, e que o resultado final será muito bom.-----

No que concerne ao empréstimo para a requalificação de Vias de Comunicação, irei na informação que presto à Assembleia, demorar-me um pouco mais a falar dos projetos que estão em curso. Penso que é necessário e até a intervenção do Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, também me suscita isto, é necessário que nós possamos de uma forma mais exaustiva, falar das obras que estão em execução, as que estão adjudicadas e irão começar, as que estão em projeto, tem algum problema.-----

Falar também das obras feitas nas Juntas de Freguesia feitas diretamente feitas pelo Executivo ou em articulação com as Juntas de Freguesia, seja através de protocolo, seja da cedência de materiais, porque me parece que, aquilo que eu às vezes penso, que é do conhecimento geral, afinal não passa da ligação entre Executivo, serviços técnicos do Município e o Presidente da Junta de Freguesia. E acho que temos vantagem em discutir isso, por dois motivos: primeiro para mostrar o trabalho que estamos a fazer, estamos a fazer todos, segundo para afinar-mos desse modo de funcionamento, e de relacionamento que leva ao fornecimento de materiais ou obras de máquina pelo Município às Juntas de Freguesia ou ao estabelecimento de protocolos ou à realização de obras de menor ou de maior dimensão nas freguesias. Todos estes investimentos têm que ter uma lógica, uma justificação racional e uma articulação entre entidades. -----

Da nossa parte parece havê-la às vezes parece haver dúvidas, eventualmente, do lado dos senhores Presidentes de Junta ou a população e por isso interessa aqui esclarecer. Falarei por isso da questão do Centro Cívico de Valdigem, mais tarde. Em relação ao modelo de gestão iremos avaliá-lo, posto que, se a preferência da Junta de Freguesia, que já tinha sido manifestada, era ficar com as escolas novas e esse é um processo que nós temos, não apenas em curso para Valdigem, para alguns outras freguesias que mostrarem interesse em ficar com as escolas, para poderem fazer afetação desse espaço às atividades que entendam mais adequadas à freguesia, e fazer a manutenção por meios próprios. Também o faremos para Valdigem, que de resto tinha sido combinado. -----

Em relação as pavimentações, dizer que a prioridade das pavimentações respeitou as propostas da Junta de Freguesia e o levantamento do mau estado de conservação da via feito pelos serviços do Município.-----

Em relação ao fornecimento de paralelos, o senhor Presidente de Junta, a Junta de Freguesia de Valdigem já recebeu cerca de duzentas toneladas, isso será uma dez cargas de um camião grande, umas vinte cargas de um camião pequeno, portanto se só ainda pagou uma está com muita sorte, porque a Câmara já lhe leva dez ou vinte vezes de vantagem no fornecimento.-----

Eu recordo que as Juntas têm obrigações próprias e recursos próprios que do seu fundo de financiamento, quer das verbas que são transferidas no protocolo para a transferência de competências e, portanto, tem que haver aqui, obviamente, um custo que seja partilhado pela Camara e pela Junta de Freguesia e é nessa base que nós trabalhamos sempre.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Eu gostaria, senhor Presidente da Câmara, se permitirem, relativamente à questão do ATL dizer o seguinte, porque estas coisas também devem ser ditas, com toda a frontalidade, e que me conhece sabe, perfeitamente, como é o meu modo operandis. Eu não tenho nenhum problema, antes de mais em admitir, que andou muito mal o partido Socialista, na vereação, ao ter aprovado os valores que estavam em causa, e portanto esse tipo de discórdia é de salutar, porque faz parte da democracia, e portanto, dentro do mesmo grupo ter opiniões diferentes. Mas, sinceramente, andou muito mal, porque tal e qual como o senhor Presidente da Câmara admitiu, não houve uma análise global, sobre aquilo que é a real situação que se prende com as atividades relacionadas com o ATL e daquilo que é a dificuldade de muitos pais e de muitas mães em conseguir conjugar aquilo que é a sua atividade laboral, a sua actividade profissional, que aqui foi bem dito. Muitas das vezes não paga, se calhar, da forma digna como muitos gostávamos, e não esquecer que, quando falamos das questões relacionadas com o ATL, nós falamos acima de tudo, de uma faixa etária, que varia, grosso modo entre os três quatro anos e até aos doze anos. Mais coisa, menos coisa, e regra geral os pais são relativamente jovens. E grande parte destes pais trabalham em atividades ligadas à área do comércio, em actividades ligadas à área do turismo, da restauração, e portanto são atividades que fruto da sua própria vivência, criam-se grandes dificuldades para a altura de julho e agosto, e essas pessoas terem, exatamente, férias, durante esse mesmo período. -----

Eu bem sei, se calhar esse estudou bem sei, se calhar esse estudo não está feito, mas seria interessante fazer o estudo sociológico, de quem são, de facto, a esmagadora maioria desses pais. Se calhar vamos chegar a essa conclusão.-----

E já agora senhor Presidente da Câmara, permita-me também de transmitir o seguinte: Eu quando vim aqui não é por criticar, criticar, mas também para se criar aqui uma ponderação. Nós temos alguns operadores privados, mas são muito poucos,

podemos dizer que, são praticamente dois ou três, que desenvolvem atividades de ATL, não estou a falar de centros de estudo, estou a falar de atividades de ATL, e, concretamente, vamos ter uma operador, vamos ter um desses operadores que já informou dos diferentes pais que vai estar encerrado em todo o mês de agosto. -----

Só para terem a noção, durante esse período de ATL, essa mesma empresa terá, aproximadamente, mais de cem crianças. -----

Ou seja o que eu quero dizer com isto? É que deverá o Município, neste caso, estar preparado para o incremento daquilo que é a procura, durante o mês de agosto, fruto da indisponibilidade daquilo que me foi informado, será por motivo de obras e renovação que é perfeitamente legítimo, e portanto, haverá aqui um incremento, da procura, e portanto seria de bom-tom, e do agrado de toda a gente, não fazer disto qualquer tipo de crítica, mas sim, ter essa solução resolvida, assim deixo-lhe esse aviso que o Inteligente vai estar fechado durante o mês todo de agosto, isso já foi comunicado aos pais, e portanto será muito provável, poderá haver um aumento de mais de cem crianças para esse mesmo período, era de bom tom que o Município estivesse preparado que à data não me parece estar.-----

Queria trazer aqui, também outra questão, isto tem sido muito debatido a nível nacional, mas nós também devemos trazer esta questão a nível local. Que é a questão relacionada com a habitação, já aqui foi dito ainda hoje pelo senhor Presidente da Câmara que, de facto, os valores que tem a ver com a associação de custo de vida com as famílias, têm vindo a galopar de forma constante. E aquilo que nos deparamos aqui em Lamego é também essa mesma circunstância. Não só valor das novas habitações ou temos das habitações antigas, têm tido um preço perfeitamente alucinante, ou seja aquilo que é a aquisição de casa os valores que eram praticados há cinco anos atrás, não tem nada a ver com os valores que estão a ser praticados nos dias de hoje, estamos a falar de valorizações que chegam a ultrapassar os 40%, e há a questão dos arrendamentos, que para além de haver muito poucos, é bom também começar a clarificar as pessoas, para não andarmos aqui a ter ideias erradas que, neste momento, o preço médio de arrendamento, de um novo arrendamento de um T3m usado dentro da cidade de Lamego, rondará os seiscentos e setecentos e cinquenta euros, por mês. Isto é a realidade, este é o mercado, que encontrar a seiscentos e a setecentos euros já começa a achar que é barato.-----

Isto, logicamente, cria-nos aqui uma dificuldade e um desafio por demais, não vale a pena e não vou entrar em demagogia e não vou dizer que trago aqui a varinha de condão para resolver o problema, porque o problema da habitação, acho que ainda ninguém o identificou de forma real e concreta. ER nós aqui vamos ter a nossa dificuldade, em primeiro lugar temos poucos empreiteiros para fazer habitação multifamiliar. O maior problema, de todos eles, dizem que não há mão-de-obra, grande parte dessa mão-de-obra não está disponível, e portanto, eu acho, sinceramente, até acho que é muito complicado, como até agora ainda não ouvi nada nem ninguém falar

sobre as questões relacionadas com a mão-de-obra especializada dentro da área da habitação. Mas há aqui uma coisa que nós podemos fazer pelo Município, senhor Presidente da Câmara e não me parece que esta a ser devidamente feito.-----

Houve uma tentativa clara de desburocratizar, no fundo, aquilo que são os processos dentro do Executivo. Mas depois a realidade não está a dizer isso. Ou seja o período e o prazo, desde a entrada de um projeto até que ele seja devidamente aprovado, posso dizer, mesmo com estas medidas, quer seja as medidas nacionais, quer seja as medidas locais de desmaterialização, quer seja as medidas locais de desburocratização, aquilo que está a acontecer é de prazos médios estão à mesma velocidade ainda piores.-----

Portanto, exige-se, exige-se, por parte do Executivo maior celeridade e arranjar soluções para que, de facto, não tenhamos situações que continuam a acontecer, de períodos superiores a meio ano, superiores a nove meses para aprovação de um simples projeto de construção. Quando assim é, estamos a dar uma machadada naquilo que também é a possibilidade de o Município tentar contribuir de alguma forma, para a solução e resolução destes problemas.-----

Bem sei que o maior problema não está aqui, o maior problema vai estar na capacidade que nós vamos ter de construção. E é verdade que nós temos programas, programas de construção, que a construção pública. Mas também vamos ser honestos, não vão ser, pelo menos neste primeiro pacote de construção pública, não vai ser isso que vai diminuir o valor do custo das habitação quer seja para arrendamento quer seja para aquisição. Não vai. Porque a necessidade é muito maior ou seja a procura a muito maior do que a oferta que existe no mercado. -----

Mas deixava este reparo, de facto, para a celeridade dos processos, que ajudará, de alguma forma a mitigar alguns pequenos problemas que existem atualmente. -----

Com isto dizer apenas e deixar apenas aqui uma palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, gostei da forma veemente como aqui veio defender, mas deixe-lhe apenas dizer uma coisa. Havendo a possibilidade de ser putativo candidato à cidade, certamente, que isso acontecer, terá que repensar no seu discurso e certamente irá ter a noção, que dentro da cidade a realidade é bem distinta de outros lugares. -----

Interveio o **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para referir o seguinte:-----

“ Eu esqueci-me há pouco de referir aqui uma questão, o senhor Presidente da Câmara, pensa que já falamos na altura, no passado sábado, na casa do senhor Manuel Paiva, o morador daquela rua do Couraceiro, n.º 143, onde estivemos por causa da questão do saneamento, ele tinha também pedido para referir aqui, uma vez mais, a ausência do mesmo, portanto ele não tem saneamento, ele tinha-me dito como fizeram obras em baixo numa causa, parece-me que houve ali uma parceria privada com a Câmara para poderem partilhar os custos, esse senhor também está na

disponibilidade, disse-me ele, se às vezes o Município entender que há ali uma situação, que ele também tem de se chegar à frente, passe a expressão, ele também está nessa disponibilidade.-----

Para terminar e aquilo que entendi das palavras do senhor Presidente da Câmara, em relação ao Centro Cívico, eu penso que entenda também as minhas, aquilo que pretendo somente, é que o senhor Presidente tenha isso em consideração entre a gente, cá estarei para isso mesmo, possamos estar em sintonia, e podermos ir dialogando, em relação para aquilo que é a necessário para as freguesias, portanto naquele espaço. Em relação às escolas sabe a nossa intenção, também cá estou para isso e para aquilo que for necessário, no sentido de podermos juntamente fazer as coisas como devem ser feitas. -----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer responder ao membro Pedro Torres:-----

“Acabei de saber uma novidade, não tinha qualquer tipo dessa informação, tem que perguntar a quem está liderar as cores que defendo, se é realmente a ideia deles ou não, quem cabe a ultima decisão será sempre minha. Não dos outros. -----

De qualquer das maneiras já que me pus esse desafio, quero-lhe dizer que vocês em gestão autarca não me intimem nada e a cidade não precisa de só de pavimentações, precisa de muito mais, precisa de muito mais, não é só de estradas, precisa de atividades, precisa de acompanhamento, não é só mera distribuição de charme político, de charme político há muita gente que o sabe fazer, é preciso é ter esse charme político, mas ter também uma metodologia de trabalho e que seja visível a todos, não é só de alcatrão, mas para já não, para já não tenho essa informação, vejo que o membro Pedro Torres é um privilegiado sabe uma informação que eu fiquei a saber agora”.-----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para dizer o seguinte:-----

“O membro Pedro Torres fez aqui uma afirmação, ao desafiar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, que a cidade era diferente em relação às outras freguesias. O membro Pedro Torres tem razão se disser isso, porque a cidade beneficia de obras de tal tamanho que as Juntas de Freguesia restantes não têm. -----

E vejam o que está a acontecer na cidade no Bairro de Santo António intervenções no melhoramento dos acessos, o urbanismo urbano, tudo isso obras da Câmara, obras da Câmara. Portanto quando o membro Pedro Torres diz isso é verdade. A Junta de Freguesia da cidade, beneficia, e de que maneira das obras feitas pelo Município. ----- Por outro lado, a gestão de uma freguesia e de um Município não se faz só no social, isto é, nas vias sociais. E no terreno, é andar no terreno, é saber como é que é. Portanto o membro Pedro Torres disse e disse bem. A gestão da freguesia da cidade é diferente, beneficia e de que maneira das obras municipais”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Apenas vim aqui falar, porque, efetivamente a Freguesia de Lamego foi muito falada, e acho que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Lamego terei que o fazer.”-----

Só para recordar ao membro Constantino Vaz, efetivamente há determinadas competências e os meus colegas não me deixam mentir, que não são nossas, a construção da habitação social, a própria construção de uma rede viária, efetivamente não são nossas. Nós temos imensas competências, graças a Deus, eu defendo os Presidentes de Junta, independentemente do partido, todos os meus colegas são os primeiros a saber que é um excelente treino pelo dia a dia com as pessoas, mas, por muito que a gente queira há competências que não são nossas.”-----

Obviamente que a cidade, nós temos que encarar assim a cidade como sendo o nosso Concelho, a face mais visível do nosso Concelho. Há imensas obras, por exemplo, em Cambres estão a ser feitas obras pelo Município. O Município tem investido na nossa rede viária de todas as freguesias, eu aqui tenho que ser justo, a Freguesia de Lamego já teve imensa pavimentação, certamente irá ter mais pavimentação durante este ano, como todos os meus colegas já o fizeram. -----

Precisamos de mais precisamos, e quem anda de facto, no centro da cidade nota que há ruas que, efetivamente, precisam, precisam de mais. Agora, efetivamente, cidade é beneficiada, sempre, sempre será, é uma discussão interna com todos os Presidentes de Junta, uma freguesia mais rural, uma freguesia mais urbana, seja em Lamego, seja em Viseu, seja em Lisboa, seja onde for. Neste aspecto sou um privilegiado ou não, não sei, mas tento fazer o melhor que posso, com aquilo que tenho, como certamente acontece com todos os meus colegas”-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego:-----

“Para reafirmar aquilo que eu disse é que as zonas urbanas e particularmente as cidades beneficiam, em muito, das obras do Município, coisa que não tem as freguesias rurais, por isso sublinhei e razão teve o membro Pedro Torres, quando disse que havia uma diferença entre o rural e o urbano, apenas isto”.-----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para referir o seguinte:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e publico que segue esta sessão através das redes sociais.”-----

A minha intervenção vai ser muito rápida, só mesmo para falar de três eventos: Começamos pelo Judas de Lalim, que não foi na data prevista, mas o Presidente da Junta de Lalim não deixou de arranjar uma data alternativa e também foi muito bem sucedida, continua sempre a somar e está melhor de ano para ano, agradeço o empenho da Junta de Freguesia de Lalim, na pessoa do seu Presidente.”-----

Também uma nota muito rápida às comemorações do 25 de Abril, com os discursos que foram proferidos na sessão solene, cada um ao seu estilo, mas também da fantástica agenda que o senhor Presidente da Assembleia, em conjunto com o

Município, que nos deram, que nos proporcionaram, que acabou, infelizmente com a morte do Papa Francisco, pois o concerto do António Zambujo acabou por não ser na data indicada, mas acabamos por encerrar de uma forma fantástica e com uma audição fantástica de história, também pelo Professor Doutor Diogo Feio, obrigado senhor Presidente da Assembleia por ter convidado uma distinta personalidade e com provas dadas nos estudos sobre o 25 de Abril.-----

Também uma palavra à Associação e à Junta de Ferreiros de Ferreirim, que fez mais um evento fantástico “Comer os Milhos”, que realmente, de ano para ano, o recinto é cada vez mais pequeno, infelizmente. Agradecer à Câmara com o apoio que lhe tem dado.-----

Em relação ao 25 de Abril gostava de marcar presença, 51 anos de 25 Abril, 50 do poder autárquico, hoje também se comemora uma data importante e o mundo, infelizmente está caminhar, não sei se caminha ou não, pois estamos a assistir muitas guerras, nomeadamente esta invasão da Rússia à Ucrânia, hoje faz oitenta anos que a Holanda foi libertada pelas forças nazis. Esperamos que outras forças não façam a Oinvasão que os nazis fizeram à Europa.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões solicitadas:---

“Respondendo de uma forma célere às questões aqui levantadas, queria dizer ao membro Pedro Torres que eu sou obrigado a defender aqui os vereadores do Partido Socialista, no âmbito da decisão unanime que tomamos em relação ao ATL. O preço foi justificado com os custos da intervenção, mas não só, foi também justificado precisamente na defesa da possibilidade de operadores privados fazerem ATL, posto que alguns já tinham desistido, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia. E os outros que os mantêm, só o conseguirão fazer, se o preço do Município for um preço justo. Ninguém vai colocar os filhos num ATL muito mais caro, quando tem uma alternativa pública, gratuita ou muito barata. E esses aspectos foram todos devidamente ponderados, o único aspecto que não foi ponderado, efetivamente, que já aqui reconheci, foi de repercutir esse custo no rendimento disponível das famílias, o que será feito a seguir. -----

Relativamente ao ATL, nós continuamos a entender que as crianças em período de férias escolares são responsabilidade dos pais, e a responsabilidade de criar condições para que eles possam estar no ATL é de todos: é do Município, mas é também das associações dos pais, é também dos operadores privados, nomeadamente os que têm infantários, salas de estudo ou outros e é também das associações em geral. As associações já colaboram connosco no nosso ATL e algumas, nomeadamente os Cracks Clube de Lamego já se disponibilizaram para realizar também um ATL de Verão, aqui invertendo a situação, promovidos por eles, mas com o nosso apoio. É isso que nos queremos que aconteça, que haja aqui uma co-responsabilidade de toda a comunidade numa área que é muito importante.-----

Em relação ao número de vagas que vão ser abertas, elas têm que corresponder, obviamente, às necessidades, mas não podem ser excessivas, sob o risco também de nos ocupar as instalações e os funcionários, e aí nós perdemos a qualidade de um serviço que temos prestar no nosso dia-a-dia e que essa sim é nossa obrigação. Temos que fazer manutenção às instalações, temos que dar férias aos funcionários do Município, como é de Lei e que é justo que aconteça.-----

Em relação ao custo da habitação, efetivamente, nós temos um problema grave de habitação, a nível nacional e também no nosso Concelho. Parte do problema decorre do facto de ao longo dos anos ter havido uma retracção do numero de produtores imobiliários, alguns que desapareceram outros que faliram, outros que estão a construir em grandes centros urbanos, onde os preços por metro quadrado são mais convidativos. E nós temos, neste momento, de facto, uma escassa oferta de habitação que faz subir os preços. -----

Estamos a trabalhar e vamos fazê-lo nomeadamente no âmbito da Carta de Habitação, que vai ser discutida nesta sessão, e também do PDM que estamos a tentar rever. Temos que encontrar soluções para que se possa construir habitação a custo acessíveis para a população ou a custos elevados para segmentos da população, que também podem pagar e haverá sempre mercado para isso.-----

Temos que, eventualmente, densificar um pouco mais a construção no centro da Cidade, o que nós temos uma cêrcea que está definida, que é relativamente baixa, e parte do custo está nas infraestruturas está no chão, e portanto diluir um pouco o custo de construção, pode ajudar a baixar o preço. -----

Relativamente à construção pública que estamos a fazer, a construção é habitação a custos controlados e a maior parte dela, se não toda, vai ser dirigida para renda acessível ou renda apoiada. E portanto, não estamos, digamos assim, a concorrer com a oferta imobiliária privada que é disponibilizada. E isso, de facto, vai ter um impacto nulo nos preços. Por isso precisamos de outras medidas. O que nós queremos fazer com esta oferta pública, é de facto, resolver problemas crónicos que temos, nomeadamente, como Bairro de Nazes e depois disponibilizar mais uma centena de habitações para cerca de 150 famílias que temos cadastradas e inscritas numa lista de realojamento e que são normalmente famílias com rendimentos muito baixos e que nunca poderiam comprar uma casa própria. -----

Mas é um tema que acompanhamos e onde, obviamente, a questão do licenciamento também se coloca. Nós iniciamos o processo de desmaterialização do urbanismo no Município, no final do ano passado, estamos a trabalhar para, efetivamente, sermos mais ágeis, para que, quem quer construir, seja uma habitação individual, seja os promotores que fazem habitação multifamiliar, o possam fazer, sem se queixar que a Câmara demorou mais do que era necessário à apreciar esses projetos. -----

Em relação às questões colocadas pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, registo a questão do senhor Manuel Paiva, tinha isso,

mas quero dizer ao senhor Presidente da Junta, o senhor gosta muito de falar comigo eu gosto de falar consigo, mas às vezes é preciso falar com os serviços. Pois quando as coisas correm bem, correm bem para todos nós. O Presidente de Câmara não tem que ser o transmissor, a caixa do correio de todas as ligações, entre os Presidentes de Junta e os serviços da Câmara Municipal. Sabem perfeitamente isso, é uma situação em que eu insisto, os serviços têm que estar à disposição das Juntas de Freguesia, para resolver os problemas que vão surgindo e devem podê-lo fazê-lo de forma direta, em contacto pessoal, através de e-mail, pelos meios normais, para que a tramitação seja mais célere. -----

Portanto, repito, relativamente ao Centro Cívico, podíamos ter, de facto, tido mais interações sobre o projeto, mas eu penso que o resultado vai ser muito bom, discutiremos a questão do modelo de gestão oportunamente, mas a minha ideia é que o Centro Cívico deve ser das entidades civis e não do poder público que a Junta representa na freguesia.-----

E em relação às escolas à semelhança de outras situações que estamos a fazer, nomeadamente Melções, Magueija, penso que temos mais uma situação ou outra, iremos com os serviços de património dar seguimento ao processo de alienação ou doação, sendo o que, previamente, faremos uma revisão do pólo desportivo da freguesia, também já tinha dito, à semelhança com os poli desportivos da cidade, que fizemos uma revisão e manutenção dos mesmos, para eles passarem para a Junta de Freguesia da cidade que passou a assumir a sua manutenção. -----

Interveio o membro Viriato Lemos para fazer a seguinte intervenção:-----

“Lamego, na segunda quinzena de março, perdeu alguns lamecenses que sabiam viver e defender as causas que projectaram a sua querida cidade, quer na região, quer no país. Deleitavam-se, quando falavam de Lamego; refiro-me aos lamecenses José Egídio Pina de Lemos, professor Francisco Duarte, cabeleireira Guida e Henrique Duarte. Distinguiam-se pela doçura dos seus corações e pelos valores que as suas famílias lhes incutiram. No trato privilegiaram a simplicidade e exalavam amor e bondade.-----

Se aqueles lamecenses foram generosos, alguns eleitos, com intervenções nesta Assembleia, poderiam ver naqueles exemplos a forma como poderiam engrandecer Lamego. Proferem discursos vazios, sem espírito crítico. Preocupam-se com a manutenção do poder. Apoiam o poder, ou deixam de pertencer ao grupo de eleitos, porque o partido político é mais importante que Lamego. Recorrem à mentira, rasgam as vestes, porque o líder está presente e ele poderá excluí-los nas eleições seguintes, Senhor Presidente, vou fazer chegar um requerimento com fotografias e, estas, evidenciam a poluição do ribeiro que passa perto do Salão Apostólico de Almacave, Messe dos sargentos e Mercado de Lamego. Só não vê, quem não quer. Vou entregar em mão, quero agradecer o Presidente da Junta de Freguesia de Lalim pelo espetáculo do Queima do Judas. Bem-haja senhor Presidente”. -----

Deve ser apresentado um voto de pesar pelo falecimento do Santo Padre Francisco e merece um lugar de destaque da nossa cidade.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para esclarecer o membro Viriato Lemos:-----

“Relativamente ao voto de pesar do falecimento do Papa Francisco, eu recordo apenas que esta Assembleia na sessão extraordinária do 25 de Abril, começou precisamente por fazer este voto, um minuto de silêncio e apenas por essa razão, para não andarmos a repetir votos de silêncio, essa homenagem já foi feita, o membro Viriato Lemos não pode estar presente, não se pode associar a nós, mas fica esse registo foi registado na Assembleia Municipal de 25 de Abril.-----

Dou aqui uma nota, foi-me solicitado pela Dra. Mabilde Pinto Lopes, que foi funcionária do Município e que colaborou, especificamente, com esta Assembleia e com esta Mesa nos últimos anos, que lesse esta mensagem, não o quero deixar de fazer.-----

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos senhores membros da Assembleia Municipal, é com sentimento de gratidão que informo da minha saída das funções que desempenhei no Município de Lamego, após cerca de 24 anos de trabalho dedicado a esta Instituição.-----

Ao concluir este capítulo da minha carreira, não posso deixar de expressar uma palavra de apreço e de agradecimento ao senhor Presidente da Assembleia, a todos os senhores membros da Assembleia, pelo respeito com que sempre me trataram. Sinto-me privilegiada ter feito parte desta missão. Ao despedir-me levo comigo valiosas aprendizagens e memórias deste período, em que, com o profundo respeito e por todos que fazem parte desta Assembleia Municipal.-----

Desejo a cada um de vocês muitos sucessos nos desafios futuros e a realização de todos os objetivos pessoais e profissionais”.-----

A título pessoal e institucional, naturalmente, dizer que outros funcionários, como o Dr. Orlando Nunes, desejar felicidades pessoais e no caso da Dra. Mabilde, fica aqui o reconhecimento por esta Mesa pelo trabalho que fez, no apoio aos órgãos e claro à Assembleia Municipal”.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Sinceramente não estava à espera desta mensagem da Mabilde, mas tenho que dizer algumas palavras, por quem sou muito amigo e tenho respeito, foram muitos anos, ela realmente, colaborar com todos nós, quero-lhe desejar as maiores felicidades, na vida que ela está integrada agora, com a nova opção profissional da Mabilde que eu respeito, que nós temos que respeitar. Penso que é uma escolha que ela acha que o melhor para ela, mas de qualquer das maneiras, em meu nome pessoal eu quero agradecer tudo o que fez, porque sempre que precisei da Mabilde ela demonstrou total disponibilidade e ajudou sempre que foi possível. Por isso Mabilde muito obrigado por tudo e desejo-te as maiores felicidades e maior sucesso nas tuas novas funções que desempenhas neste momento”.-----

2.1.ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2025, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros.-----

O senhor Presidente da Assembleia informou que não votam esta ata, por não terem estado presente nesta sessão os membros da coligação “Somos Lamego” Bruno Oliveira Daniel Pereira Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, António Manuel dos Santos Rodrigues, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, O membro da CDU, Samuel José Moreira Martins;-----

E o membro Independente: Viriato de Pina Lemos.-----

Feita a contagem verificou-se que estavam presentes trinta membros na sala:-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria Otília da Silva Teixeira;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

Ausentes: Os membros da Coligação “Somos Lamego” Sérgio Pedro da Rua Capela, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório e Paulo Henriques Almeida Loureiro e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do partido Socialista Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Soeiro da Silva Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Dora Vicente Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo; -----

2.2.ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVO.-----

Não houve nenhuma intervenção por partes dos membros municipais representantes da Assembleia Municipal nos diversos órgãos.-----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1.ASSUNTO: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09 e artigos 3º, n.º 1, alínea c) e 17º; do Regimento.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para apresentar a informação:-----

“Como referi irei nesta informação à Assembleia, despende um pouco mais de tempo para falar de uma forma mais exaustiva daquilo que tem sido as atividades desenvolvidas pelos serviços em articulação com as Juntas de Freguesia e outras entidades.-----

Relativamente aos serviços externos ou à manutenção e serviços urbanos, temos a assinalar uma requalificação da iluminação pública e eficiente do eixo barroco, na zona da Sé de Lamego, teatro Ribeiro Conceição, Rotunda da Sé, da Messe dos Oficiais, do Monumento ao Soldado Desconhecido, da estátua Dom Miguel e também do Parque Isidoro Guedes, aqui na parte alta da cidade.-----

Fizemos também algumas intervenções nas freguesias, nomeadamente a substituição de projectores de elevado consumo, por projectores Led mais eficiente, nomeadamente na freguesia da Penajóia, nas diversas capelas e igrejas: capela de São Gião, Igreja Paroquial de Molões, igreja do Santíssimo Salvador e foram estas três. Estamos em vias de assinar um contrato de cedência com a Nortscut para a iluminação dos nós da A24 e de Valdigem. Como todos se recordam, quando foi cortada a iluminação pública.-----

A todos os nós da A24, nós protestamos, mas decorria de uma medida de eficiência energética que tinha sido proposta pelas concessionárias do mermorando com a Troika e não conseguimos mais do que, de uma forma proactiva e um pouco à revelia, ligar a rotunda de acesso à A24. Os nós continuam quer em Valdigem quer nos ramos de acesso à A24 sem iluminação pública. Com este protocolo iremos conseguir repô-la.-----

Foi feita também a expansão da iluminação pública na Travessa da Pires, em Britiande.-----

Em relação ao Ciclo Urbano da Água, redes de água, saneamento e drenagem de águas pluviais, apresentamos uma candidatura ao Norte 2030 e já está adjudicada a obra de cerca de setecentos mil euros para a rede de águas residuais no Lugar do Cairrão, em Figueira, onde temos um problema grave para resolver. Redes de abastecimento de água e águas residuais em Vila Lobos, em Magueija, era também um assunto muito antigo e que não tínhamos conseguido resolver; águas residuais de Bigorne, a ligar à Etar é um projeto ainda do tempo da Associação de Municípios Douro Sul e da construção de aterro sanitário, que só agora vai ser concluído.-----

Rede de abastecimento de água e águas residuais, no Lugar da Lanhosa que vai ser ligado para Trigais.-----

Vamos fazer uma revisão geral das estações elevatórias de águas residuais, das estações de tratamento de águas residuais para garantir quer a eficiência do tratamento quer, sobretudo, o cumprimento dos critérios legais, porque temos algumas situações, em que, pontualmente, as análises não cumprem os requisitos legais. Esta

empreitada já foi adjudicada e será consignada antes do fim do corrente mês de maio, e portanto, decorrerá ao longo de todo o Verão.-----

Estamos também a fazer o abastecimento de água a Ribabelide e foi feita a ligação de água a um novo reservatório em Bigorne. Está a ser concluída a instalação de uma estação elevatória de águas residuais em Fieis de Deus, na freguesia de Penajóia, muito se lembrarão de um vídeo que fiz há quatro anos atrás com o saneamento a escorrer à porta da antiga escola.-----

Ainda em termos de expansão de redes de água e saneamento na freguesia da Penajóia, foram feitas no Cordeneiro, na Curvaceira de cima e de baixo, em Moledo e foram feitas as ligações a todas as habitações ao longo da estrada ribeirinha à conduta elevatória, que depois liga à Etar de Cambres.-----

Foram executados ramais de saneamento nos lugares de Outeiro e Atalho, em Avões. Também num troço da estrada de Rio Bom, em Cambres; foram automatizados os depósitos de Parada do Bispo e Valdigem. Isto por Parada do Bispo, como sabem, tinha uma captação própria, fizemos uma ligação à rede com uma estação elevatória, mas há um problema de comunicação entre a estação elevatória e o depósito, que agora está ultrapassada. O mesmo em relação a Valdigem e à ligação a Figueira.

Valdigem tem um problema, eu ia falar disto, na parte em que falarei dom apagão, porque uma vez que toda a água é bombeada, é o primeiro sitio, em caso de falha de eletricidade, onde nós vamos ter problemas de abastecimento e iremos tentar resolver esse problema. Ou repondo em funcionamento um depósito gravítico que está fora de serviço ou dotando-os de gerador para poder bombear água em caso de falha de eletricidade.-----

Em termos de fornecimento de materiais para obras nas Juntas de Freguesia: À Junta de Freguesia de Lamego, para encaminhamento de águas pluviais em Agra – Alvelos, à Junta de Freguesia de Cepões para águas pluviais no troço da estrada Galvã – Cepões; à Junta de Freguesia de da Penajóia para construção da rede de águas pluviais na rua Sobre a Igreja; à Junta de Freguesia de Avões para encaminhamento de águas pluviais, na Calçada de Vila Garcia, na Travessa do Outeiro e no Caminho da Igreja e ainda fornecimento de cubos, para pavimentação na Travessa do Outeiro e no caminho do Sineiro; fornecimento de cubos à Junta de Freguesia de Lamego, para pavimentação na rua de Santo Estevão e também encaminhamento de águas pluviais; fornecimento de cubos à Freguesia de Várzea de Abrunhais, para pavimentação do caminho dom Lugar do Monte; fornecimento à Junta de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem, para a pavimentação do Adro da Capela de Nossa Senhora da Conceição, corrijo foram duzentas e trinta e oito toneladas e foram fornecidos a todas as juntas de freguesia, em valor, cento e dezoito mil euros, já de cubos, que, obviamente necessitam depois de um valor também significativo em termos de mão-de-obra da parte das juntas.-----

Pavimentação da rua do Purgaçal em Penude; realização do passeio, muito recentemente, desde a Cardosa ao Centro Escolar de Penude, limpeza de valetas e miradouros na Estrada Nacional 226, especialmente na área de freguesia de Cambres, onde há um miradouro com alguma importância, que estamos a reabilitar; reparação de uma das pontes na estrada 226, em Samodães ou entre Samodães e Penajóia. -----

Protocolo de colaboração técnica e financeira, a Junta de Freguesia de Cambres concluiu o calçetamento do caminho dos Maduros e a reconstrução de vários muros de sustentação em caminhos rurais. -----

Devo dizer que as juntas de freguesia quando anunciam a conclusão destas obras, devem dizer que decorrem de protocolo e apoio financeiro do Município. Isto é relevante, pois quando a Câmara faz uma candidatura a fundos comunitários é obrigada a publicitar o apoio em todos os documentos do concurso, nas placas de obra, na placa de inauguração. As juntas quando têm colaboração conosco não têm essa obrigação explícita no protocolo, mas têm essa obrigação, obviamente de lealdade e de boa colaboração.-----

Foi concluída também em Valdigem a requalificação do Arco dos Eiras, também no âmbito do protocolo de cooperação técnica e financeira; foi concluída em Valdigem a rampa de acesso à antiga escola de Valdigem, decorreu do acordo feito no âmbito do processo judicial, que opôs o Município ao adquirente, na antiga escola.-----

Foi reconstruído um pequeno muro junto ao ribeiro do parque de estacionamento de Almacave;-----

Foram instalados 16 abrigos de passageiros, é um esforço também que estamos a fazer, para melhorar as condições de conforto de quem aguarda pelos transportes públicos; -----

Foi feita a demolição de barracas no Bairro de Nazes para a construção da nova habitação de custos controlados, faltam ainda dez das vinte e seis barracas para demolir;-----

Foi feita a substituição de árvores, reparação de passeios e mobiliário urbano na Quinta de São Vicente, esta requalificação está quase terminada;-----

Foram também feitas intervenções a nível da conduta de rede de água não tratada, que é a água que vai fazer a regra dos grandes espaços verdes nesta urbanização e em toda a cidade. É um processo muito importante que estamos a fazer em várias urbanizações da cidade, retirar árvores que não têm condições para estarem em espaço urbano, rebentam os passeios, entram dentro das janelas e das varandas das pessoas e substituí-las por árvores mais urbanas, floridas e que mantenham a integridade do espaço público;-----

Foi celebrado um protocolo com a Cooperativa Beira Távora, para dar apoio aos criadores de gado do Concelho, que implica que o Município venha a suportar um montante financeiro, que vai de três euros e meio por ovino, caprino, e quinze euros

por espécie bovina, para os tratamentos sanitários que são obrigatórios por Lei.

Estamos a ultimar com as Estradas de Portugal um protocolo para transferir para o domínio da Câmara Municipal, o troço da antiga estrada nacional 226, em Calvilhe, junto ao Operscut para clarificar e que permitirá também a melhoria do acesso ao caminho da estrada em Cepões;-----

Relativamente a obras de maior dimensão, é um conjunto de empreitadas que estão em curso, que estão em tramitação. Temos neste momento um total de 61,5 milhões de euros de obras já adjudicadas ou em vias de adjudicação, onde se conta a reconstrução do edifício em São Gens com duas habitações. -----

A construção de habitação a custos controlados em Cambres; 21 habitações, penso que poderão ajudar a fixar também casais jovens nas freguesias de Cambres, Samodães, Sande e Penajóia, toda essa zona do Concelho, o que a par com a fixação de uma comunidade de imigrantes já significativa que se verifica na freguesia. Estou a olhar para o senhor Presidente de Junta, onde ainda tenho esperança que no futuro, possamos vir a recuperar a natalidade, recuperar o numero de crianças que temos na freguesia e poder manter as escolas de Cambres;-----

Estamos a fazer também a requalificação de duas habitações na rua Eng.º Álvaro da Fonseca e os quatro lotes de habitação social em Nazes que são os maiores. O lote 1, três com vinte e uma habitações e um com vinte e sete. O lote 1 dois milhões de euros de adjudicação, o lote 2 dois milhões de euros, lote 3 dois milhões e cem mil euros, e o lote 4, cerca de três milhões. Lote cinco são as infraestruturas de um milhão e cem mil euros. Estamos a falar só em Nazes num investimento superior a dez milhões de euros no total de habitação social quinze milhões de euros de investimento;-----

Relativamente a outras obras, a reabilitação do edifício da PSP, a obra está em curso, é já visível quando se passa vê-se o estaleiro. Penso que iremos conseguir, apesar de ser uma adaptação do edifício, não foi construído para aquele fim, concluir uma obra que vai dar condições de qualidade e conforto a quem ali trabalha e dignidade à função da PSP no nosso Município;-----

Construção do Parque da Saúde, já aqui foi referida; reabilitação da Avenida das Acácias, que consiste no alargamento até ao cruzamento da Serra das Meadas, e na construção de uma rotunda que se irá fazer num outro concurso que fazer a ligação à Franzia e o Relógio do Sol. É uma ligação muitíssimo importante para o funcionamento da parte alta da cidade e a requalificação da Avenida das Acácias é uma obra fundamental, para requalificar uma das poucas entradas de Lamego, em que ainda não tínhamos feito nenhuma intervenção, a que vem da Serra, da Freguesia de Avões e Ferreiros de Avões, também da Penajóia e do vizinho Concelho de Resende, que irá agora ganhar outra funcionalidade e outra dignidade; Requalificação da Rua Direita e do Largo do Ribeiro, em Britiande, já está também a adjudicação de setecentos e dezasseis mil euros. -----

Eu não referi em relação à Avenida das Acácias, é um milhão oitocentos e trinta e oito mil euros.-----

Requalificação das duas escolas, a Escola Básica que aguarda oito milhões e novecentos mil euros, aguarda visto do Tribunal de Contas e da Escola Secundária da Sé, que iremos discutir hoje o empréstimo, falarei nessa altura um pouco mais deste projeto, que irá ser adjudicado na reunião de amanhã. São cerca de doze milhões de euros, é uma intervenção de fundo, mas que vai ter um impacto muito significativo. Estas duas escolas vão impactar não apenas a comunidade escolar e as condições em que decorre o seu trabalho, mas também, porque vão ter dois equipamentos desportivos novos de raiz, melhorar imenso as condições em que os nossos clubes e coletividades irão poder fazer os seus treinos e a sua prática desportiva.-----

Penso que já referi nesta Assembleia, a Escola EB/2.3 terá o seu pavilhão com uma entrada independente a partir da Rua de Fafel, junto ao restaurante Paixão, e portanto, será relativamente autónomo em relação à escola. -----

O pavilhão da Sé será dentro da escola, mas será na mesma aberta à comunidade, ed teremos na Sé uma intervenção de requalificação do troço da Avenida Egas Moniz, entre o Desterro e zona da Subestação da EDP, de modo a facilitar o trânsito na hora de ponta, quando também se verifica a carga ou descarga de alunos, seja viaturas particulares seja nos transportes escolares. Essa é uma segunda fase da obra, mas que está ligada diretamente à requalificação da Escola Secundária da Sé.-----

Reabilitação das casas da Ponte de Pau e do edifício do antigo Quartel dos Bombeiros, estava fora do sítio, mas já estão as duas adjudicadas e conclui o processo de, quase cento e vinte habitações a custos controlados.-----

No plano das acessibilidades, temos feito imensas candidaturas a fundo comunitários para particulares que têm problemas de mobilidade, instalação de elevadores, de cadeirinhas, e fizemos também, várias candidaturas, nomeadamente para a acessibilidade à Escola Secundária Latino Coelho, execução de rampas, e no edifício dos Paços do Concelho está já em curso a obra de instalação do elevador, que era uma necessidade verificada há imenso tempo.-----

Reabilitação de passeios em arruamentos da cidade de Lamego, todos temos presentes daqueles quadradinhos pretos e brancos, que há cerca de cinquenta anos ocupam grande parte dos passeios da nossa cidade, vamos reabilitar todos esses passeios, substituindo esse pavimento, pensamos que não é adequado ao tipo de cidade que nos temos, centro histórico monumental, vamos também reabilitar as guias, que em muitas situações já estão danificadas. É uma adjudicação de trezentos e quinze mil euros que já está feita. -----

Adjudicamos, finalmente, a requalificação do Museu de Lamego, fase 2 – um milhão quinhentos e setenta e três mil euros, à terceira tentativa, tivemos dois concursos desertos, foi necessário primeiro subir o preço base, depois cortar nalguns trabalhos, digamos, de natureza estética, que estavam a ser apresentados para a fachada norte

ou seja para as traseiras do Museu, e mantendo toda a funcionalidade da obra, conseguimos assim adjudicar.-----

Requalificação do edifício, chamado esqueleto de Valdigem e da zona envolvente, que vai ser adjudicada amanhã, em reunião de Câmara, um milhão e quarenta mil euros, é, seguramente a maior obra executada alguma vez em Valdigem. Fará uma requalificação muito boa, de grande qualidade do espaço envolvente ao edifício, no rés-do-chão do edifício e a cobertura do edifício. O primeiro piso ficará para reabilitar ou eventualmente para alugar a um privado que lhe queira dar um uso adequado.-----

Campus da Vila de Cambres, temos já adjudicada a requalificação da Rua Central de Portelo e da variante. O Campus da Vila, a requalificação do edifício junto ao campo de futebol para centro cívico, ficou deserto. Vamos subir o peço base em cerca de cento e cinquenta mil euros para novecentos e sessenta mil euros, mais uma obra de grande vulto, para tentarmos adjudicar mais rapidamente a realização deste equipamento, que pensamos que é muitíssimo importante para a freguesia de Cambres, e que, conjugado com as duas outras obras, a construção da habitação social e a requalificação do centro urbano, vai melhorar muito, vai mudar a face da freguesia de Cambres, que bem precisa, porque é uma freguesia de grande dimensão, com infraestruturas económicas de grande importância na área de hotelaria e dos vinhos, da indústria, nomeadamente a dos queijos Paiva e precisa deste incentivo.----

Requalificação de vias no Concelho de Lamego, foi aqui discutido e eu vou recordar, porque, efetivamente, a nossa memória é curta e quando passamos a circular em cima de um tapete acabadinho de fazê-lo, no dia seguinte pensamos que ele já lá está há meses ou anos .Mas não está.-----

No primeiro lote foi requalificada a estrada de Rio Bom, Avenida de Mós e a Avenida da Fonte; a estrada de Ribelas, a estrada de Souto Covo desde a estrada 226 até à Igreja; a Rua do Bom Pastor na Encosta do Sol; a estrada de São João, UM arruamento novo de grande utilidade, o lugar do Barreiro e o caminho municipal, desde Santo Aleixo à 226-2.-----

Foram feitas ainda a pavimentação da Avenida da Granja, do Lugar do Pedregal, pequenas reparações em vários arruamentos. E em Cambres também uma repavimentação de cento e cinquenta mil euros, na estrada pombalina.-----

No lote 2 foi requalificada a Rua Central de Bigorne, a estrada de Maçãs, os caminhos agrícolas de Melções a Lanhosa e de Melções a Lalim, a Avenida 2000 em Figueira, o Lugar da Veiga e a estrada da Veiga em Lalim, e na Freguesia de Lamego a rua adjacente em Goiana, a rua adjacente ao Cantudo, caminho dos Casais, o troço desde o acesso secundário ao hospital até à rua Nova, a rua Nova, a pavimentação desde a rua Nova a nacional 226-2 em Goiana, a rua do Mártir São Sebastião e a rua das Fontainhas.-----

Em Lazarim foi pavimentada a estrada da Vingada, que era uma necessidade, desde há muito tempo.-----

Em Penude a rua da Cardoso, em Samodães a rua do Padrão, a rua da Cardoso que agora teve o passeio que já referi, desde o cruzamento até ao Centro Escolar de Penude.-----

E em Vila Nova de Souto D'El Rei, o caminho municipal 1083 de Quintela até Juvandes e penso que estarão a decorrer por parte da Junta de Freguesia pavimentações ou repavimentações em Juvandes.-----

Nesta obra que eu estava a referir e que aqui adjudicada, estão incluídas a estrada municipal n.º 539 em Avões, o lugar da Forca em Matança e a rua do Cabeço na União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca. -----

A travessa das Fogueiras e a rua da Seara em Britiande, abrangendo esta o alargamento. A estrada de Pousada e o caminho municipal 1069, junto à Adega do Chão, em Cambres, a rua do Eirô e a rua de Moimentinha e rua do Povo da Estrada em Cepões;-----

Em Ferreirim a Avenida da Granja e Largo da Eira, a rua das Fogueiras e a rua do Fogueteiro. -----

Em Ferreiros de Avões o caminho do Cancelo ou o caminho 1094;-----

Em Figueira o caminho que vai do Campo de Futebol abaixo à estrada e a Avenida 2000, continuação da pavimentação anterior;-----

Em Lalim a requalificação da estrada municipal 521 que, desde a rotunda do Cruzeiro, até Lalim;-----

Em Lamego, mais uma vez, uma grande lista, Cantudo, rua do Souto, estrada de Agra, Urbanização do Paraíso, Rua Afonso de Albuquerque, rua da Santa Casa da Misericórdia e rua Bento de Gois; -----

Estrada da Serra das Meadas, pequenos troços, desde o Miradouro da Bela Vista até às Portas Prá Vida e junto à curva do Coelho, numa zona que tem uma má drenagem, há-de se corrigir e a Junta de Freguesia tem que fazer a manutenção de bermas e valetas como lhe compete, faremos esses dois troços, a rua das Amoreiras, a Avenida Egas Moniz, esta Avenida é o principal acesso à cidade e por isto este investimento nela e a Avenida do Regimento de Infantaria 9, que todos temos noção de um conjunto de árvores que tem vindo a danificar o separador central e todo o pavimento;

Em Lazarim a estrada municipal 521, desde o Alambique até ao cruzamento de Meijinhos e desde o cruzamento de Meijinhos até Lazarim;-----

Em Parada do Bispo e Valdigem, a rua do Cruzeiro e a rua Padre João Rodrigues e Padre João Cardoso dos Santos;-----

Na Penajóia a rua de Covelas, ainda na Penajóia vamos ter uma intervenção nas redes de saneamento de grande profundidade, portanto, muitas das ruas que deviam ser pavimentadas não o poderão ser nesta altura, enquanto não se decidir em definitivo e se avançar com as obras de saneamento;-----

Em Penude, a rua da Fontinha e a travessa da Fontinha;-----

Em Samodães a rua Marquês de Pombal;-----

Em Sande a rua do Reguengo;-----

Em Várzea de Abrunhais a Avenida do Cerro, quando esta obra ficar concluída teremos cerca de três milhões e meio de euros investidos em repavimentações no nosso Concelho, o que é muito significativo. -----

Concluindo, temos em preparação uma requalificação da rua de Fafel, com o preço base de um milhão e cem mil euros, não conseguimos formalizar a candidatura até 30 de abril, iremos fazê-la agora até junho.-----

Efetuámos agora a primeira fase do saneamento na Penajóia, tivemos que dividir esta intervenção em duas fases, porque são cerca de oito milhões de euros, só temos menos de metade, cerca de três milhões e meio de euros em fundos comunitários. Portanto, vamos fazer uma obra com preço base de trezentos oitenta e quatro mil euros, que espero que seja aprovado e aberto na próxima reunião de Câmara:-----

Eficiência energética do Teatro Ribeiro Conceição, o Teatro Ribeiro Conceição está com grandes problemas na cobertura, iremos aproveitar para fazer uma requalificação integral, em termos de eficiência energética de cobertura, caixilharias, sistemas de climatização, é uma intervenção da ordem dos setecentos mil euros que já está candidadata;-----

Requalificação urbana dos arruamentos adjacentes à Avenida das Acácias, em ligação da Rotunda que iremos fazer na Calçada da Guerra até à Franzia, o preço base é de um milhão e seiscentos mil euros, e serão apresentadas propostas, está a decorrer o prazo de entrega de propostas até doze de maio. -----

Já agora, um desafio aos nossos empreiteiros e construtores, precisamos de bons preços;-----

Requalificação da rua Cardoso Avelino e Macário de Castro, tem um preço base de um milhão e seiscentos e setenta e três mil euros, estamos a aguardar a conclusão da segunda fase do projeto.-----

Parque de estacionamento no logradouro da Santa Casa da Misericórdia e pedonalização das ruas envolventes à Sé, para avaliarmos em conjunto e discutirmos nesta Assembleia e em consulta pública essa intervenção;-----

Requalificação de passeios e execução de redes na Avenida de Marialva, em Várzea de Abrunhais, trata-se da requalificação do arruamento principal que dá acesso à zona industrial, são, cerca de cento e cinquenta mil euros de intervenção, mais o muro de suporte para alargamento da via, aproveitando uma cedência de terreno que foi feita à Câmara;-----

-E por fim, projeto contrato de comodato com o Instituto Politécnico de Viseu e fazer a candidatura ao Norte 2030 do polo 2 da ESTGL, a construir no primeiro piso do Mercado Municipal, que se encontra devoluto;-----

De uma forma muito rápida, só mais algumas questões, relativamente ao apagão já referi, a única preocupação que se verificou, de facto, foi com o abastecimento de água e que se fez durante as reservas, mas iremos corrigir essa situação, de resto em

situação de funcionamento normal, as nossas IPSS'S, que era das nossas preocupações estiveram muito estabilizadas;-----

CTOE decorreu a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional ao segundo Task force do one group, que vai integrar as forças da Nato na Roménia. É um orgulho para Lamego, a nossa unidade militar estar a esse nível, com grupos certificados pela Nato e integrar as forças que a Aliança Atlântica tem na Europa, neste caso na Roménia;

Sessenta anos do Palácio da Justiça, foi feita uma cerimónia pela Comarca de Viseu, onde estive presente, e onde deixei, naturalmente, além das solicitações de quem ao longo destes sessenta anos trabalhou neste Palácio da Justiça, algumas reservas relativamente ao mapa judicial e à necessidade de aproximar mais a justiça dos cidadãos e de dar ao nosso Tribunal Judicial, efetivamente, a dimensão e a importância que ele já teve em termos regionais;-----

Um outro evento, Lamego Cidade Poema, que decorreu este fim-de-semana;-----

Representação da Cim Douro em Osoka, Japão, onde pudemos levar uma exposição demonstrativa do Douro, passaporte de ouro em japonês, teve enorme adesão e sucesso;-----

E celebramos o 25 de Abril na embaixada, com o nosso Embaixador, de resto com origens nos Concelhos vizinhos de Moimenta da Beira e Sernancelhe, e cujo pai foi seminarista no nosso Seminário e oficial do exército na nossa unidade militar.

Celebração de protocolos com as associações e coletividades e clubes desportivos, num montante de cerca de um milhão de euros, quatrocentos e oitenta e cinco mil euros para a parte cultural e quinhentos e setenta e um mil euros para os clubes desportivos. -----

Protocolos com as Juntas de Freguesia, teremos hoje vários, Semana da Cáritas, saliento também aqui, um evento de grande importância com a apresentação de um livro, que retrata, de alguma forma, a generosidade, com que muitas famílias durienses acolheram crianças que, durante a segunda guerra mundial vieram para Portugal. É bom pensarmos na guerra que decorre na Europa, e de facto, na importância de lembrarmos a história e mantermos esse espírito de generosidade, as minhas felicitações à Cáritas Diocesana e à Dra. Isabel Mirandela da Costa que a dirige. -----

Primeira edição da Feira das Sopas de Britiande, os meus parabéns à Junta de Freguesia, ao Entrudo de Lazarim, Queima dos Judas, ao Carnaval Escolar, também um evento muito importante.-----

Conclusão da obra, não estava na minha lista de ampliação do cemitério da Cruz Alta, com a construção de Jazigos e ossários, ao aniversário da reabertura do Teatro Ribeiro Conceição.-----

Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a tolerância para esta explicação mais exaustiva, mas que eu entendo que se justifica, porque, repito, retrata para todos os lamecenses, o que tem sido a atividade do Município e das Juntas de Freguesia

nas diversas áreas de intervenção em que estamos empenhados e que procuram dar melhores condições de qualidade de vida à nossa população.-----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente da Assembleia, queria em primeiro lugar pedir-lhe que fosse facultada toda a listagem, porque é muito difícil nós estar a escrever todas as obras anunciadas que estão em curso e aquelas que estão previstas, que fosse facultada esta listagem a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Também queria questionar o senhor Presidente da Câmara que nos informasse de um protocolo assinado e que o senhor ainda agora referiu que é o projecto da criação do Polo 2 da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL) e o que se passa com este protocolo.-----

Havendo o ruído e conhecimento que, possivelmente, a ESTGL poderá ter outras alternativas a este protocolo. O senhor Presidente da Câmara tem conhecimento de alternativas que estejam para aí a circular neste campo, a este protocolo já assinado com a Câmara”.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Constantino Vaz:-----

“Relativamente à questão que coloca a resposta é claramente que não, esta intervenção foi consensualizada com a ESTGL, na pessoa do seu Presidente, junto de colaboradores que deram contributos para o projeto, inclusive, definindo o programa funcional, fazendo as correções e até alguns pedidos adicionais. Foi consensualizada com o senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, porque na medida em que temos apenas quinhentos mil euros de financiamento para uma obra que custará cerca de dois milhões de euros, apenas as instituições do ensino superior são elegíveis, o Município não pode apresentar a candidatura. E portanto a formalização que se encontrou, foi aprovada em reunião de Câmara. Foi fazer o comodato, constituir propriedade horizontal e depois fazer um contrato de comodato com o Instituto Politécnico de Viseu para poder apresentar a candidatura, o que eu penso que já fez. -----

E, finalmente, estamos a discutir em relação ao subfinanciamento desta intervenção, que será na ordem de um milhão e meio de euros, que será dividido entre o Município e o Instituto Politécnico de Viseu. Portanto, a estratégia que esteve subjacente a esta obra, foi definida pela ESTGL e pelo seu Presidente, que inclusive nos sugeriu o aluguer de um espaço na rua de Fafel, o espaço específico foi indicado e eu entendi que tendo o Município espaços disponíveis na cidade, e nomeadamente na proximidade à Escola, faria muito mais sentido ser feito este polo 2 no Mercado Municipal. Está perto da Escola, permite a circulação de professores e alunos, permite uma ligação digital direta e franca, fica a meio caminho entre a Escola e a futura residência de estudantes aqui na Praça do Comércio. Foi entendido por toda a gente, que era uma solução ótima, em dimensão, são 1900m², portanto, duplica grosso modo a área disponível atualmente para a Escola. A Escola tem tido algum

crescimento fruto dos contratos dos programas CTeSP, ou seja daqueles cursos de dois anos, mas parte desses cursos estão fora, estão na Incubadora de Empresas, estão no Espaço da Eurogestão.-----

A Câmara tem cedido esses espaços, além do antigo Patronato, está a Associação de Estudantes e as Tunas. Têm sido colocados estes cursos, nomeadamente em Moimenta da Beira e Sernancelhe. O senhor Presidente da Escola também tem ligações a esses concelhos, também fez essa opção.-----

Portanto não vemos qualquer justificação para ser colocada em causa uma questão que foi consensualizada entre três entidades, que têm responsabilidades institucionais, que têm palavra naquilo que assumem, e portanto, qualquer outra alternativa que venha por em causa o que foi acordado apenas por questões, eventualmente de natureza política/partidária, terá que ter efeito e repercussão naquilo que é o espírito de colaboração e de respeito que há entre entidades, e que, deixará, seguramente, o senhor Presidente da ESTGL numa situação, eventualmente insustentável. -----

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento da informação do senhor Presidente da Câmara, com a presença membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes os membros da coligação “Somos Lamego” António Manuel dos Santos Rodrigues, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.2.-ASSUNTO:APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2024
DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAMEGO (CPCJ) –
INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal o relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lamego (CPCJ), referente ao ano de 2024, para apreciação. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para referir o seguinte:-----

“Tivemos a oportunidade de ouvir a intervenção nesta Assembleia da senhora Presidente, pergunto agora se há um pedido de intervenção sobre este relatório, não havendo o mesmo considera-se apreciado por esta Assembleia.-----

Deliberação: O Relatório foi apreciado pela Assembleia, com a presença dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;---
-Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----
E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes os membros da coligação “Somos Lamego” António Manuel dos Santos Rodrigues, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.3.-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO
PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA SAÚDE DE LAMEGO
– CONTRATAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou-----

c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);-----

4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;-----

5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80/prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º; -----

6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”;-----

7) A dívida total do Município de Lamego, no final do quarto trimestre de 2024, era inferior a 2,25 a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;-----

8) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”.-----

Verificadas as condições referidas, incluindo autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento de consulta, procedeu-se ao envio de convite às instituições financeiras tendente à apresentação de propostas para o efeito e condições previstas no artigo 51º, n.º 3 do RFALEI.-----

O ofício-convite, estabelecia as seguintes condições concretas:-----

1. FINALIDADE -----

a) *Financiamento, ao abrigo do artigo 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo:-----*

i. *Empréstimo para Financiamento da Construção do Parque da Saúde de Lamego – abertura de crédito até 1.800.000,00€;-----*

2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES-----

a) *Montante máximo a contratar:-----*

i. *1.800.000,00€-----*

ii. *A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas;-----*

iii. *Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----*

b) *Prazo: 20 anos;-----*

c) *Reembolso: em prestações mensais constantes;-----*

d) *Pagamento de Juros: mensais postecipado, sobre o capital utilizado, sem capitalização;-----*

e) *Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de “spread”.-----*

De forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%;-----

f) *Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação;-----*

g) *Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;*

h) *Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.-----*

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego;-----

i) *Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 72.000,00€, assim obtidas:-----*

(a) Capital	1.800.000,00 €
(b) Prazo do contrato (anos)	20
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	90 000,00 €
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	72 000,00 €

N.º 4.º do art.º
40.º do RFALEI
N.º 5 do art.º 51.º
do RFALEI

j) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. identificada em a) do ponto anterior.-----

9) OUTROS CONSIDERANDOS-----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas. Em sede de audiência prévia, e terminado o prazo, não houve nenhuma pronúncia.

Face ao acima exposto, e verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2025, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 1.800.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal, proponho:-----

- Que o relatório, as propostas recebidas, e a minuta do contrato, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na construção do Parque da Saúde Lamego, descrita na proposta de deliberação n.º 87/2025, nos termos do artigo 51º da

Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 1.800.000,00€, junto da CA Beira Douro e Lafões;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os planos de amortizações da CA Beira Douro e Lafões, em anexo, que cumprem o disposto nos no 4º do artigo o 40º do RFALEI e no 5 do artigo 51º do RFALEI;-----

- Autorização do Presidente da Câmara para outorgar o respetivo contrato com a CA Beira Douro e Lafões;-----

- Remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.”-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:

“Não tenho muito a acrescentar àquilo que referi relativamente à necessidade deste empréstimo quando solicitamos à Assembleia Municipal a autorização para o fazer. Neste momento estamos a propor a autorização da contratação, já com a entidade bancária seleccionada e as condições do empréstimo, pelo que proponho a esta Assembleia, que o empréstimo seja aprovado”.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----

“Em relação a este ponto, já aqui muita coisa foi dita, já muita coisa foi falada, nós não vamos estar aqui numa posição distinta daquilo que fizemos antes, que é logicamente numa postura de viabilização.-----

Mas permitam-me, até pelas ultimas palavras do senhor Presidente da Câmara, eu já de forma propositada não falei deste ponto, mas não posso deixar de fazer aqui um factor de comparação, quando foi aqui inquirido pelo membro da coligação e quando falou de uma coisa muito simples. Que é a questão dos compromissos, nós quando assumimos os compromissos e concretamente sobre a questão da ESTGL, quando nós assumimos os compromissos e aquilo que é o principio e o estar de boa-fé entre as instituições e as instituições têm que ser salvaguardadas, independentemente das diferentes alternâncias, engraçado que ao início estava outra pessoa a falar, certamente, porque foi exatamente aquilo que a Câmara não fez em relação ao Centro de Saúde. É que pura e simplesmente, foi rasgar as vestes, pegar no mesmo projeto, rasgar as vestes, por causa de um simples capricho de localização ou sabe-se lá mais porque, repito, ou sabe-se lá mais porque, porque de facto havia a necessidade ter que injectar dinheiro na Santa Casa da Misericórdia de Lamego, da Misericórdia que me merece todo o respeito, mas havia também um compromisso em relação a isso, e nós agora chegamos a este ponto, sim, nós vamos que ter contratualizar o empréstimo. E em relação ao valor que estava previsto à quatro anos atrás, pois isto tem um problemas, com o passar dos anos os custos da construção dispararam. Nós vamos pagar, exatamente, pelo mesmo projeto mais do dobro. Foi isto que arranjam. -----

Nós chegamos aqui a este ponto e vamos pagar mais do dobro que aquilo que estava previsto há quatro anos atrás. -----

Logicamente, que nós em relação a questões fundamentais, nós assumimos também uma postura responsável, não votaremos contra e iremos abstermos, porque, de facto, este princípio de vilipendiar aquilo que o erário público mantém-se e parece que está para durar”.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação a este assunto eu pensei que já estava tudo tranquilo, tudo resolvido. Pelos visto não, que não foi fácil o PS assumir, o que já assumiu até, de alguma forma a boa decisão que foi tomada, já aqui nesta Assembleia ouvimos pessoas a congratular-se com esta decisão. Estou em crer que ao fim do dia vamos estar todos de acordo.-----

Foi um processo longo, sabemos disso, não me parece que não tenha sido nada um processo de imposição, foi pura e simplesmente um processo em que se concluiu, que por razões técnicas, acho que ficaram bem evidenciadas ao longo destes anos todos. Por razões técnicas este Parque da Saúde, toda esta estrutura, não podia ser feita no lugar indicado inicialmente, pois não tinha área de construção, não tinha espaço para estacionamento, a questão do muro certamente, que é relevante, porque basta, eu não engenheiro, basta olhar para a construção que está ser feita agora, e vemos que não é um muro vertical, vai ficar incluído na obra. Penso que essa questão está resolvida. Portanto, não me parece nada, que tenha sido uma questão de capricho de lugar, é claramente, diferente disso, isso é que o PS não percebe. É claramente uma visão estratégica do desenvolvimento de uma área e de todo um lugar, de facilitar outro conjunto de acessibilidades para uma estrutura que é central e importante para todos os lamecenses, como sabemos.-----

O membro Pedro Torres falou na questão de injectar dinheiro na Santa Casa da Misericórdia de Lamego, não me parece que isto possa ser dito assim, mas claramente, também é e falamos nisso, é claramente uma instituição que merece o nosso melhor cuidado, temos que também cuidar da Santa Casa da Misericórdia, porque sabemos e devemos todos estimar isso, faz um papel incontornável, insubstituível na área social, todos nós temos essa responsabilidade. -----

Portanto acho que era bem termos isso em conta.-----

E o projeto, todos sabemos isso, o projeto inicial, aquele que esteve no placar, não podia custar quatro milhões, conforme lá estava dito. Claramente, já na altura se sabia que ia custar mais, há lá custos, que por cima eram imputados à Câmara. -----

Portanto, na altura era esse o valor que já não era real, hoje em dia, o valor é um valor diferente, porque também as condições de construção são diferentes, sabemos que o custo de vida, os materiais e os empreiteiros, tudo, tudo aumentou, mas há aqui uma questão que faz toda a diferença. A questão de uma visão para toda uma área, para toda uma zona urbanística da cidade que, claramente, beneficia com esta

alteração. E eu penso que só temos por nos dar por satisfeitos nesta decisão estratégica, que vamos ganhar todos. Se, eventualmente vier a custar mais alguma coisa na atualização de custos, penso que esta atualização será, perfeitamente, válida, é perfeitamente, uma mais-valia para a cidade, portanto veremos que as contas estão equilibradas, penso que não há problema nenhum e da parte da coligação “Somos Lamego”, naturalissimamente subscrevemos a contratação do empréstimo”.

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Começar por dizer que os douramentos de honoris causa em arquitectura e engenharia, que várias pessoas, que têm vindo aqui falar, que de facto têm recebido e portanto isso a bom, logicamente, para a comunidade. Mas permitam-me dizer uma coisa.-----

Eu ainda gostava de saber, gostava que me explicassem, que raio de teoria é essa e depois as pessoas mordem as teorias, aquilo é como um anzol, que levam para casa. Que raio de teoria é essa que o edifício não cabia. Sinceramente eu tenho dificuldade em perceber.-----

Assim como tenho dificuldade de perceber outra coisa, é que me vêm falar aqui da instalação do novo Centro de Saúde. E para facilitar a conversa vamos de lhe deixar chamar Parque da Saúde, aquilo é Centro de Saúde. Vai ser inserido nas imediações de um local, onde já foi o hospital de Lamego, mas como vai voltar a ser lá e não existe nenhum projeto, neste momento, com pés e cabeça para viabilizar aquelas instalações. Também escusamos de tentar vender aqui a ideia aos lamecenses de que agora, aquilo vai ser o novo Parque da Saúde do Douro Sul. Esqueçam lá isso, é que não existe, neste momento, não existe, absolutamente nada, rigorosamente nada previsto para aquelas obras. A não ser, infelizmente, manter-se o edifício devoluto tal como está.-----

Portanto, o edifício anexo vai continuar a estar devoluto tal e qual como está, grande parte do edifício, existe lá a outra situação que foi, se não estou em erro, arrendada para uma unidade hemodialise, mas tirando isso o edifício está como está ao abandono.-----

Portanto, quer-se fazer criar aqui a ideia, que agora aquilo sim, vai ser o novo polo de desenvolvimento médico ou de saúde de toda uma região duriense. Esqueçam isso. Não existe para já nenhum projeto. E aqui também foi dito, porque as coisas quando são ditas, logicamente, nós ouvimos e percebemos. É uma questão de opção, aqui foi dito, claramente, que a Santa Casa de Misericórdia precisava de ajuda, encontrou-se uma forma de se ajudar a Santa Casa da Misericórdia, que foi entregar um valor monetário, em dinheiro, pela aquisição de terrenos na zona limítrofe do antigo hospital, foram palavras suas, não foram palavras minhas. Mas se assim é, também não há problemas em admitir. Porque em vez de ser dado um subsídio compra-se um terreno, que seja, tudo muito bem. E há uma coisa que eu também já o disse antes e volto a repetir, não ponho em causa, nunca em situação alguma, alias em relação a

isso são até sou perfeitamente suspeito, a minha filha esteve nessa instituição, desde que praticamente nasceu até à escola primária, e portanto, respeito muito não só as pessoas que estão nessa casa, como todo o serviço que é prestado pela instituição, portanto isso nem se quer se discute.-----

E também para que fique claro, nós não mudamos de posição, nós nunca mudamos de posição, aquilo que é a necessidade ter um novo centro de saúde, dos profissionais, principalmente ligados à área dos cuidados primários, terem um local muito mais digno que aquele que existe nos dias de hoje, são uma prioridade ainda antes de V. Exas pronunciarem-se sobre este assunto. Portanto, que não haja aqui dúvidas nenhuma. E mais, a nossa posição, mesmo em relação a um custo, perfeitamente, díspar daquilo que era a realidade de então há quatro anos, mesmo assim a viabilidade. Porque nós vemos e queremos que áreas vitais no desenvolvimento do Concelho de Lamego, sejam elas área da saúde, sejam elas da área da educação, que aqui já debatemos e que não foi tida como prioridade em relação a alguns temas, claramente isso para nós será sempre prioritário. E portanto sim, o nosso voto será, claramente, de viabilização, mesmo discordando, contudo, desde aquilo que já foi discutido até à data.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para responder ao membro Pedro Torres:

“ Para dar os parabéns ao membro Pedro Torres, bem vindo à aprovação do empréstimo, porque saibamos os senhores vereadores do PS votaram contra, é preciso não esquecer. Saibamos que os senhores vereadores votaram contra porque a prioridade não era esta e porque não concordaram com o processo, e porque, enfim, estavam contra a construção, e então a construção naquele lugar muito menos ainda. Porque eu saiba que o PS é o PS, não há um PS A e B.-----

Portanto parte do PS, uma parte significativa, a parte responsável executiva do PS votou contra este empréstimo. Mas de qualquer das formas bem-vindo e as nossas conversas neste espaço da Assembleia têm sido no processo de construção de tudo isto, penso que estamos todos de parabéns. -----

Não me parece que possamos misturar a construção deste Parque da Saúde, deste Centro de Saúde, provavelmente daqui a uns anos encontraremos um termo para designar isto de forma apropriada, provavelmente nenhum dos dois não sei, mas, claramente a questão da Santa Casa da Misericórdia não é do hábito desta Assembleia, mas também podemos admitir que a Santa Casa da Misericórdia pode desenvolver medidas, também de ir de encontro a esta nova realidade e este novo Parque da Saúde.-----

Falou da hemodiálise que lá está e mais uma vez neste assunto o PS não deu um passo em frente para defender a hemodialise. Ficou quietinho a ver passar a água debaixo da ponte. Mais uma vez o PS não se chegou à frente, ficaram quase sozinhos naquela e eram governo naquela altura.-----

Mais que eu saiba, estávamos por cá, num mandato anterior do Dr. Ângelo Moura, ficou consensualizado numa reunião do executivo, que o lugar seria aquele, porque é que mudaram? Não sei. Talvez o Dr. Ângelo Moura saiba disso. Mais, em relação à área de construção, claro que o bloco cabia lá, é evidente que os engenheiros, eu não sou engenheiro, nem tenho nenhum doutoramento em engenharia, embora tenha andado em engenharia civil, ficam a saber, não acabei, não tenho nenhuma licenciatura nem nenhum doutoramento em engenharia civil, mas há coisas que a gente percebe. Basta medir o edifício, medir a área, o edificio cabe lá, o problema é o resto, sabemos todos que o resto não estava bem, já falamos muito sobre isto. Portanto, não vale a pena agora, estarmos aqui a rasgar as vestes, porque felizmente chegamos a bom porto, felizmente estamos todos para construir a solução. Lamenta-se aqui a posição dos vereadores do PS, mas pronto a decisão é feita aqui, tomada aqui e ainda bem que é tomada aqui, porque o empréstimo vi ser aprovado com a validação dos dois grupos municipais.-----

Tomou a palavra o membro **Rosa Moutinho** para referir o seguinte:-----

“Cumprimento todos os presente na sala e o publico que nos segue através da redes sociais:-----

“Eu venho aqui defender a Santa Casa, a Santa Casa não precisa de esmolas. O Município entendeu que era o local ideal e por isso expropriou uma parte do terreno, o resto a seu tempo”.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para referir o seguinte:-----

“O membro Pedro Torres veio aqui fazer uma serie de argumentos que requerem alguma reflexão, uma delas eu já tinha referido da ultima vez que ele falou e vou referir outra vez:”” Primeiro começo a comparar este processo com a ESTGL, não tem nada a ver, o processo de Centro de Saúde anterior foram assinados por intervenientes, totalmente diferentes, os intervenientes que estão agora com a assinatura do protocolo com a ESTGL foram totalmente diferentes dos que assinaram o protocolo que era para ser o antigo Parque da Saúde. -----

O membro Pedro Torres falou do Centro de Saúde o Centro de Saúde já não existe, é a Unidade de Saúde. Aquilo pode ser a Concentração de Unidades de Saúde. Os Centros de Saúde vão deixar de existir. -----

Esta insinuação, já é a segunda vez que faz, de injeção de dinheiro na Santa Casa de Misericórdia, na altura tinha dito que é preciso ter algum respeito, com esta Instituição, acho que quando se refere o nome da instituição, não pode ser de animo leve, acho que é uma instituição, que presta também serviços à comunidade, e muito bem, acho que quem vai para aqui dizer isso, intenção de dizer querer injectar dinheiro na Santa Casa da Misericórdia. Devíamos ter algum cuidado quando abordamos assim nomes como instituições com a Santa Casa de Misericórdia. E depois ter a ver com o valor, falou de um valor que aumentou o dobro, nos impostos, disse que vai ser

paga com os impostos lamecenses, não venha agora dizer que não. Então nós sabemos que as obras estão a aumentar, os custos estão exacerbados, provavelmente, não sabe se houve alteração do projeto ou não, o senhor Presidente da Câmara é que sabe, ele poderá falar, mas poder haver sempre aumentos. Eu próprio também fiz obras na freguesia, pensei que ia gastar dez mil euros e acabei por gastar quinze mil euros. Mas a vida é assim, quem faz as obras é assim. Pronto se há um aumento temos que o aprovar, a população quer o edifício, quer a resposta para a saúde. Era só isto que queria dizer, o membro Pedro Torres fez aqui alguns argumentos que não faz sentido, nomeadamente dizer que aquilo é um Centro de Saúde, estes vão deixar de existir e vão passar a ser unidades e quanto ao empréstimo é natural, já se sabia, as obras tem tendencialmente a subir os seu preço e aquela com a envolvimento que tem, pela dimensão que tem, já se sabia que os argumentos financeiros iriam ser outros. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** para responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões:-----

“Em primeiro lugar e para que fique claro, eu estou aqui apenas em defesa de uma coisa, que é os lamecenses, eu não estou em defesa de nada, de mais ninguém, a não ser do povo de Lamego.-----

E portanto é o povo de Lamego que, logicamente, me colocou aqui, e portanto é sobre eles apenas que respondo, não respondo mais nada nem mais ninguém. Portanto, não me compete a mim fazer o papel de defesa de qualquer tipo de instituição que não seja o concelho de Lamego, o povo de Lamego e a cidade de Lamego. Esse é o primeiro ponto, segundo ponto. Segundo ponto, para que não haja aqui dúvidas, para que não haja aqui dúvidas, e apenas para esclarecer, eu disse uma coisa muito simples, fruto de termos adiado a obra, em praticamente quatro anos, a obra ficou adiada praticamente em quatro anos, por uma tomada de decisão do atual Executivo, que mandou travar a fundo, mandou não avançar com o projeto. Mais tarde voltou outra vez a reinscrever o projeto e portanto, atrasou a construção durante quatro anos. Esse é o primeiro tema, houve um atraso, isso já podia estar feito, não está, está a começar. Logicamente que esse atraso fruto de toda a especulação que existe no ramo do imobiliário, fez disparar os preços. Por muito que custe à coligação, eu sou obrigado a dizer lá para casa, para os lamecenses, sim, vocês estão a pagar, porque houve uma decisão que penaliza aquilo que é a execução desta obra. Portanto essa decisão foi tomada, isso traz um custo acrescido, peço imensa desculpa, isto é a verdade, não posso dizer outra coisa que não seja a verdade”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para responder ao membro Pedro Torres:-----

“Venho a que responder, porque o membro Pedro Torres disse que só defende dos lamecenses, dá a sensação que os outros que estão aqui assentados, não estão a

defender os interesses dos lamecenses. De certeza que não defende mais os interesses dos lamecenses que eu, de certeza absoluta.-----

No que respeita à Unidade de Saúde que vai ser criada, senhor Presidente da Câmara tem todo o meu apoio, naturalmente tem todo o meu apoio. Quem me garante a mim que a estrutura que estava planeada ia dar resposta àquilo que era necessário para os lamecenses. O membro Pedro Torres tem a certeza? O grupo municipal do Partido Socialista anda com um sofrimento por antecipação, porque se calhar pensavam que a obra não iria arrancar antes das eleições. Arrancou as coisas estão a andar, já estão a dizer que os muros vão ficar altos, vão ficar baixos, já começam a apresentar problemas, e ainda a obra mal arrancou, isto é mesmo assim. Tenham calma, deixem a obra desenrolar, e acima de tudo, que dê resposta ao bem-estar e àquilo que os lamecenses precisam, que é aquilo que nós defendemos. Por isso o membro Pedro Torres não venha por em causa aqui, a defesa dos interesses dos lamecenses, coisa que não defende mais que eu defendo”-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir o seguinte:-----

“ Venho aqui só para tentar fazer uma síntese e lembrei-me aqui do Fernando Pessoa, diz” que tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”, e se houve este atraso, provavelmente valeu a pena, porque de certeza, que a solução foi melhor. A decisão não penalizada, como diz o membro Pedro Torres, a decisão resolveu um problema. Se o bloco é igual, todo o contexto é diferente e a diferença está aí”-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:

“ Este é, de facto, um assunto estimulante, e vamos voltar a 2021 e ao projeto do Parque de Saúde, lançado pelo então executivo Socialista. Começamos pela designação, Parque da Saúde, Parque da Saúde foi uma designação do executivo Socialista, do Dr. Ângelo Moura e não minha. Quis mudar o nome, no novo projeto, não foi possível, porque no projeto da ARS, estava designado como Parque da Saúde e nesse sentido a ARS inscreveu no PRR o projeto de Lamego, como Parque de Saúde de Lamego. E inclusive a simulação 3D foi feita pelo projectista, que dizia lá, estampado em grandes letras Parque de Saúde”, e eu perguntei não se pode mudar isto? Não, não se pode mudar, está tudo em conjugação, projeto e fundos comunitários, designação da obra no PRR.-----

Efetivamente, junto da Unidade de Saúde e das estruturas da saúde, não há um Parque de Saúde, formalmente. Em todo o caso este pode ser um Parque da Saúde, já tem ao lado uma unidade de saúde, embora ainda não esteja a funcionar, e pode ter o antigo hospital, uma ou mais unidades de saúde, muito desejaríamos que ali pudesse ser construído, por exemplo uma unidade de cuidados continuados ou uma unidade destinada às doenças do foro neurológico ou uma unidade privada, o que fosse.-----

Portanto, fica esclarecida a questão do nome Parque da Saúde. -----

Fica também esclarecida a questão da localização, a localização foi escolhida aquela, objetivamente, e por questões de enquadramento de uma unidade desta natureza, na estrutura física da nossa cidade, no contraponto entre a parte baixa e a parte alta, na ligação ao edifício que teve sempre um conotação com a saúde durante de mais um século. Não teve por isso, absolutamente nada a ver com o financiar da Santa Casa. -----

Aliás a Santa Casa é uma instituição que tem um vasto património, algum que foi alienado ao longo dos tempos, por anteriores provedores, nomeadamente no Concelho de Resende, a Quinta da Boavista, aqui no centro da cidade, a ilha no Porto. Portanto a Santa Casa da Misericórdia, sempre conseguiu suprir as suas necessidades de financiamento, sem necessitar da Câmara Municipal.-----

A demais a Câmara já iria comprar à Santa Casa o terreno de Nazes para construir habitação social, e portanto a Santa Casa já ia ter a injeção de umas centenas de milhares de euros por essa via. Não havia do ponto de vista da Santa Casa, tanto quanto sei, nenhum interesse e necessidade em fazer esta operação, foi uma vontade específica do Município. -----

Relativamente ao projeto de 2021, houve, efetivamente um adiamento, um adiamento que pôs em causa, que inviabilizou o projeto de 2021 e um adiamento que foi propositado, e foi parte do anterior executivo. -----

O Projeto foi aprovado em abril de 2021, foi aprovada a candidatura a fundos comunitários, quatro milhões de euros, e aprovado o projeto condicionada à aquisição do terreno, que ainda estava na posse do Ministério da Educação, e à alteração do plano de urbanização, por causa da zona verde de enquadramento. Em todo o caso, presumindo que estas situações seriam ultrapassadas, se não fossem teria sido um enorme erro escolher aquele terreno para instalar do Centro de Saúde, sendo viável esta alteração, nada obstaculizava que o executivo municipal, em abril, quando teve a candidatura aprovada e o projeto aprovado lançasse o concurso.-----

Porque que é até outubro, quando foram as eleições, durante seis, o executivo Socialista nada fez. Por um motivo muito simples, primeiro porque sabia que o dinheiro não chegava, segundo, porque o projeto no fim não seria satisfatório. Porque o dinheiro não chegava se o concurso tivesse sido lançado, teria ficado deserto. E porque novecentos euros por metro quadrado, em 21021, não deve sequer para construir uma garagem, quanto mais um Centro de Saúde. Eu disse-o, exaustivamente, na campanha eleitoral que aquele projeto está subfinanciado, pelo menos em dois mil e quinhentos mil euros. Não seria possível fazê-lo com menos de seis milhões e meio de euros, ou seja, teria sido necessário contrair um empréstimo de valor superior ao que vamos contrair hoje. -----

Finalmente, quando se diz que cabia ou não cabia, não, não cabia, a prova que não cabia, foi necessário que a Câmara Municipal deliberasse dispensar o Parque de Saúde de Lamego de ter o número de estacionamento legalmente exigíveis. Vamos

gastar milhões de euros num equipamento que não tem estacionamento? Então deixamos o Centro de Saúde em Fafel e as pessoas continuam a estacionar em cima da passadeira e em cima do passeio. Deixamos a unidade de saúde familiar na Rua Avenida 5 de Outubro e as pessoas continuam a estacionar na rua, interrompendo o trânsito ou em cima do passeio. Arranjamos um outro espaço, onde também não precisa de ter estacionamento, por exemplo, junto à antiga escola n.º 1, para instalar uma das unidades de saúde familiar e ficámos na situação em que estávamos, com más condições e sem estacionamento. -----

Construir um edifício novo sem estacionamento é uma coisa que não lembra a ninguém, não lembra a ninguém, porque não serve os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e outros, não serve os utentes, sobretudo, quando nós sabemos que temos utentes que estão envelhecidos, que vai um casal de idosos, tem deixar a senhora à espera no passeio, tem que ir à procura de um estacionamento, tem que voltar para trás, uma situação que de facto, não é prática nem sequer a humana. E por isso o projeto que nós fizemos, foi racionalmente definido em termos de localização e de conceito, alteramos o mínimo possível relativamente ao anterior, para não obrigar a mais perdas de tempo no programa funcional, lançamos o concurso ainda antes da aprovação da candidatura do PRR à assinatura do contrato de financiamento que decorreu na CCDR, coisa que, se o partido Socialista tivesse feito, transformado em abril de 2021 o projeto que tinha lançado em irreversível e não o fez. Portanto se alguém adiou o Centro de Saúde de Lamego, foi o executivo socialista, provavelmente, com a intenção de não o fazer, de o prometer para as eleições, de não o fazer, tenho a certeza, absoluta disso. Nós fazemos e fazemos, por muito que custe e fazendo, mesmo sendo necessário recorrer a um empréstimo, que com a frontalidade e a coragem que sempre tivemos trazer a esta Assembleia Municipal. -----

E pedimos para ser aprovado e aos lamecenses deixamos uma palavra, que fiquem tranquilos, temos condições financeiras para honrar os compromissos com estes e outros empréstimos que vamos contrair e temos ainda a esperança de que no âmbito do PRR possa haver um reforço de verbas para que a nossa obra seja financiada a 100%, como devia ter sido”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e dois membros-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e cinco votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel

de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E sete abstenções dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego” António Manuel dos Santos Rodrigues, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.4-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REQUALIFICAÇÃO DE VIAS NO CONCELHO DE LAMEGO – CONTRATAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou-----

- c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);
- 4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;-----
- 5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80/prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º; -----
- 6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”;-----
- 7) A dívida total do Município de Lamego, no final do quarto trimestre de 2024, era inferior a 2,25 a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;-----
- 8) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”.-----
- Verificadas as condições referidas, incluindo autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento de consulta, procedeu-se ao envio de convite às instituições financeiras tendente à apresentação de propostas para o efeito e condições previstas no artigo 51º, n.º 3 do RFALEI.-----
- O ofício-convite, estabelecia as seguintes condições concretas:-----
1. FINALIDADE-----
- a) Financiamento, ao abrigo do artigo 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo:-----
- i. Empréstimo para financiamento da Requalificação de Vias no Concelho de Lamego – abertura de crédito até 2.300.000,00€;-----
2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES-----
- a) Montante máximo a contratar:-----
- i. 2.300.000,00€-----
- ii. A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas;-----
- iii. Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----
- b) Prazo: 20 anos;-----
- c) Reembolso: em prestações mensais constantes;-----

d) *Pagamento de Juros: mensais postecipado, sobre o capital utilizado, sem capitalização;*-----

e) *Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de “spread”;*-----

De forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo, será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%;-----

f) *Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação;* -----

g) *Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;*

h) *Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.*-----

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego;-----

i) *Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 92.000,00€, assim obtidas:*-----

j)

(a) Capital	2.300.000,00 €
(b) Prazo do contrato (anos)	20
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	115 000,00 €
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	92 000,00 €

N.º 4.º do art.º
40.º do RFALEI

N.º 5 do art.º 51.º
do RFALEI

Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. identificada em a) do ponto anterior.-----

9) OUTROS CONSIDERANDOS-----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o

mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

Em sede de audiência prévia, e terminado o prazo, não houve nenhuma pronúncia.-----

Face ao acima exposto, e verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2025, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 2.300.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal, proponho:-----

- Que o relatório, as propostas recebidas, e a minuta do contrato, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na requalificação de vias no concelho de Lamego, descritas na proposta de deliberação n.º 75/2025, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 2.300.000,00 €, junto da CA Beira Douro e Lafões;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os planos de amortizações da CA Beira Douro e Lafões, em anexo, que cumprem o disposto no n.º 4 do artigo 40º do RFALEI e no n.º 5 do artigo 51º do RFALEI;-----

- Autorização do Presidente da Câmara para outorgar o respetivo contrato com a CA Beira Douro e Lafões;-----

- Remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“Reitero aqui a justificação da obra que vai ser financiada, a requalificação de vias de comunicação em betuminoso, conforme já aqui descrevi, exhaustivamente, à aprovação desta Assembleia, a abertura do procedimento para a contratação deste empréstimo, e agora à concretização da sua contratação com a adjudicação à entidade bancária,

seleccionada nas condições que estão patentes na informação dos serviços de finanças e património.-----

Proponho que este empréstimo seja aprovado.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e dois membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade dos presentes.-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego” António Manuel dos Santos Rodrigues, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.5-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DA AVENIDA DAS ACÁCIAS NA ZONA DE LIGAÇÃO À FUTURA CEL E CONCEPÇÃO DA PLATAFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DA SAÚDE E ARRUAMENTOS ADJACENTES – CONTRATAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou

ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10 /prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou-----

c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);-----

4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;-----

5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80/prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º; -----

6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”;-----

7) A dívida total do Município de Lamego, no final do quarto trimestre de 2024, era inferior a 2,25 a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;-----

8) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”.-----

Verificadas as condições referidas, incluindo autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento de consulta, procedeu-se ao envio de convite às instituições financeiras tendente à apresentação de propostas para o efeito e condições previstas no artigo 51º, n.º 3 do RFALEI.-----

O ofício-convite, estabelecia as seguintes condições concretas:-----

1. FINALIDADE -----

a) Financiamento, ao abrigo do artigo 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo: -----

i. *Empréstimo para Reabilitação da Avenida das Acácias na Zona de Ligação à futura CEL e Conceção da Plataforma para Implantação do Parque da Saúde e Arruamentos Adjacentes – abertura de crédito até 1.450.000,00€; -----*

2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES -----

a) *Montante máximo a contratar: -----*

i. *1.450.000,00€ -----*

ii. *A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas; iii. Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----*

b) *Prazo: 20 anos;-----*

c) *Reembolso: em prestações mensais constantes;-----*

d) *Pagamento de Juros: mensais postecipado, sobre o capital utilizado, sem capitalização; -----*

e) *Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de “spread”.-----*

De forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%; -----

f) *Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação; -----*

g) *Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;*

h) *Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros. -----*

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego; -----

i) *Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 58.000,00€, assim obtidas:-----*

(a) Capital	1.450.000,00 €
(b) Prazo do contrato (anos)	20
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	72 500,00 €
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	58 000,00 €

N.º 4.º do art.º
40.º do RFALEI
N.º 5 do art.º 51.º
do RFALEI

j) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo. -----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. identificada em a) do ponto anterior.-----

9) OUTROS CONSIDERANDOS -----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação. -----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. -----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas. Em sede de audiência prévia, e terminado o prazo, não houve nenhuma pronúncia.

Face ao acima exposto, e verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2025, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 1.450.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal, proponho: -----

- Que o relatório, as propostas recebidas, e a minuta do contrato, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na reabilitação da Avenida das Acácias na zona de ligação à futura CEL e concepção da plataforma para implantação do Parque da Saúde e arruamentos adjacentes, descrita na proposta de deliberação n.º 82/2025, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 1.450.000,00€, junto da CA Beira Douro e Lafões; -----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os planos de amortizações da CA Beira Douro e Lafões, em anexo, que cumprem o disposto nos n.º 4º do artigo 40º do RFALEI e n.º 5 do artigo 51º do RFALEI;-----

- *Autorização do Presidente da Câmara para outorgar o respetivo contrato com a CA Beira Douro e Lafões;* -----

- *Remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.*-----

“Reitero aqui a justificação quer da obra que vai ser financiada, a requalificação de vias de comunicação em betuminoso, conforme já aqui descrevi, exaustivamente, à aprovação desta Assembleia, a abertura do procedimento para a contratação deste empréstimo, e agora à concretização da sua contratação com a adjudicação à entidade bancária, seleccionada nas condições que estão patentes na informação dos serviços de finanças e património.-----

Proponho que este empréstimo seja aprovado”.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“Reitero a necessidade da obra que vai ser financiada, reabilitação da Avenida das Acácias na zona de ligação à futura CEL e concepção da plataforma para implantação do Parque da Saúde e arruamentos adjacentes , à aprovação desta Assembleia, a abertura do procedimento para a contratação deste empréstimo, e agora à concretização da sua contratação com a adjudicação à entidade bancária, seleccionada nas condições que estão patentes na informação dos serviços de finanças e património.-----

Gostaria apenas de acrescentar que este empréstimo também se justifica porque há uma limitação à taxa de financiamento das intervenções em arruamentos municipais, há nomeadamente uma limitação a 35% da taxa de financiamento de alguns trabalhos, como, por exemplo, pavimentos em vias, passeios, execução de muros, que são obras que estão escondidas.-----

Portanto, a taxa de financiamento para esta obra será relativamente reduzida em função da conjugação das quantidades de trabalho dos preços do respetivo mapa e, por isso, precisamos de contratar este empréstimo, para podermos avançar com a obra e cumprir com os nossos compromissos, já foi aprovada a abertura do procedimento e por isso peço à assembleia que seja aprovado este empréstimo.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam trinta e dois membros presentes.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e cinco votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do

Sameiro Morais Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;
Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E sete abstenções dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego” Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.6-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA SÉ – CONTRATAÇÃO.-----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação n.º 267/2025 do senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor: -----

“Considerando que:-----

1) O artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê que os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida nas condições previstas nos n.ºs 3 a 8, ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal;-----

2) Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que os investimentos referidos no número anterior são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10/prct. das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

3) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar os seguintes prazos:-----

a) 20 anos;-----

b) 50 anos, nos casos de empréstimos para construção de habitação ou intervenções de reabilitação urbana destinadas a arrendamento, bem como para recuperação do parque habitacional degradado da titularidade dos municípios; ou-----

- c) 30 anos, em operações financiadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);
- 4) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;-----
- 5) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 /prct. da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º; -----
- 6) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”;-----
- 7) A dívida total do Município de Lamego, no final do quarto trimestre de 2024, era inferior a 2,25 a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;-----
- 8) A instrução das propostas de empréstimo, nos termos do artigo 49º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais “são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito”.-----
- Verificadas as condições referidas, incluindo autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento de consulta, procedeu-se ao envio de convite às instituições financeiras tendente à apresentação de propostas para o efeito e condições previstas no artigo 51º, n.º 3 do RFALEI.-----
- O ofício-convite, estabelecia as seguintes condições concretas:-----
1. FINALIDADE-----
- a) Financiamento, ao abrigo do artigo 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual do seguinte empréstimo:-----
- i. Empréstimo para financiamento da Reabilitação da Escola Secundária da Sé - abertura de crédito até 8.600.000,00€;-----
2. AS PROPOSTAS DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES-----
- a) Montante máximo a contratar:-----
- i. 8.600.000,00€;-----
- ii. A utilização do crédito será efetuada, por uma ou mais vezes até ao limite global e no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados desde a data de emissão do visto do Tribunal de Contas;-----
- iii. Os prazos serão contados da data de emissão do visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo contrato só produzirá efeitos na data em que forem entregues ao Banco os documentos exigíveis;-----
- b) Prazo: 20 anos;-----
- c) Reembolso: em prestações mensais constantes;-----

d) *Pagamento de Juros: mensais postecipado, sobre o capital utilizado, sem capitalização;*-----

e) *Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses acrescida de “spread”: de forma a assegurar a comparabilidade das propostas, os proponentes deverão apresentar propostas que não imponham quaisquer limitações ao resultado da soma do spread ao indexante, pretendendo-se que o indexante não tenha floor zero, abatendo sempre ao spread até ao seu limite. Desta forma, caso o indexante seja negativo será esse o valor considerado para efeito do cálculo da taxa de juro com a salvaguarda que, caso o somatório do indexante com o spread seja negativo, a taxa de juro final será 0%;*

f) *Garantias: as legais, de acordo com o tipo de operação;*-----

g) *Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;*

h) *Propostas a apresentar deverão incluir os seguintes elementos: montante, taxas de juro, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros;* -----

As propostas deverão ser entregues em envelope opaco e fechado no seguinte endereço: Município de Lamego, Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira 5100-150 Lamego;-----

i) *Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 5 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja, 344.000,00€, assim obtidas:*-----

(a) Capital	8.600.000,00 €	
(b) Prazo do contrato (anos)	20	
(c) Amortizações médias = (a) / (b)	430 000,00 €	N.º 4.º do art.º 40.º do RFALEI
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das Amort. Médias) = (c) x 80%	344 000,00 €	N.º 5 do art.º 51.º do RFALEI

j) *Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.*-----

3. VARIANTES-----

Só serão admitidas propostas com variantes à condição i. identificada em a) do ponto anterior.-----

9) OUTROS CONSIDERANDOS-----

O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas, em pelo menos três instituições bancárias autorizadas por lei a conceder crédito, bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua atual redação.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, conforme estipula o n.º 6 do artigo 49º da mesma Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.-----

Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos, nos termos da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas.---

Em sede de audiência prévia, e terminado o prazo, houve uma pronúncia da CGD, que consta no Relatório Final, em anexo.-----

Face ao acima exposto, e verificando-se que o Município de Lamego tem capacidade endividamento para o ano de 2025, capaz de acolher a contratação deste empréstimo até 8.600.000,00€, de forma a garantir a concretização deste investimento municipal.

Proponho:-----

- Que o relatório, a minuta do contrato, e as propostas recebidas, integralmente reproduzidas em anexo, sejam submetidas à Câmara Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 3 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na reabilitação da Escola Secundária da Sé, descritas na proposta de deliberação n.º 83/2025, nos termos do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua redação atual, até ao montante de 8.600.000,00 €, junto da CA Beira Douro e Lafões;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os planos de amortizações da CA Beira Douro e Lafões, em anexo, que cumprem o disposto no n.º 4º do artigo 40º do RFALEI e n.º 5 do artigo 51º do RFALEI;-----

- Autorização do Presidente da Câmara para outorgar o respetivo contrato com a CA Beira Douro e Lafões - remeter o respetivo contrato e anexos, para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.”-----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para apresentar esta proposta: “Este é o maior empréstimo que iremos contrair.-----

Já tive oportunidade de o apresentar na sessão anterior da Assembleia Municipal, mas quero prestar uma informação adicional, antes de colocar à votação a contratação deste empréstimo.-----

Na altura fomos notificados pelo PRR de que só já havia 4 milhões de euros para as escolas e a nossa seria a última a ser aprovada no PRR.-----

Entretanto, passaram alguns meses sem que houvesse uma decisão de aprovação, pelo que, nesta altura, pensamos que, ainda que o PRR disponha dessa verba, provavelmente a nossa escola irá sair do PRR e passar para um financiamento através da linha BEI, que o Governo português está a negociar.-----

Nesse sentido, se tal vier a acontecer a nossa escola será financiado a 100%, como teria de ser, este empréstimo tornar-se-á dispensável. Em todo o caso a linha Bei irá financiar os projetos de acordo com o grau de maturidade. E nós temos a obra pronta a ser adjudicada, irá à reunião de Câmara de amanhã, mas para adjudicar temos que ter, efetivamente, garantias de financiamento, e isso pressupõe a garantia dos quatro milhões de euros previstos no PRR e deste empréstimo. Podendo estas medidas de financiamento virem a ser substituídas pelo financiamento BEI, a que me referi e que seria, claramente, a situação mais confortável para o Município, que iria permitir que nós pudéssemos prescindir deste empréstimo, manter esta capacidade de endividamento, para outra obra que seja necessária ou simplesmente não a utilizando. Em todo o caso, para podermos adjudicar e submeter ao Tribunal de Contas a adjudicação desta obra, temos que garantir que temos os meios para o efeito e este empréstimo torna-se por isso necessário nesta fase.-----

*Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----*

“Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Câmara falou, permita-me eu que que tem ser um pouco mais claro, porque há aqui com junto de dúvidas que ainda permanecem. -----

Nós ficamos sem perceber ou pelo menos ei fiquei sem perceber e gostaria desses esclarecimentos adicionais relativamente ao seguinte: Nós já tinhas discutido isso um pouco, mas agora gostaria que fosse um pouco mais claro, porque acho que fez a apresentação, pelo menos acho que ficou aqui alguma dúvida e é também para servir para poder complementar a sua informação.-----

Daquilo que percebi, nos temos apenas uma parte, mingua daquilo que é o financiamento disponível, porque já não há muito investimento disponível para escolas, dentro deste programa onde está inserido, e portanto nós temos que recorrer ao esforço financeiro bastante acentuado para que se proceda à renovação da Escola da Sé. -----

Repito aquilo que disse na última Assembleia, para que também fique claro de todo obstaculizamos qualquer tipo de reabilitação de escolas que é um dos pilares fundamentais de desenvolvimento nossa própria sociedade, e principalmente dos nossos jovens, que estão no nosso Concelho. Portanto, isso desde já que fique claro. Mas fica-me, pelo menos, a dúvida que é nos podemos recorrer a uma outra linha de financiamento, neste caso será a linha Bei, mas eu gostaria de perceber se, de facto, nós temos que ter todas as condições de contratualização, ou seja, demonstrar que o Município de Lamego consegue suportar o esforço financeiro, neste caso recorrendo a um empréstimo tão elevado, com as consequências que isso tem. Não vale a pena

estarmos aqui a especular, nós quando contratualizamos um empréstimo que não tem que ser pago, isso implica esforço, implica logicamente a possibilidade de termos a alteração prioritária daquilo que é os desígnios que temos de levar dentro do Município.-----

E, portanto, eu precisava de saber, se, de facto, existe essa obrigatoriedade de ter este empréstimo devidamente contratualizado e fechado, para que possamos recorrer a uma outra linha do Bei. Confesso que sinto alguma dificuldade em perceber e em entender esse pressuposto. -----

A segunda questão que se coloca é, se existe alguma estimativa, quando é que esse prazo da decisão para uma possível aprovação do Bei, se existe algum prazo expectável, isso é importante. Porque nós se vamos já adjudicar, vamos já garantir toda a parte do financiamento, significa que estamos em condições de lançar a obra e ela poder decorrer, e se partirmos do pressuposto que isso implica uma decisão ao fim de dois anos, três anos. Mas provavelmente, nós já tivemos que recorrer a um empréstimo, aí deixa-nos numa situação financeira, no mínimo complicada.-----

Independentemente disso, deixo já aqui senhor Presidente da Assembleia a indicação, nós não iremos colar-nos numa posição de inviabilização, mas sim de viabilização com a abstenção em relação a este assunto”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:

“Tentando clarificar as questões colocadas pelo membro Pedro Torres, efetivamente, este empréstimo foi sempre contraído numa perspetiva de ser um empréstimo provisório, até haver linha Bei, quer fosse a obra parcialmente financiada pelo PRR me complementada pelo empréstimo Bei, que era a situação que nós tínhamos quando lançamentos este procedimento, quer seja numa perspetiva mais realiza hoje, que esta obra não irá ter financiamento do PRR, irá ser financiada a 100% pelo Bei.-----

E, portanto em relação a isto, este empréstimo é necessário para garantir condições de contratualização. Se essas condições são essenciais, não são. A candidatura que ao PRR quer ao Bei pode ser formalizada apenas com o projeto aprovado, sem adjudicação. A questão é que, como já aconteceu no passado, se forem considerados índices de maturidade do projeto, a adjudicação é o nível mais elevado de maturidade antes da execução. Ou seja se houver obra executada melhor. E portanto, nós para contratualizar temos que garantir a capacidade financeira e contrair o empréstimo.----

Em todo o caso é nossa intenção que a obra seja financiada a 100% por fundos comunitários, sê-lo-ão quatrocentas escolas a nível do país, era já um compromisso do Governo anterior ao anterior a este e será garantido pelo próximo. Quanto ao prazo em que essa linha Bei, cerca de mil milhões de euros será regularizado e disponibilizado aos municípios, estava previsto ser em abril, não foi por razões que pensamos relacionadas com o período eleitoral em que vivemos, pensamos que, em fim, depois da tomada de posse do próximo Governo, o mais rapidamente possível. ---

Em todo o caso nós temos ainda aqui a assinatura do contrato, a remessa ao Tribunal de Contas e, portanto, temos um conjunto de formalidades que nos levarão, pelo menos, dois meses, ou seja, o ideal seria termos a obra pronta para começar ainda durante a interrupção letiva do Verão, e seria até adequado que ela pudesse ser financiada a 100% pelo Bej, porque deixávamos de estar sujeitos à pressão temporal do prazo de execução do PRR. Portanto a situação, de facto, apesar da complexidade, se reveste, julgo que está clara para todos.-----

Em relação aos mil milhões e ao número de escolas que estão previstas, qual é a nossa pressão? É que nós não sabemos como está a nível nacional o processo de construção de escolas, todos os municípios estão a tentar apressar, porque sabem que a mentalidade conta e portanto nós não queríamos deixar de, dar também os passos que forem necessários, para podermos aproveitar esta oportunidade de financiamento.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e seis votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E sete abstenções dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.7-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL – ANO 2024-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, com o seguinte teor: -----

“No seguimento da informação n.º 2395/2025 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2024, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.-----

Assim, desta forma propõe-se:-----

a) A aprovação dos documentos de prestação de contas de 2024, por parte do Executivo, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

b) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;-----

c) Remeter a prestação de Contas de 2024 ao Tribunal de Contas, até 30 de abril, por forma a ser acautelado o prazo previsto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 2/2021;-----

d) Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal;-----

e) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“Irei fazer uma breve referencia apenas à questão dos grandes números da Conta de Gerência, relativamente às atividades desenvolvidas, muitas são já do conhecimento de todos os membros municipais, estão descritas e ficarei ao dispor para qualquer esclarecimento que seja necessário.-----

E em relação aos grandes números quero assinalar o ativo de trezentos e vinte e seis milhões de euros, e o capital próprio de duzentos e noventa e quatro milhões que estas contas revelam.-----

A receita cobrada de trinta e sete milhões e quinhentos mil euros, despesa paga trinta e cinco e trezentos mil euros e o resultado liquido de um milhão e seiscentos e setenta e três mil euros.-----

Relativamente à dívida à banca, a dívida reduziu cerca de 7,6%, quase dois milhões de euros, o passivo reduziu cerca de três milhões e trezentos mil euros, o que equivale a 9,48%. -----

A capacidade de endividamento do Município subiu de onze milhões e setecentos mil euros para vinte milhões e duzentos mil euros, o que nos permite aprovar os empréstimos, como aconteceu no ponto anterior, com alguma expressão. -----

O prazo médio de pagamentos foi de trinta e sete dias e o Município não tem pagamentos em atraso a mais de noventa dias, o que é considerado de acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso regular, e portanto, não temos pagamentos a mais de noventa dias. O saldo de gerência foi de dois milhões e duzentos mil euros, a poupança corrente subiu de três milhões e quinhentos mil euros, para quatro milhões e duzentos mil euros, ou seja, estamos a conseguir ser eficientes na despesa corrente e a conseguir desviar verba da receita corrente para investimento, para capital.-----

As funções sociais do Município consome 68,9%, portanto quase 70% do nosso orçamento, ou seja, estamos efetivamente em investir nas pessoas, nas suas dificuldades, nos seus problemas e também nas soluções que lhe garantem qualidade de vida. -----

Estes são os grandes números de uma Conta de Gerência, que me parece tranquila, na forma como foi elaborada, está suportada com o parecer do Revisor Oficial de Contas e que eu proponha à Assembleia que seja aprovada. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:

“Eu gostaria de em relação a este ponto, dizer de uma forma bastante simples, senhor Presidente da Câmara, teceu aqui um cenário, parece um oásis e parece um oásis, mesmo a gente sabendo que dentro desse oásis, tá tudo cheio de espigueiros e está tudo cheio de espinhos, porque a realidade não é bem assim.-----

Isto uma coisa é aquilo que são os números macro e a forma como nós apresentamos a capacidade de endividamento, aquilo que são as regras para a definição de endividamento, parece que ganhamos um qualquer balão de oxigénio, mas as coisas não funcionam propriamente assim.-----

Porque? porque a capacidade de gerar receitas do próprio Município tem limites, isto é como na nossa casa. A mim o banco até pode dizer que me posso endividar em 200%, mas eu chego ao fim do mês não conseguir pagar o empréstimo, provavelmente, vão-me ficar com a casa. Os municípios não deixam de ser muito diferentes, e podem, logicamente, enfrentar situações graves da sua própria sustentabilidade, algo que já aconteceu neste mesmo Município, quando tivemos que recorrer a programas de solubilidade financeira para fazer face àquilo que são os compromissos que nós devemos ter com a comunidade.-----

Mas eu queria pegar aqui num ponto, e que tem a ver com a análise que possa ser feita, isto bem sei que já foi referido noutra fórum, mas aqui na Assembleia vou voltar a referir. E tem, principalmente, a ver com a página quarenta e dois do documento, tem a ver com aquilo diz respeito ao ativo tangível. E os ativos tangíveis, no fundo, é aquilo

que são os ativos do Município. Aquilo que o Município tem, enquanto os seus próprios ativos. -----

E nós deparamo-nos com uma coisa, de um ano para o outro, a valorização dos ativos do Município, pasme-se aumentar 154%, ou seja, num ano valia qualquer coisa como cento e vinte e seis milhões de euros e passaram-se para trezentos e vinte um milhões de euros. -----

A justificação que é dada aqui, tem a ver com o facto de ter havido de um conjunto de infraestruturas, que alegadamente não estavam registadas. Para falar em português corrente, fazer o registo de águas, rede de saneamento, daquilo que é alguns percursos, ou seja algumas estradas, jardins, por aí a fora, património não estava, não tinha sido feito o levantamento cadastral e agora passou a estar. Ora, a minha pergunta é quando é que isso foi feito? Em que altura? E de forma isso foi feito? É que isto passou ao lado de muita gente. -----

E pela consulta que foi feita, pelos vistos, até passou ao lado do Executivo, pelo menos alguns dos senhores Vereadores, não tiveram sequer conhecimento dessa mesma avaliação e desse mesmo registo cadastral. A ser verdade isso, a ser verdade e eu logicamente estou aqui para colocar perguntas, podem já dizer, não, não é nada verdade, que estás a dizer é uma mera alucinação, acordas-te mal disposto de manhã e isso é um problema teu. E pode acontecer. Mas a ser verdade, estamos aqui perante um problema grave. É que nós estamos a aprovar um ativo tangível, que se não foi devidamente justificado, atenção que não basta dizer que foi feito, é que tem que ser feito e devidamente justificado. Nós não podemos pegar num documento e colocar-lhe lá não sei quantos milhões de euros, só porque nos dá jeito para compor as contas. Portanto se isso está devidamente justificado, ok, tudo muito bem, eu preciso dessa justificação cabal. Nós precisamos dessa justificação cabal, porque a nossa responsabilidade aqui é muita. -----

E para além disso, senhor Presidente da Câmara, existe também aqui uma outra circunstância, que está aqui vertida neste mesmo documento. Que é um conjunto de obras que estão elencadas, atenção que, para quem não sabe, estamos a referir a tudo aquilo que é a atividade económica fechada no ano de 2024. Pois mas esse documento aparece aqui com valores já devidamente fechados e atribuídos, portanto em fecho de contas e obras tais como: O Parque da Saúde, começou em março, como por exemplo, a requalificação do Museu de Lamego, esta ultima fase que irá acontecer, como a esquadra da PSP, que só agora está lá o estaleiro, como a reinstalação da ESTGL, a requalificação da Escola da Sé e da EB/2.3 de Lamego, que não está nada, isto aparece já vertido nas contas, como atos consumados, onde não existe coisíssima nenhuma. Bem como o cadastro patrimonial da rede viária, dos bens da rede de saneamento de abastecimento de água, sistema de saneamento básico, que pelo menos, a não ser que tenha acontecido ali, durante o período da passagem de ano, mas no dia trinta e um de dezembro, do ano que passou, não estava,

absolutamente nada registado. A não ser que tenha havido um milagre qualquer, naqueles segundos que antecederam à passagem de ano, provavelmente nós não nos apercebemos com algum foguetório que possa ter havido. Mas isto, de facto, levanta-me aqui algumas dificuldades. Não obstante disso tudo, senhor Presidente da Assembleia, nós também somos coerentes com aquilo que já fizemos em anos transactos e com aquilo que foi o nosso posicionamento em relação ao próprio orçamento municipal, estas não são, claramente, as nossas contas. Carecem-nos aqui, para além de um conjunto de esclarecimentos, que são, extremamente dúbios, são um conjunto de opções que não refletem aquilo que seria a nossa vontade. Assim sendo, logicamente, votaremos na mesma consonância, que já fizemos anteriormente, votaremos contra.-----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Eu queria começar, por um lebre que o membro Pedro Torres levantou, para não acontecer como no passado, que tivemos que ir a um programa de apoio financeiro. É verdade, esse apoio financeiro foi no primeiro ou no segundo mandato, quando o partido Socialista, portanto perdeu o mandato, e a coligação entrou no seu primeiro mandato, a dívida da Câmara, mais numero menos número, andava nos treze milhões de euros e outra coisa, devia-se a fornecedores que andavam aqui de mão estendida. Este, o Município de altura da coligação, pelo Governo da altura, pôs à disposição das autarquias um programa de apoio financeiro com os seguintes moldes: tinham que apresentar todas as dívidas que tinham a fornecedores. E a partir do momento em que abrissem esse programa e com o financiamento feito, tinha uma condição, tinha uma troika como se diz, como se disse depois a seguir, quando apareceu aí a troika. Tinha que reduzir à dívida, todos os anos, 10%. Foi assim, não por culpa do Executivo que recorreu ao programa, porque senão, andavam aqui a bater à porta, mas sim, por aquilo herdou. Lembro também ao membro Pedro Torres, que nem todos os municípios aceitaram isto, porque? Porque diziam que tinham receio do cumprimento de redução à dívida 10%.-----

Portanto, se houve um apoio financeiro, foi, precisamente, por essas circunstâncias das condições financeiras que se encontraram no Município.-----

E a partir daí o Município de Lamego cumpriu, rigorosamente, esse programa.-----

Quanto à questão do endividamento, se o membro Pedro Torres Olhar para os mapas, este custo destes empréstimos que aprovamos hoje, a serem necessários na totalidade, isto vai dar um encargo financeiro por ano, de abatimento, na ordem dos setecentos mil euros, mas olhando para o mapa das receitas e das despesas, estão, absolutamente, de acordo com as possibilidades do Município. Tem-se uma opção ou se tem obras, tem aquilo que os lamecenses precisam ou não tem.-----

Portanto, estes empréstimos estão enquadrados dentro das possibilidades financeiras deste Município.-----

Quanto ao ativo, há a empresa que foi responsável por isso, que está no próprio relatório que se chama e ela própria chama a atenção a certos factos. O próprio senhor Presidente da Câmara há pouco disse isso. Pode haver aqui uma especulação, mas, mas pode ser revista. De qualquer forma o nosso endividamento pode ir até aos quarenta e um milhões de euros. Portanto, tudo isto está dentro de acordo com a situação financeira da Câmara.-----

Se verificar o relatório do Roc há uma despesa, porque enquanto na declaração de voto do partido Socialista diz assim: "estamos aqui com a aprovação das contas a pôr dinheiro para festas e festinhas", se verificar no relatório do Roc, ele salienta isto, "a despesa corrente deste Município em relação ao orçamento, houve uma poupança de cerca de quatro milhões de euros" Se isto não é uma gestão equilibrada, não é para foguetes e festas, é com rigor no orçamento do ano passado.-----

Também saliento que o próprio Roc não põe sequer qualquer objecção ao apuramento destas contas. Não põe qualquer objecção, portanto, nada de alarmismos, estamos a fazer obra e estamos a cuidar das finanças do Município. Não há alarmismos nenhuns, há sim responsabilidade. E vir ao encontro daquilo que os cidadãos lamegenses precisam. -----

Mais disse o Roc diz que não detectou alguma coisa que ponham em causa a legalidade. Esta é em nossa opinião relatório de contas apresentado pelo Município de Lamego e tem em atenção que a certificação legal das contas, o presente relatório apresenta de forma verdadeira e apropriada todos os aspectos materialmente relevantes e a posição financeira do Município é o resultante das suas operações.-----

Portanto senhor Pedro Torres, não é musica, é números, é factos, é técnicos, aqui não há musica, aqui é números, dados concretos, feito por contabilidades e o parecer do Roc deste Município.-----

Portanto, estranhámos, mas é a política do partido Socialista não é obrigado a deitar e a votar as contas. Mas a coligação "Somos Lamego" está consciente do que está a fazer e vamos votar a favor destas contas.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para responder ao membro Constantino Vaz:-----

"Senhor membro Constantino Vaz é sempre um gosto ouvi-lo, é sempre um prazer e permita-me apenas, fazer uma pequena referência. V. Exa. ainda por cima, detentor de um espaço magnífico, e que muito ajudou para o contributo literário e não só grande parte dos jovens cidadãos de Lamego, certamente terá no seu espólio um belo exemplar do senhor chamado Lewis Carroll do coactor do famoso livro e que já, inclusive já deu seguimento em varia sagas, filmes e até desenhos animados, que se chama "Alice nos País das Maravilhas". Que parece, muito sinceramente senhor membros, que é um pouco onde V. Exa., neste momento se enquadra. Enquadra-se no mundo de Lewis Carroll que, certamente já o leu, não tenho duvida, absolutamente, nenhuma. -----

E portanto, dizer-lhe apenas o seguinte: Quando diz que houve muitos municípios que não aceitaram fazer aquilo que foi a reformatação financeira em relações de questão de endividamento, pois é verdade, sabe que alguns municípios não precisaram porque alguns municípios não faliram, houve muitos que não faliram e portanto o que não faliram, logicamente que não precisaram de recorrer a esse expediente. Os outros, logicamente, estavam obrigados, porque não tinham, vou utilizar um adágio popular, “não tinham um tostão para mandar tocar um cego”, era o caso de Lamego. -----

E depois é assim, nós não podemos chegar aqui, e depois dizer as coisas e tentar, pois já vou conhecendo o membro Constantino Vaz, que é hábil na forma como tenta passar a palavra, e portanto, chegou aqui quase de uma forma ao de leve, disse assim: “Bom nós recorremos isso logo no primeiro mandato e eu tive que o estar a corrigir daquele lado o lapso. Pois eu vou-lhe dar aqui um exemplo, é que lembra-se de uma coisa chamada Pavilhão Multiusos, eu posso-lhe dar aqui duas referências, mas sabe que na altura, pronto foi uma forma de executar, achou por bem de fazer uma parceria pública/privada, não recorrendo a fundos comunitários. E posso-lhe dizer que grande parte desse dinheirinho, na altura, ficou todo lá em baixo. Com todas as vantagens e desvantagens que isso, tem, sendo certo que já passaram estes anos todos e ainda andamos a pagar aquilo. Quando vem aqui referir que havia nove milhões de euros, treze milhões de euros, isso agora, podíamos discutir aqui a questão dos números que não vale a pena, mas não se esqueça quanto aquilo custou e quanto é que está a custar e da forma como aquilo está e quanto é que ainda vamos lá gastar.-----

Para terminar apenas dizer o seguinte: Não é pelo facto de a nível numérico, há uma coisa que vou repetir, exatamente repetida no ano passado, iria cumprir uma imprudência de não repetir. Eu não estou a pôr aqui em causa a qualidade técnica do documento, até porque sabemos que a bota tem que bater com a perdigota. Agora o problema é como é que nós chegamos a determinados valores. Eu não ponho em causa a qualidade técnica do documento, aliás, eu já o disse no ano passado, volto a referi-lo este ano. Em relação à qualidade técnica do documento isso a irrepreensível, agora, há aqui também outra coisa que eu fico assustado, que é o facilitismo como nós dizemos as coisas. -----

Bom se nós temos capacidade de endividamento, siga para bingo, vamos lá para a frente, vamo-nos endividar, e depois quem vier logo se vê como é que paga isto.-----

O senhor membro Constantino Vaz, não me leve a mal, mas isso é um acto de irresponsabilidade, vir dizer isso com essa ligeireza para aqui. Isso é, claramente, um acto de ligeireza e perdoe-me a frontalidade, até de alguma irresponsabilidade. Porque isto passa a ideia, que isto, venha a nós o vosso reino, podemos andar aqui a gastar à lagar der, isto não tem consequências absolutamente nenhuma. Santa paciência, mas isto não é assim. -----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para responder ao membro Pedro Torres:-----

“Não, sabe que isto não é nenhuma habilidade nem é a Alice no País das Maravilhas, antigamente o partido Socialista falava muito no “Rei Vai nu” eu queria dizer assim, nós estamos a criar dívida, mas estamos a fazer obra e quando nos deixaram a dívida que eu referencie, não havia obras, não havia obras. Diga-me que obras. Havia aqui o Pavilhão Álvaro Magalhães, que andamos a pagar não sei quantos anos. Que obras é que o partido Socialista tinha, de fundo, neste Concelho para ter uma dívida daquelas? Nós tivemos que pagar a dívida que não foi de investimento, foi muito pouco, que me recorda, nos mandatos dos partido Socialista, foram as obras aqui no Jardim do Campo, foi os acesos à rotunda Fernando Amaral e a rotunda Fernando Amaral e pouco, pouco mais. Com esse dinheiro que veio, o que é que aconteceu? Com esse dinheiro que não ficou lá em baixo, esse dinheiro veio para o Município, pagou a fornecedores, que até aconteceu que, o Município começou a pagar facturação mais recente e a antiga ficou para trás, porque? Porque toda aquela dívida que entrou naquele programa, só podia ser paga com o dinheiro desse programa. E a partir daí o Município de Lamego o que é que teve nesta cidade? Teve os acessos que vêm da rotunda da auto estrada, teve os acessos à rotunda do saudoso Rui Valadares, tudo isto é obra e depois todo o resto que não vou agora aqui enumerar que é Teatro. -----

Quando o membro Pedro Torres Falou no Pavilhão Multiusos, isso é mais tarde, não é nessa altura, e lembre-se com que negócio, parceria que foi feita, a Câmara também arranjou investimento para fazer todas as outras obras que estavam a ser necessárias e prioritárias deste Município. -----

Quanto ao risco e à responsabilidade, ela está, a responsabilidade que estamos aqui a assumir está dentro de qualquer empresa. Seja ela pública ou privada para uns empréstimos deste género. Que se forem os dezasseis milhões de euros, que creio que não vamos atingir isto, a pagar em vinte anos. Temos disponibilidades financeiras para fazer outros investimentos, e não cortar nem nos apoios sociais, no ensino, e continuaremos a apoiar as Juntas de Freguesia, o membro Pedro Torres não se ria, isto são dados, coisa que o partido Socialista não fez, nem no passado longínquo nem no passado mais recente. Nós vimos o futuro, nós arriscamos, nós programamos, nós vamos ao encontro das necessidades, nós coligação “Somos Lamego” e com o senhor Presidente atual da Câmara, sabemos bem e avaliamos bem, as prioridades e as necessidades deste Concelho de Lamego.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder: -----

“Respondendo às questões que aqui foram trazidas, nomeadamente pelo membro Pedro Torres, eu quero dizer que o cadastro e a valorização de todo ativo, nomeadamente todas as infraestruturas, não estavam sequer cadastradas, era uma imposição legal, que vinha do tempo do Pocal, e que, talvez, durante vinte anos, foi patente no parecer do Revisor Oficial de Contas, como uma reserva. Ou seja, era uma

obrigação do Município, fazer o cadastro de todas as suas infraestruturas, de equipamentos e a sua valorização com critérios contabilísticos adequados. -----

Os serviços foram-no fazendo ao longo do tempo, mas sempre de forma insuficiente, para conseguir eliminar essa reserva por parte do Revisor de Contas. -----

O ano passado decidimos concluir o cadastro, foi contratada uma empresa local, de resto bem conhecida, a GeoDouro que cadastrou todas as infraestruturas, com alguns erros, eventualmente, algumas lacunas, que são normais numa rede que é muito denso, num Concelho, praticamente, pequeno como Lamego, 160 km², com muitas freguesias e muitos povos dispersos, há uma rede muito densa de infraestruturas, mas genericamente, todas as infraestruturas foram levantadas. ER foi também adjudicado a outra empresa a Kroll Advisorg Portugal um processo de valorização para os activos cadastrados pela primeira veze uma valorização para todos os demais. Todo este processo foi acompanhado e supervisionado pelo Revisor Oficial de Contas. É certo que o critério utilizado, foram critérios contabilísticos, por metro quadrado, de área de infra-estrutura, por metro linear, não houve uma avaliação caso a caso, das infraestruturas, tendo em conta, porventura outros factores a que pudessem introduzir alguma depreciação. -----

Por isso a nossa preocupação para responder à reservam do Revisor, foi cadastrar e desvalorizar. Isto, neste momento, está completamente feito.-----

Questionamos, mas o valor é correto? Será, eventualmente, excessivo, pode ser, pode ser excessivo, e se for excessivo iremos fazer a sua correção muito rapidamente, por um motivo que contraria o argumento do membro Pedro Torres aqui trouxe. É que se nós tivermos um activo por avaliado, vamos ter amortizações também sob avaliadas, e se tivermos maiores amortizações, teremos resultados negativos no próximo ano e, obviamente, isso não interessa, a contas certas e limpas aquelas que eu aqui quero trazer.-----

E portanto, esse é um procedimento que será agora avaliado pelos serviços de Finanças e Património e pelo Revisor de Contas, olhando para os números, verificando a sua coerência, identificando situações que possam ser menos desconformes, mais desconformes e nessa situação propor a sua correção. O importante é, efetivamente, que as contas apresentadas pelo Município são contas robustas, são contas certas, comprovadas pelo nosso Revisor, são contas que nos deixam tranquilos relativamente a todo aquilo que nós podemos continuar a fazer a nível de gestão financeira e de investimento.-----

Quanto à literatura, eu também li a "Alice no País das Maravilhas" mas li também a economia do Samuelson, e portanto, quero dizer ao membro Pedro Torres e as todos os membros e aos lamecenses, que as contas do Município de Lamego não são um Oásis, são algo muito melhor, porque um Oásis é uma estrutura frágil num ambiente hostil, a nossa situação financeira, de facto, muito robusta, muito segura, muito confiável, e os lamecenses podem ficar tranquilos relativamente ao rigor das contas

que lhe apresentamos e à capacidade financeira do Município a continuar a solver todas as suas responsabilidades e continuar a suportar todos os investimentos que se tornam necessários para dar qualidade de vida a nossa população. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para responder ao senhor Presidente da Câmara:-----

“ Bom eu fiquei em relação aquilo que são os ativos tangíveis, já fiquei, perfeitamente esclarecido. E portanto, vamos então resumir aquilo que o senhor Presidente disse e bem, o senhor Presidente da Câmara também é hábil, logicamente no discurso, vai dizendo uma verdade, mas depois pelo meio, vai colocando o açúcar por cima do bolo, de forma a que ele fique mesmo preparadinho para quem tem problemas de diabetes. Então é o seguinte: de facto, o trabalho foi feito, foi feito uma quantificação mais ou menos métrica, e portanto, chegou-se a um valor mais ou menos. Logicamente que, para que as coisas estejam devidamente corretas, e também porque existe um revisor de contas e porque isto tudo tem que passar mais tarde ou mais cedo pelo crivo do Tribunal de Contas, é bom que a “bota bata com a perdigota”, e nós, de facto, podemos ter aqui essa disparidade, que é, para que as coisas batam como deve ser, podemos ter que baixar drasticamente esses valores. Se nós baixarmos drasticamente esses valores, significa uma coisa, significa o que estivemos a fazer aqui, foi um ato de utopia, ou seja, estivemos a fazer aqui, foi apenas um ato de fé, em que nós achávamos que os números eram de uma forma, mas podem ser de outra.-----

E portanto, essa parte da sinceridade do senhor Presidente da Câmara regista com agrado. Portanto, nós entramos aqui num acto de fé, vamos ver se bate a” bota com a perdigota” .Se chegarmos à conclusão que não “bate a bota com a perdigota”, pois aquilo que o membro Constantino Vaz esteve aqui a dizer há um bocado, significa que isto afinal as contas, não eram tão certinhas e direitinhas como se imaginava, eram e até vou dar de barato, eram mais de esquerda e destrambelhadas, do que, propriamente certinhas e direitinhas. -----

E portanto, esperando logicamente que isso não aconteça e agora sou eu próprio que estou a dizer, espero bem que o trabalho, de facto, se aproxime bastante da realidade, eu confesso tenho algumas dúvidas, mas quem sou eu para estar aqui a dizer, também, tal igual como o senhor Presidente da Câmara, estou aqui apenas num acto de fé.-----

Dizer e só para terminar, senhor Presidente da Assembleia, dizer ao membro Constantino Vaz que o estive a ouvir com muita atenção aquilo que esta a proferir, aquilo que foi a leitura do relatório do Revisor Oficial de Contas, mas V. Exa., provavelmente, por erros dos serviços ou porque houve alguma falha na impressão, certamente se esqueceu da parte das anotações, daquilo que é o próprio relatório do Revisor Oficial de Contas. Deve ter passado. Acontece. A mim quando me acontece às vezes isso, então quando há coisas que eu não gosto, regra geral aquilo parece que vaporiza. É um acto de sublimação, é um acto de sublimação que às vezes

acontece com algumas palavras, então quando não me agrada, garanto-lhe que isso me acontece várias vezes. -----

Mas é verdade que nessas anotações voltou outra vez a toca num assunto, que eu sei que é caro para V. Exas.. Volto outra vez a toca na história da Lamego ConVida, e naquilo que foi a internalização da empresa. E o Revisor, por mais tempo que passe, nunca deixa de fazer essa anotação. Pasmem-se lá porque. Mas ele disse, ele explica, lá está, porque isso está nas anotações. E continuado por não ter visto do Tribunal de Contas, e portanto, ela deixa sempre essa reserva, aliás ele no final diz “Isto vai à Assembleia, não diz que é para ser aprovado, diz que é para ser analisado e para se tomarem considerações. E reserva-se outra vez no seguinte:” com as devidas anotações por mim indicadas”-----

Portanto, isto é apenas e só para esclarecermos quem está aqui, principalmente, que está com muito gosto a assistir aqui à nossa Assembleia, certamente alguns em direto, outros será em diferido, mas para passarmos a informação, para não ficarmos apenas nas meias palavras”.-----

*Interveio o membro **Constantino Vaz**, para responder ao membro Pedro Torres:-----*

“Senhor membro Pedro Torres, a memória não me deve estar a faltar, que eu me recorda os Revisores Oficiais de Contas não recomendam a aprovação de nada, dão o parecer. Que eu me recorda, que eu me recorda não tenho ideia alguma que eles recomendem a aprovação, não tenho ideia disso. -----

Quanto à anotação, sem problemas e a anotação que fala na empresa na Lamego ConVida, mas é na Lamego Renova, que já se encontra concretizada há vários anos, tendo o Município recebido os seus activos e passivos no valor competente. O quer dizer que, seja qual for a situação que venha, espero que não há alteração em termos das contas, todo o seu ativo e passivo já cá está metido, não vai agravar nada, porque as contas estavam certas, o membro Pedro Torres não esteve nessa discussão, as contas estavam certas. Só que, só que, por birrises políticas, por birrises políticas não foram aprovadas no Executivo, porque se tem sido aprovada no Executivo, elas nem sequer vieram à Assembleia, não foram aprovadas. Senão têm sido chumbadas, se calhar nem estávamos a falar aqui no Tribunal de Contas, dessa coisa toda. -----

Houve birrises políticas e birrises políticas ficam caras. Portanto, a situação da Lamego Renova é precisamente essas birrises políticas. Portanto, ela seja qual for o resultado, não vai interferir nestas e nas futuras contas.

Por outro lado quero que a avaliação do activo, as avaliações do ativo é subjectivo, mesmo que, que haja uma desvalorização, essa desvalorização não vai impedir nem vai interferir no cumprimento das responsabilidades por nós aqui assumidas, não vai, porque alguma desvalorização que haja. Vamos imaginar 10%, 20%, não vai atingir estes valores, que eu acredito que não vai haver desvalorização nenhuma.

A grande diferença nisto, pois o membro Pedro Torres está a lidar não é com a passividade, se não arriscarmos, se não fizermos, e estamos a arriscar com responsabilidade.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

“ Não tenho muito a acrescentar relativamente a este tema, apenas dizer que relativamente à valorização do activo, se o mesmo baixar terá a vantagem do ponto de vista do equilíbrio das nossas contas, por força da redução das amortizações, porque amortizações significa termos que fazer investimentos para reposição das infraestruturas que vão perdendo uso com o tempo.-----

Em relação à reserva da Lamego Renova, passaram dez anos, penso que o Revisor de Contas já devia ter ponderado nessa situação, provavelmente só outro Revisor de Contas, quando tivermos legalmente que contratar um novo Revisor de Contas, irá olhar para essa situação de forma diferente, quanto ao mais as contas do Município têm sido anualmente apresentadas ao Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas já se pronunciou sobre milhentos processos do Município de Lamego, nunca o fez sobre o processo de internalização da Lamego Renova, é para nós um assunto pacífico, está, absolutamente integrado nas contas em termos da dívida, em termos de activo e de passivo, não acrescenta muito àquilo que estamos aqui a discutir, , o mais relevante, efetivamente, é que o Município de Lamego, não apenas tem contas certas e seguras, como tem uma actividade que merece o apreço e o apoio de toda esta Assembleia, especialmente de todos os lamecenses, no sentido de podermos ter a confiança de continuar a fazer os investimentos que são necessários para melhorar o nosso Concelho.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção”

“Não sou técnico de contas, não percebo muito de contas, números não é o meu forte, mas penso que para os lamecenses e penso que no fim do dia, é isso que importa, são os lamecenses. Penso que para eles interessa perceber duas coisas:-----

A primeira é esta, as contas são importantes, as finanças são importantes. As finanças são um instrumento ao serviço da política, já percebemos que as finanças estão equilibradas, a própria oposição reconhece isso, apesar de todos nós nos preocuparmos com as nossas contas, todos nos sabemos que essa questão das contas certas são importantes e das finanças são, claramente, importantes, não é disso que aqui estamos a falar, mas e o ponto a este, este é um bom exemplo do que é a diferença entre o partido Socialista e a coligação “Somos Lamego”, em dois aspectos: primeiro, parece que voltamos ao tempo do voto contra, voto contra por isto, voto contra por aquilo, voto contra, contra tudo. Reconheço que não é bem assim, mas voltamos em muitos aspectos a esta , não coincidência, é uma prática que já vinha antes do mandato anterior do Dr. Ângelo Moura, como toda a gente do PS votava sempre contra e agora, parece que voltamos outra vez ao mesmo padrão do voto contra.-----

Esta que estão é uma questão importante, porque o votar contra não traz grande desenvolvimento, a gente pode ir buscar as questões anteriores que já foram todas discutidas: do Multiusos, dos empréstimos, da Lamego Renova, são não sei quantos processos, não sei quantas considerações. Deixemos lá o passado e falamos do futuro. Penso que o PS precisa de falar do futuro. Não tem que estar sempre preso ao passado. E na questão do futuro há aqui, claramente, uma diferença, é a diferença de uma visão arrojada e consciente, com certeza que sim, mas capaz de condicionar o futuro e uma visão do mandato anterior, não peçam nada, eu não tenho dinheiro para nada, eu não faço nada e eu não gasto nada. Claro que no mandato anterior não se gastou nada, porque também não se fez nada. E melhor exemplo do que isto, façamos aqui um exercício. Comparemos aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse há um bocadinho, que nós não conseguimos ditar de cor e vamos ser presente numa folha escrita, para ficar mais bonito. Portanto a listagem de coisas que ele enumerou aqui, factos, com aquilo que se fez no mandato anterior, onde não se gastou dinheiro e não se fez nada. Fez-se aqui o Bairro de Alvorães, fez-se o Largo dos Bancos, começaram-se algumas obras do PEDU mal acabadas, e que é que se fez mais? Nem projetos deixaram para o futuro. O PS que quer falar do futuro nem projetos deixa para futuro. -----

Portanto, as contas são importantes, as finanças são importantes, as finanças são um instrumento de gestão política, alguém defende que contas certas só por si não quer dizer nada. E preciso que nos saibamos fazer os investimentos necessários e nestes casos estamos a falar de investimentos necessários.-----

Mais o PS já disse aqui que concorda com a maior parte dos empréstimos, porque são necessários, tenhamos nós capacidade para os pagar e parece-nos que o temos, por aquilo que as contas já apresentam, tal como o Revisor Oficial de Contas também atesta.-----

Portanto não sejamos aqui arautos do inferno, da desgraça, pensemos no futuro, percebamos que este Concelho se desenvolve com medidas e com intervenções, com obras e com correções de coisas que estão mal feitas, o trabalho constante do dia-a-dia, mas é preciso visão para isso.-----

E é preciso ter alguma capacidade de arrojo controlado, alguma iniciativa para que, façamos as coisas, não é agora ficarmos aqui presos, atados e não saímos daqui da sempre torta. Se alguém tiver dúvidas na sua consciência, compara a listagem que o senhor Presidente da Câmara já aqui apresentou em pouco mais de três anos, com a listagem do mandato do PS, no mandato anterior. Provavelmente vai dormir muito tranquilo, porque é fácil de comparar as duas”.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----

“Peço imensa desculpa, hoje têm que levar um bocadinho mais comigo, do que se calhar era normal, mas é fruto das vicissitudes, mas sempre com estima e consideração para todos sem exceção.-----

Senhor membro José Manuel Correia, eu poderia vir aqui dizer várias coisas, mas eu não poderia deixar passar algo que aqui foi dito. Porque nós também temos que, não chegar aqui e fazer um bocadinho de estado utópico. Porque em bom rigor, o partido Socialista tem tido uma postura responsável, naquilo que é a sua forma de estar e participar. E nós não podemos dizer essas coisas esquecendo-se da qual foi a postura da coligação “Somos Lamego”, pois na altura era um pouco complicado, é uma coligação, era uma coligação do CDS, com o partido Monárquico e juntamente com o PSD. Nós nunca nos podemos esquecer como é que era o estado operandis do anterior mandato. -----

Mas mesmo dentro desse conjunto, aquilo que acontecia, consecutivamente, o membro José Manuel Correia estava aqui, na altura e deve-se lembrar que era a vez que não votavam era contra. Era rara vez. Era quase constante.-----

Aliás e como havia a necessidade de muitas das vezes, de muitas das vezes, chegar a acordo, por causa das questões de orçamento, o membro José Manuel Correia deve-se lembrar muito bem, daqueles que eram os eleitos deitavam sempre contra e poderia haver era um ou outro senhor Presidente de Junta, que pensava de forma diferente. Isto é a realidade. Nós não podemos chegar aqui e dizermos, não o partido Socialista vem sempre aqui para votar contra. Eu vou-lhe dizer uma coisa, provavelmente a única votação que nós vamos fazer contra hoje, será por uma questão de coerência, naquilo que nós estamos a discutir, será, exatamente este ponto. Porque há-de reparar, a nossa postura para além de ter sido construtiva, serve, acima de tudo também, para esclarecer aqueles que realmente interessa para que a gente esteja aqui, para trabalhar que é para os lamecenses. A nossa postura tem sido sempre construtiva e, muito sinceramente, nem se quer admito o contrário. Porque de todo, de todo, nos colocamos em posições intransigentes, de força e de, perfeitamente sectários. Se há coisa de que não nos podem acusar é isso, muito menos, e aqui falo pela minha pessoa, muito menos na minha liderança. Sempre tive disponibilidade, abertura para falar e para discutir com tudo e com todos a todo o momento. É uma questão de estilo questão de estilo, mas vocês sejam sinceros, vocês até gostam. Sobre a questão de estilo não o que interessa, tem a ver com a atitude, porque não podemos vir aqui dizer que nós somos sectários, sempre na posição do contra e queremos patrocinar nada, isto não é verdade, o nosso interesse é e será sempre os lamecenses e para os lamecenses que estamos aqui. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia**, para responder ao membro Pedro Torres:-----

“Naturalmente que é um gosto esta diferença de opiniões, é assim que a democracia se faz, mas, desta vez o membro Pedro Torres tem que ter paciência, mas está a ser honesto. E vou explicar porque, vou dizer com calma. No mandato anterior a coligação “Todos Juntos por Lamego” nunca, nunca, votaram contra nenhum plano e orçamento, nunca votaram contra nenhum relatório. Se a memória não me falha, nunca. Desta

vez, o PS votou contra aqui, os Vereadores votaram contra na reunião da Câmara Municipal, 'há aqui, claramente, uma posição consertada, e eu tive o cuidado de dizer quase, eu disse quase, estamos quase a voltar ao tempo do voto contra, por sistema, quase porque reconheço que neste mandato o PS, nomeadamente aqui na Assembleia Municipal tem, claramente, optado por uma posição de abstenção ou votado favoravelmente. Não compro as duas situações, mas por este caminho vamos lá chegar. -----

Mas acho que isto é uma questão de somenos, porque aquilo que é importante, é que está, é, claramente, evidente, duas posições, isso os lamecenses têm que perceber, não há aqui volta a dar, há duas posições diferentes, há dois modelos diferentes para gerir esta Câmara Municipal. É o modelo do Dr. Ângelo Moura no mandato anterior, em que não gastamos nada, não fizemos nada e há este modelo, hoje, onde as pessoas percebem que é possível investir, que é necessário investir, para conseguirmos ter uma vida melhor, investindo com razoabilidade, como é evidente, eu também não paguei a minha casa toda.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Não tenho muito a acrescentar, terminaremos assim a apreciação das contas e do relatório de actividades, estamos praticamente a meio do ano, com um projeto de investimento de mais de sessenta milhões de euros, porque acho que nunca aconteceu no Município de Lamego, só se pode alavancar um investimento desta natureza com contas certas e eu gostava que o pudéssemos fazer também, com sintonia entre as forças políticas mais representativas desta Assembleia Municipal, porque também foi sempre assim se procurou fazer, sempre entendemos que o investimento é necessário, é necessário hoje para responder a problemas prementes da população. Será necessário no futuro para garantir que as gerações vindouras vão ter equipamentos que os ajudem a tomar a sua decisão, de viver em Lamego, investir em Lamego, de criar aqui família. E portanto, estes investimentos que nós fazemos, nos quais estamos muito e até corremos o risco de os financiar com empréstimos futuros, que não vão servir só a nós, vão servir também as gerações vindouras. Isso deixa-nos o conforto de vos poder dizer que, quer nestas contas e relatório de actividades que apresentamos, quer nos processos que autonomamente, trazemos à reunião de Câmara em cada quinze dias a esta Assembleia em cada sessão e que transporemos para o plano de actividades e orçamento do próximo ano, o que nós queremos mostrar aos lamecenses e a todos vós, é a ambição de fazer com a segurança, com o conforto de ter por trás esta segurança financeira que estes números demonstram” -----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e quatro membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e seis votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa,

Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro, Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E uma abstenção do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

E sete votos contra dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.8-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA II ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL-----

Presente à sessão a proposta de deliberação da Câmara Municipal, com o seguinte teor:-----

“A execução das grandes opções do plano e orçamento para 2025, à semelhança do que tem sido na execução de orçamentos anteriores, sofre várias modificações para fazer face às necessidades e planeamento de despesa de funcionamento e atividades, bem como, outras não previstas aquando elaboração do documento.-----

São da competência do Executivo Municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de modificações orçamentais que podem ser efetuadas.-----

Assim, é proposta a II Alteração Modificativa, justificada pela reprogramação de investimentos.-----

<u>PLANO</u>	<u>DESIGNAÇÃO DO PLANO</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>Anos Seguintes</u>

2013 I 12	*AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	280.000€	280.000€	280.000€	280.000€	5.550.000€
2024 I 43	REABILITAÇÃO DA RUA DE FAFEL	250.000,00€				

<u>PLANO</u>	<u>DESIGNAÇÃO DO PLANO</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>
2019 A 1	**TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS	205.000€	208.000€	211.000€	216.000€	220.000€

**Com a contratação de três empréstimos pelo executivo, financiamentos para as empreitadas da Rua das Acácias, Vias de Comunicação e Parque da Saúde, é necessária a repartição dos encargos plurianuais conforme constam nas propostas de financiamentos a serem aprovadas.-----*

*** Conforme consta da proposta de deliberação da CIM Douro do dia 20 de janeiro 2025 e da proposta de deliberação de Câmara.-----*

Nesta conformidade, submeto à consideração superior:-----

1) Apreciação e votação pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da II alteração modificativa orçamental;

2) Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o mapa em anexo.”-----

*Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----*

“Trata-se uma alteração minimalista, apenas com três pontos, o primeiro para ajustar a amortização de empréstimos, com um reforço plurianual na ordem dos duzentos e oitenta mil euros, para os próximos anos, até 2029 e anos seguintes.

Outra para incluir a reabilitação da Rua de Fafel para o ano de 2026, já agora parece-me que 2026 é capaz ser curto, podíamos também dividir para 2027, faremos isso no próximo plano e orçamento. -----

E por fim, a inclusão de uma nova despesa de transportes, por via da aprovação, pela Cim Douro, do concurso público internacional para as carreiras intermunicipais. Temos no nosso Concelho várias carreiras internacionais: de Armamar para Lamego; de Moimenta da Beira para Lamego; para Castro Daire e Viseu e para Resende, cuja concessão é da responsabilidade da CIM Douro, e que portanto, irá ainda integrar neste concurso e Lamego tem cerca de 6% de peso nessas carreiras internacionais, o que corresponde a duzentos mil euros ano. É um custo significativo, mas temos que dar o nosso contributo, porque entendemos que a mobilidade inter concelhia e inter-regional é cada vez mais importante e não poderíamos ficar isolados na rede de

transportes municipais, que nos custa muito dinheiro, mas também presta um serviço essencial à nossa população, e precisamos de nos ligar aos outros municípios. Fica aqui excluída a ligação ao vizinho Concelho da Régua e à estação de caminho-de-ferro, porque essa foi assumida, desde há muito tempo, como carreira municipal, uma vez de que se trata da nossa acessibilidade ferroviária, e da ligação à mesma.

E são estas três rúbricas que justificam esta alteração modificativa que nos parece simples e a merecer a vossa aprovação. -----

*Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para referir o seguinte:-----*

“Eu já o tinha feito noutras circunstâncias, mas vai ter que ficar na ata registado, para memória futura, há aqui de facto, algumas situações que eu confesso, tenho sempre alguma dificuldade em perceber porque é que isto não esteve previsto e contemplado inicialmente, em orçamento. -----

E no que diz respeito a estas questões relacionadas, principalmente com a questão dos transportes, que é, perfeitamente, compreensível e entendível em relação aos transportes intermunicipais.-----

Temos alguma dificuldade em perceber porque é que isto não está, devidamente, contemplado. Se existe aqui uma outra situação e eu aí entendo e percebo que em relação à questão da requalificação da Rua de Fafel, que fruto da própria evolução, possa vir aqui a ser inserido, em relação aos transportes intermunicipais, confesso, tenho aqui muita dificuldade em perceber porque é que isto não estava, previamente, não foi tido previamente em conta. Senhor Presidente da Câmara permita-me esta referencia, , já fiz outras, mas isto obriga-me logicamente ter aqui um bocadinho mais de cuidado, porque este tipo de situações, se eu até consigo entender um pouco, os outros pontos anteriores, eu tenho alguma dificuldade neste tipo de planificação, quando sabemos, quando sabemos dos timings, tenho muita dificuldade em entender como é que isto não está, previamente contemplado em sede de plano e orçamento.

Independentemente disso, já agora senhor Presidente e só para terminar, logicamente que nós iremos votar de forma da viabilizar dentro daquilo que tem sido o nosso entendimento, a abstenção”.-----

*Interveio o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:-----*

“Efetivamente não foi possível, nós inscrevermos no orçamento esta verba, sem que, previamente, tenha sido concluído o estudo que a CIM Douro elaborou para a rede de transportes, a valorização do mesmo, a definição dos critérios de divisão dos quilómetros percorridos pelos municípios, e também a remessa do caderno de encargos aos municípios, para serem aprovados nos respetivos órgãos executivos. Este é um segundo concurso, o primeiro ficou deserto e portanto foi necessário rever a rede e os pressupostos financeiros que lhe estavam subjacentes. No primeiro concurso as verbas que a CIM Douro recebe eram suficientes suportar os custos das carreiras intermunicipais, neste concurso não, há um montante muito significativo a dividir anualmente entre todos os municípios e Portanto só quando a CIM Douro teve

este processo definido, com o parecer favorável da Mobilidade e dos Transportes, a que foi remetido à Câmara Municipal, o que foi há semanas e justifica estarmos hoje aqui a discutir esta alteração orçamental. Esta é a justificação que parece pertinente.

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e quatro membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e seis votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E oito abstenções dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.9-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2025-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, articulado com a alínea o), n.º 1, do artigo 25º, compete à Câmara Municipal apreciar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal matérias da sua competência.-----

Assim, o mapa de pessoal é tido como um importantíssimo instrumento de gestão e planeamento dos recursos humanos, com vista a assegurar as necessidades resultantes do desenvolvimento do Município.-----

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal como instrumento de gestão e planeamento é elaborado nos termos do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidades orgânicas.-----

Decorrente da experiência acumulada e das necessidades identificadas em vários serviços, por via do reforço de competências e assunção de novas atividades, identificaram-se necessidades de recursos humanos que não se encontram reflectidas no atual Mapa de Pessoal, cuja alteração irá permitir a abertura de novos procedimentos concursais e o recurso a reservas de recrutamento.-----

Assim, foi possível identificar a necessidade de criação de novos lugares no Mapa de Pessoal, que se traduzem na criação dos seguintes 9 postos de trabalho:-----

- Lugares com possibilidade de utilização de reserva de recrutamento:-----

- 2 lugares na carreira de Assistente Operacional (Auxiliar Administrativo);*-----

- Lugares que permitam a abertura de procedimentos concursais na modalidade de contrato por tempo indeterminado:-----

- 1 lugar na carreira de Assistente Operacional (Leitor Cobrador);*-----
- 2 lugares na carreira de Assistente Operacional (Canalizador);*-----
- 1 lugares na carreira de Assistente Operacional (Calceteiro);*-----
- 1 lugares na carreira de Assistente Operacional (Trolha);*-----
- 1 lugar na carreira de Assistente Operacional (Cantoneiro de Arruamentos);*-----
- 1 lugar na carreira de Assistente Operacional (Carpinteiro);*-----

A presente alteração ao Mapa de Pessoal para 2025 representa um impacto no Orçamento da Despesa 2025, na rubrica de pessoal, no valor de 45.677,32€.-----

Nos termos dos artigos 28º a 31º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), na redação atual, conjugados com o artigo 3º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, e com o alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a presente alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 e o respetivo Plano de Recrutamento.-----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, proponho a aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para 2025 e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para fazer a apresentação deste ponto:-----

“Trata-se de um ponto que consigna uma alteação, relativamente limitada ao Mapa de pessoal do Município. Nós temos tido muita dificuldade em fazer recrutamento, por força da morosidade dos processos de contratação. Por sua vez temos tido bastante rotação de pessoal, decorrente de reformas, especialmente nas escolas e dos funcionários que vieram do Ministério da Educação. E temo algumas situações de precaridade, nomeadamente estas vagas que recrutamos a termo certo e que queremos passar a tempo indeterminado. Temos apenas duas situações, este pacote que está presente nesta informação e um outro de pessoal que está colocado nas cozinhas também a termo certo. De resto temos procurado fazer contratações a tempo indeterminado, dando às pessoas as condições de segurança, para poderem consolidar a sua vida e carreira profissional ao serviço do Município e dos municípios. E é nessa perspetiva que enquadrámos esta modificação, teremos que fazer o concurso mais cedo ou mais tarde. Como temos consciência da morosidade dos processos de recrutamento, propusemo-nos fazer a alteração iniciar desde já o processo, não aguardando pelo próximo mapa de pessoal, o que nos levaria para a abertura de concurso já no próximo ano e o risco de não o terminar antes de acabarem os prazos a termo certo dos contratos a que nos estamos a referir. -----

Nesse sentido proponho que esta alteração ao Mapa de Pessoal seja aprovada”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com vinte e sete votos a favor dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes de Magalhães, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

E seis abstenções dos membros do grupo municipal do partido Socialista: Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, António Manuel

Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----
 Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----
 Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----
 Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.10-ASSUNTO: APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DE NATUREZA SISTEMÁTICA DE LAMEGO E BRITIANDE-----

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 213/2025 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que delibere remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, as Operações de Reabilitação Urbana de Natureza Sistemática de Lamego e Britiande.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para apresente assunto:

“De uma forma muito sintética o Município reuniu um conjunto de áreas de reabilitação urbana, na cidade e nas freguesias, com centros urbanos mais relevantes. Duas destas intervenções pela sua dimensão justificam que a sua aprovação se faça por reabilitação urbana sistemática, que é na cidade e é em Britiande. Todas as restantes serão feitas por intervenção simples ou seja sem a aprovação de Aru’s, apenas aplicando as regras previstas à Aru’s às áreas de reabilitação urbana. Legalmente é necessária a aprovação da Aru, que no fundo consiste na conjugação de um conjunto de investimentos que já estão previstos pelo município para cada uma destas áreas de intervenção, para que, depois tenham validade legal, todos os incentivos, nomeadamente os incentivos fiscais associados às Aru’s, neste sentido, além de um modelo indicativo do que vai ser desenvolvido ao longo dos próximos anos em termos de investimento nestas áreas da cidade e da Vila de Britiande, é também o cumprimento de uma formalidade legal, propondo que as mesmas sejam aprovadas”.

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e dois membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade dos presentes:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues

Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.11-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH)-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“A Carta Municipal de Habitação (CMH) é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e de mais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.-----

Atendendo à necessidade de elaborar a Carta municipal de Habitação do Município de Lamego, foi determinada a abertura do procedimento para a sua elaboração.-----

Concluídos os trabalhos de elaboração da CMH, procedeu-se à discussão pública da proposta da Carta Municipal de Habitação de Lamego, nos termos das disposições combinadas do artigo 22º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, e dos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, não tendo sido apresentados durante o período de discussão pública, qualquer reclamação ou sugestão.-----

Francisco Manuel Lopes, Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 22º da Lei de Bases da Habitação, proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Carta Municipal da Habitação.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:

“Nós somos obrigados legalmente ao desenvolvimento de um conjunto enorme de documentos de planos municipais, estratégias municipais ou locais e cartas municipais. -----

A Carta Municipal de Habitação vem dar consistência prática a estratégia local de habitação, que no fundo já está em discussão, naquilo que diz respeito à intervenção pública, de construção de habitação a custos controlados, de apoio à habitação de famílias com menos recursos e também à definição dos objetivos e das metas a que nos propomos em termos de política de habitação. Sendo apenas uma consolidação e refinamento da estratégia local de habitação, parece-nos ser um documento pacífico e que pode merecer à aprovação desta Assembleia, o que desde já proponho".-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e dois votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação "Somos Lamego": Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho e Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E uma abstenção do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação "Somos Lamego", Paulo Henriques Almeida Loureiro;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.12-ASSUNTO: APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO PECUNIÁRIO DE CARÁTER EVENTUAL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL E COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA NO MUNICÍPIO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara, propondo que seja aprovada a redação final do Regulamento de Atribuição de Apoio Pecuniário de Caráter Eventual em Situação de Emergência Social e Comprovada

Insuficiência Económica no Município de Lamego, de modo a que o articulado normativo se converta em regulamento, considerando que tendo decorrido a consulta pública nos termos do artigo 101º do CPA, e não tendo sido recebidas sugestões dirigidas ao órgão com competência regulamentar no prazo de 30 dias após a sua publicação (artigo 101º, n.º 2 do CPA).-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

“O Município recebeu da segurança social um conjunto de competências na área social, entre as quais a possibilidade de conceder alguns apoios financeiros pontuais a pessoas em carência económica. Estes apoios têm sido decididos caso a caso, por informação do Técnico que acompanha cada família e por deliberação da Executivo Municipal. -----

Parece-nos necessário, por uma questão de assegurar critérios de justiça e de equidade, que estas regras sejam definidas, aprovadas na Câmara Municipal, o que já foi e nesta Assembleia Municipal para poderem ser aplicadas, com menos possibilidade de desvios e discricionariedade em relação àquilo que é a política municipal de acção social. Também as verbas disponíveis e a atuação dos técnicos do apoio a cada família carenciada. Neste sentido é apenas um documento enquadrador, daquilo que já é a prática que está a ser implementada nos serviços de Ação Social do Município”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** só uma nota muito minuciosa: *“Tem a ver com as questões logísticas dos regulamentos, eu sei que os serviços tem esse especial cuidado, mas vou dar um exemplo, o artigo 6.º, n.º 5 só tem uma alínea a), não tem uma alínea b, falta aqui a alínea b ou é meso só uma alínea a). Eu sei que não é fácil com o volume de trabalhos que os serviços têm em assegurar o cumprimento das regras logísticas de todos os documentos, mas fica um pedido apenas de uma ultima revisão deste regulamento, antes de ser publicado”*.-----

3.13-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS ANOS ECONÓMICOS 2026 A 2030, PARA O EXERCÍCIO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO DAS SUAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal reunião a proposta de deliberação da Câmara Municipal, com o seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

a) A Comunidade Intermunicipal do Douro é competente para a exploração do serviço público de transporte de passageiros desde logo, nos termos dos artigos 7º e 9º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, no que toca ao serviço público de transporte intermunicipal que se desenvolva integral ou maioritariamente na sua área geográfica e ao serviço público de transporte inter-regional cuja competência haja assumido na sequência de contrato celebrado com outras autoridades de transportes;

b) As competências da Comunidade Intermunicipal do Douro são exercidas em parte através da celebração de um contrato de serviço público com um operador privado selecionado através de concurso público (Contrato de Serviço Público) para a exploração de uma rede de transporte público de passageiros, que compreende linhas inter-regionais, linhas intermunicipais e linhas municipais;-----

c) Em 28.02.2022, a Comunidade Intermunicipal do Douro lançou concurso público para a celebração de contrato de concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros;-----

d) Sucede que esse concurso público foi extinto por exclusão de todas as propostas apresentadas em 08.02.2023;-----

e) Considerando essa experiência, as alterações da necessidade do serviço público de transporte de passageiros da população por causa da pandemia COVID-19 e as novas

informações entretanto recolhidas pela Comunidade Intermunicipal do Douro sobre o mercado do transporte público regional, foram concebidas novas soluções para um novo concurso público a lançar para dar continuidade ao projeto não alcançado através do concurso anterior;-----

f) Nesse contexto, durante o ano de 2023, foi dado início à preparação do lançamento de um novo concurso;-----

g) Após reponderação por esta Comunidade Intermunicipal relativamente ao modelo contratual subjacente à operação de serviço público de transporte a concursar, entendeu-se dever alterar-se a natureza jurídica do contrato de serviço público a celebrar, passando a ser um contrato de prestação de serviços, ao invés do modelo concessório que subjazia ao concurso público referido no considerando anterior, por decisão do Conselho Intermunicipal de 23.03.2023;-----

h) As peças do procedimento do concurso referido no considerando anterior obtiveram parecer prévio vinculativo da AMT em 9 de maio de 2024, encontrando-se em revisão final as respetivas peças concursais, para efeitos da sua aprovação final e autorização da respetiva despesa nos termos legalmente aplicáveis, sendo possível, no momento atual, antever o tipo e o montante de obrigações pecuniárias que, nesse contexto, a Comunidade Intermunicipal do Douro terá de suportar, em concreto, quer por força das mencionadas competências próprias, quer por força do exercício das competências delegadas pelos municípios;-----

i) Atendendo aos custos operacionais e aos rendimentos inerentes à operação da rede, bem como às atividades acessórias a autorizar no Contrato de Serviço Público, aos quais se acrescenta uma margem de lucro razoável de acordo com o disposto no Anexo ao Regulamento (CE) n.º 1370/2007, prevê-se que, no primeiro ano de operação, o valor máximo da remuneração a pagar ao operador seja de 4 318 385,45 Euros (quatro milhões trezentos e dezoito mil, trezentos e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), sem prejuízo das atualizações anuais previstas no Contrato de Serviço Público, aplicáveis no segundo ano e seguintes ao longo da sua duração de cinco anos e do IVA à taxa legal aplicável;-----

j) Para além do pagamento ao operador pela Comunidade Intermunicipal do Douro do valor anual a que se refere o considerando I), poderão existir outras obrigações pecuniárias da Comunidade Intermunicipal do Douro perante o operador, cuja ocorrência é incerta e eventual, estando dependente de eventuais vicissitudes ao longo da execução contratual - designadamente decorrentes do exercício pelo operador do direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro e de pedidos de indemnização por incumprimento contratual – cujo montante máximo não é possível antecipar no momento atual;-----

k) O financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Douro das suas competências enquanto autoridade de transportes deve, assim, ser suportado pelos municípios, ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação

de competências e enquanto municípios integrantes, como é o caso do Município de Lamego, da Comunidade Intermunicipal do Douro, nos termos deliberados pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro;-----

l) A repartição do financiamento nos termos do considerando anterior seguiu o modelo da proporcionalidade quilométrica do serviço público municipal e do serviço público intermunicipal e inter-regional na Rede do concurso, conforme melhor explicitado na Nota Técnica sobre Chave de Repartição da Despesa, junta como Anexo I à presente proposta de deliberação;-----

m) Nessa base, o financiamento necessário para a assunção dos compromissos financeiros a assumir pela Comunidade Intermunicipal do Douro para fazer face ao exercício das suas competências de autoridade de transportes, particularmente associadas ao novo contrato a celebrar, reparte-se em 28% (vinte e oito por cento) correspondente ao serviço municipal previsto na Rede e 72 % (sessenta e dois por cento) correspondente serviço intermunicipal e inter-regional previsto na Rede, que são competências próprias da Comunidade Intermunicipal do Douro, tudo explicitado nona referida Nota Técnica junta como anexo I;-----

n) A repartição entre os municípios da responsabilidade pelo financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal do Douro das competências de autoridade de transportes que lhe foram delegadas pelos municípios deve ser realizada segundo o critério da produção quilométrica realizada no território de cada município, constando expressamente indicada no Anexo I a comparticipação do Município de Lamego para o financiamento necessário para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Douro das suas competências de autoridade de transportes;-----

o) Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), constituem recursos financeiros das entidades intermunicipais o produto das contribuições e transferências dos municípios que a integram, incluindo as decorrentes da delegação de competências, são receitas da comunidade intermunicipal o produto das contribuições dos municípios associados e as transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes;-----

Considerando ainda que:-----

p) Por outro lado, o Município, enquanto associado da Comunidade Intermunicipal do Douro, tem ainda a obrigação de contribuir para as despesas desta que não sejam suportadas em outras fontes de financiamento, sendo competência do Conselho Intermunicipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “deliberar sobre a forma de imputação material aos municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal das despesas não cobertas por receitas próprias”;

q) Deve, assim, ser suportado pelos Municípios, enquanto associados da Comunidade Intermunicipal do Douro, o financiamento necessário para o exercício das

competências próprias desta enquanto autoridade de transportes respeitantes às linhas intermunicipais e inter-regionais;-----

r) A repartição entre os municípios dos recursos financeiros necessários para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Douro das competências próprias desta em matéria de transporte rodoviário de passageiros, foi já deliberado pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro em 30 de outubro de 2024, tendo seguido um critério que combina a proporcionalidade quilométrica e a população servida do serviço público intermunicipal e inter-regional, cabendo, a esse título, ao Município de Lamego uma comparticipação na despesa relativa às competências próprias da Comunidade Intermunicipal do Douro na percentagem de 6,58 % (seis vírgula cinquenta e oito por cento);-----

Considerando finalmente que:-----

s) O financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Douro das suas competências enquanto autoridade de transportes deve, assim, ser suportado pelos Município de Lamego, enquanto município integrante da Comunidade Intermunicipal do Douro, nos termos deliberados pelo Conselho Intermunicipal, na parte correspondente a 72% (sessenta e dois por cento) %, com uma comparticipação do Município de Lamego de 6,58 % (seis vírgula cinquenta e oito por cento);-----

t) A repartição do financiamento nos termos dos considerandos anteriores, bem como a sua repartição entre os municípios, seguiu os critérios descritos no documento Nota Técnica sobre Chave de Repartição da Despesa anexo à presente deliberação como Anexo I.-----

Francisco Manuel Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Lamego, tem a honra de propor que a Câmara Municipal de Lamego, nos termos e para os efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais associados à repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2026 a 2030, nos termos previstos no Anexo II à presente proposta.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto: “Trata-se de dar seguimento à repartição de encargos que já aprovamos em termos de revisão ao orçamento, possibilitando assim o compromisso junto da CIM Douro, da contrapartida do Município de Lamego para o concurso publico internacional ser lançado com o prazo de cinco anos para a rede intermunicipal de transportes. Já expliquei o montante, já expliquei a percentagem de custos que o Município irá acarretar e a necessidade de Assembleia Municipal aprovar a repartição anual de encargos, para possibilitar a abertura do concurso por parte da CIM Douro. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Apenas para dizer o seguinte: Que é para depois não haver aqui dúvidas sobre a forma como nós votamos. Uma coisa é as questões relacionadas com as alterações orçamentais, e isso tem por base, é bom lembrar, tem por base um documento com o qual nós discordamos por princípio. Outra coisa é isto que diz respeito à necessidade dos transportes intermunicipais, ou seja, entre diferentes municípios, e que são tutelados pela CIM Douro. Logicamente que nós iremos ser favoráveis a esta mesma aprovação, mas eu gostaria de deixar aqui um alerta ao senhor Presidente da Câmara e junto dos seus próprios serviços, ter em atenção o seguinte: nós devemos e b em privilegiar as questões relacionadas com a mobilidade. E aquilo que vai começando a acontecer, principalmente em relação a alguns municípios, que nos são aqui contíguos, é que há necessidade de cada vez mais de haver essa transferência de pessoas, muito até por fruto das próprias condições profissionais. -----

E portanto, aquilo que gostaria que o Município fizesse, e deixo como forma de recomendação, é junto dos nossos serviços, juntamente com os serviços da CIM Douro, tentar fazer um estudo daquilo que é os horários e aquilo que são as taxas de ocupação e poder, de alguma forma, porque não verificar se, de facto, está cumprido. Porque às vezes há uma tendência natural, nos darmos seguimento ano para ano, aquilo que são as rotas, as carreiras e o número de percursos. -----

Eu acho que é um trabalho que deve ser feito, porque isto tem a ver com a mobilidade de todos nós e devemos dar esse mesmo contributo.-----

Verificar-se se, efetivamente, poderá ou não haver aqui carência em relação a alguns troços e alguns horários e ao mesmo tempo, porque também não temos problemas nenhuns em falar de otimização, fazer a verificação das taxas de ocupação, justificam algumas carreiras e alguns circuitos ou até alguns horários que estejam a ser praticados em outros circuitos, que se calhar não tenham a mesma utilização ou tenham uma utilização mais fraca. -----

Porque regra geral nós temos aqui uma tendência natural de achar, que há vinte anos atrás, os princípios de mobilidade são, exatamente os mesmos, que temos nos dias de hoje e não são, as necessidades são diferentes as próprias comunidades evoluem e evoluem com dinâmicas distintas. Acho que está na hora de um estudo, pelo menos naquela parte que nos respeito, deve ser feito e essa sintonia deve ser criada. Quanto ao resto nós vamos viabilizar, votando favoravelmente”. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres: -----

“Efetivamente temos aqui algumas questões de fronteira que interessa avaliar, concretamente na nossa ligação a Viseu. Ou seja a ligação entre comunidades intermunicipais, O Douro e o Dão Lafões aparentemente têm uma relação unívoca, ou seja, Lamego ainda tem necessidades de se deslocar para Viseu, Viseu não tem necessidades de se deslocar para Lamego. O que nos deixa numa situação de algum desconforto, termos que assumir o custo de uma carreira intermunicipal, que na prática serve a todos, mas que acaba por ser pago apenas pelo lado da CIM Douro.----

Poderá passar-se a mesma situação na nossa ligação a Resende, mas Resende é um Concelho próximo, com que temos relações próximas, de natureza comercial, de apoio de alguns nossos serviços públicos, e apesar de tudo, do ponto de vista da extensão do quilómetros percorridos é uma situação menor.-----

Depois temos também uma regra que foi introduzida, podemos ter carreiras intermunicipais que passam numa grande via, por exemplo, pela A24, e que não param na Régua. Nessa altura o Município da Régua, não terá que contribuir para essas carreiras, porque apesar de passar no seu território não é servido por elas. Estas regras serão implementadas pela primeira vez, que obviamente a seguir serão objeto de monitorização pela empresa especializada, que foi contratada para o efeito ou por outra que venha a ser no futuro. Portanto, é uma situação que acompanhamos com cuidado, porque, efetivamente, vamos a caminho dos dois milhões de euros de custo anual em transportes, este é um valor muito significativo, que exige todo o cuidado e atenção. Sabemos que a mobilidade é fundamental, ainda para um território que tende para alguma desertificação, como é o da nossa comunidade intermunicipal, mas sabemos também que os recursos são finitos, e o dinheiro tem que ser gasto de forma muito racional”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa
Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso
Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

“Relativamente aos pontos 3.14 a 3.22 são protocolos de cooperação técnica e financeira a celebrar com freguesias ou com Uniões de Freguesias, e por isso eu ia sugerir, à semelhança que temos feito em outras Assembleias anteriores, o senhor Presidente da Câmara fizesse o favor de os apresentar todos, depois nós votamos um a um”:-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

“Trazemos à consideração à Assembleia um conjunto de protocolos de Cooperação Técnica e Financeira com as Freguesias. É o segundo protocolo que é estabelecido neste mandato, faltam apenas duas freguesias: Cambres e União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, para concluir esta segunda ronda de protocolos. -----

O tal desta ronda é de oitocentos e quarenta e quatro mil euros, o total das duas rondas de protocolos é de um milhão e quatrocentos e sessenta e seis mil euros, a que acresce um conjunto de apoios às freguesias em termos de requisições, horas de máquina, materiais diversos, incluindo cubos para pavimentações. -----

Temos ainda um montante que se manteve fixo ao longo destes quatro anos, de delegação de competências, que é transferido diretamente da DGAL, que é definido em junho de cada ano, ou seja, será definido agora em junho, para o ano seguinte.----

Isto significa, primeiro, um reforço da parceria entre o Município e as Juntas de Freguesia, a disponibilização de montantes financeiros muito significativos para a realização de obras nas Juntas de Freguesia, que são de interesse municipal e que podem ser desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, estão, perfeitamente ao seu alcance, quer em termos técnicos, quer em termos administrativos, no âmbito da contratação pública. Em todo caso, estas obras são acompanhadas, são medidas, são fiscalizadas pelo Município, no sentido de ajudar as freguesias em qualquer dificuldade que surja. Isto significa que nós estamos de alguma forma a dividir a responsabilidade das actuações que fazemos no território. Estamos a dividir também esta carga técnica e administrativa, que para o Município é complexa, uma vez que já temos, como de resto foi bem patente nesta Assembleia, uma multiplicidade de intervenções de pequena dimensão e grande, muito grande dimensão em todo o Concelho de Lamego, e por isso, encaramos as Juntas como parceiros fiáveis e disponíveis para continuar a desenvolver este trabalho em conjunto. -----

Quanto os trabalhos que são feitos, eles são, em princípio, propostos pela Juntas e acolhidos pelo Município, pelo seu interesse, pelo seu grau de prioridade, e também pela economia que possam trazer com a intervenção das Juntas. Até este momento, e escorrida uma outra situação que possa ter corrido menos bem, a obra foi

subfinanciada, ou porque não houve capacidade de execução, por parte da Junta, eu diria que 99% das situações correm bem, são mutuamente benéficas, para o Município, para a Junta de Freguesia, e sobretudo, para a população que estamos a servir.-----

Neste sentido eu proponho de uma forma genérica todos os protocolos possam ser objeto de aprovação por esta Assembleia”-----

3.14-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE AVÕES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Avões, para a execução de melhoramentos na sua rede viária, nomeadamente, a construção de passeios na Rua do Mogo e pavimentação da ligação desta à Rua da Igreja, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e bens, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.15-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE BRITIANDE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com Junta de Freguesia de Britiande, para a execução das obras de beneficiação de vias de comunicação, nomeadamente, de cinco arruamentos (Rua da Costa, Travessa dos Loureiros, Travessa do Bairro Salazar, Rua das Quintãs, e Rua da Cal), com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e bens, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa
Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso
Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.16-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE
FERREIRIM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara
Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a
Junta de Freguesia de Ferreirim, para a execução das obras de reconstrução de dois
muros de sustentação numa importante via de comunicação, a Rua Central, com vista
a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas
e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de
Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e
três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge
Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes,
José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel
Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos
Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno
Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson
Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes
Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela,
António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge
Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino
Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto
Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira
Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa
Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso
Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor
Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques
Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.17-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE LAZARIM-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Lazarim, para a execução das obras de requalificação da Rua de São Miguel, que tem por finalidade promover o alargamento da rua, a reconstrução de um muro de suporte à via, e a reposição do pavimento em cubo de granito, por forma a garantir a segurança da circulação de pessoas e bens, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.18-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DA PENAJÓIA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia da Penajóia, para a execução das obras de requalificação dos Largos da Rua do Vale e da paragem de autocarro da Rua de Igreja Velha, com vista a melhorar as condições destes espaços públicos para que a população deles possa usufruir, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.19-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE PENUDE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Penude, para a execução das obras de reconstrução de um muro de suporte na Rua de São Pedro, uma via que é atravessada diariamente por muitos automobilistas, e não apresenta garantias de segurança, apresentando múltiplas fissuras no pavimento, sendo o risco de derrocada elevado.-----

A reconstrução deste muro é fundamental para garantir a segurança rodoviária naquele local, tendo em conta que se trata de uma via de comunicação utilizada diariamente pela população daquela área de residência.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.20-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SANDE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Freguesia de Sande para a execução das obras de requalificação da Rua da Pedreira, nomeadamente, a renovação das redes de água, águas residuais e pluviais, e pavimentação, com vista a melhorar as condições desta via que diariamente é utilizada por muitas pessoas e veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.21-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, para a execução das obras de requalificação da Capela Mortuária de Meijinhos, e alargamento da Rua do Povo da Estrada na ligação à EN226, com vista a melhorar as condições deste importante equipamento de utilização pública, as acessibilidades, e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da União de Freguesias colaborar com meios próprios na sua execução. O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

3.22-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BIGORNE, MAGUEIJA E PRETAROUCA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, para a execução das obras de requalificação da Rua da Toca, em Magueija Grande, com vista a melhorar a circulação de pessoas e bens, considerando o interesse municipal e a oportunidade da União de Freguesias colaborar com meios próprios na sua execução. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e três membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, com trinta e três votos a favor:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Vítor Nuno Gomes dos Santos;-----

E do membro da CDU: Samuel José Moreira Martins.-----

Ausentes na votação: os membros da coligação “Somos Lamego”, Paulo Henriques Almeida Loureiro e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

-----2.ºPERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrito o senhor Dimas da Piedade Francisco.-----

Interveio o senhor **Dimas da Piedade Francisco**, habitante da União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melções.-----

Interveio o senhor **Dimas Piedade Francisco** da para dizer o seguinte:-----

“É como respeito que eu hoje estou aqui, com uma grande satisfação e uma grande alegria, verifiquei que está tudo aprovado, quando puxam para as grandes terras da minha terra. E eu como cidadão, como português e com a minha cidadania de que eu tenho, quero dizer aqui ao senhor Presidente da Câmara, os factos de façam da nossa terra. E com grande orgulho que quero dizer, de que estão a fazer um bom trabalho, com boas soluções. Mas tenho que dizer que vários pontos que ocorreram aqui nesta Assembleia. Eu não sou leigo nem sou obstaculizador. Eu penso na realidade do que vi nesta Assembleia. As intervenções do A, do B e do C, que não deveriam ser feitas derivadas a várias situações.-----

Eu não tenho absolutamente nada que dizer algo de mal de quem seja. Mas tenho reparado várias situações que me deixa triste e outras que me deixa alegre. -----

Quero dizer ao senhor Presidente da Assembleia, com várias situações, que tenho corrigido em vários locais, uns que estão bem e outras que estão menos bem. -----

Gostaria de perguntar só o seguinte, eu acho que para mim todos nos somos humanos, acho que para mim todos nos temos a nossa cidadania, e que todos nós temos o nosso respeito.-----

Eu penso que neste momento e quero dizer na verdade e só a verdade, pois tenho tido certos elogios e como quero aqui, embora o senhor Presidente da Câmara já deve ter conhecimento, das regalias minhas, próprias, mas também não vou dizer nada aqui. Eu não disse nada de ninguém, como vocês fizeram do A ou do B, gosto que sejam sinceros, todos humildes, tudo da minha prática.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que o período de intervenção do público serve para que os cidadãos possam pedir esclarecimentos, sobre questões que entendam por relevantes referentes ao Município, *não percebi qual foi o esclarecimento que queria que lhe fosse prestado.-----*

3.23- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.24 - ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, às dezasseis horas e vinte minutos horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser

assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico